

VALESKA MEDEIROS DA SILVA

**DESMITIFICANDO A IDÉIA DE PASSIVIDADE, DEPENDÊNCIA E
ALIENAÇÃO ATRIBUÍDA ÀS CAMADAS POPULARES:
UM ESTUDO ACERCA DO SIGNIFICADO DA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO ÀS FAMÍLIAS LIGADAS À REBUSCA EM VIÇOSA, MG.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2005

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

S586d
2005

Silva, Valeska Medeiros da, 1976-

Desmitificando a idéia de passividade, dependência e alienação atribuída às camadas populares: um estudo acerca do significado da prestação de serviço às famílias ligadas à Rebusca em Viçosa, MG / Valeska Medeiros da Silva. – Viçosa: UFV, 2005.
xiii, 104f : il. ; 29cm.

Inclui anexo.

Orientador: Neide Maria de Almeida Pinto.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referência bibliográfica: f. 95-98

1. Assistência a família – Viçosa (MG). 2. Crianças - Assistência em instituição – Viçosa (MG). 3. Organização não governamental. I. Universidade Federal de Viçosa.
II. Título.

CDD 22.ed. 361.98151

VALESKA MEDEIROS DA SILVA

**DESMITIFICANDO A IDÉIA DE PASSIVIDADE, DEPENDÊNCIA E
ALIENAÇÃO ATRIBUÍDA ÀS CAMADAS POPULARES:
UM ESTUDO ACERCA DO SIGNIFICADO DA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO ÀS FAMÍLIAS LIGADAS À REBUSCA EM VIÇOSA, MG.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADO EM: 28 de abril de 2005.

Milton Ramom Pires de Oliveira

Sheila Maria Doula

Ana Louise Carvalho Fiúza
Co-orientadora

Maria de Fátima Lopes
Co-orientadora

Neide Maria de Almeida Pinto
Orientadora

Dedico mais esta etapa da minha vida a Deus.

À minha mãe.

Aos meus irmãos em especial à Karina

À Rafaela, minha sobrinha.

Ao Getúlio e à Vanja Fagundes.

Ao Samuel, amigo e irmão.

E à todos os meus amigos, que também são parte da minha família.

AGRADECIMENTOS

A Deus, sem Ele nada podemos fazer ...

À meus familiares, tanto os de longe quanto os de perto. Em especial à minha mãe.

À Ana Lídia, amiga de sempre, presta a me ouvir e aconselhar.

Aos meus amados companheiros de mestrado que se tornaram mais do que colegas.

Vocês são muito especiais para mim: Silvane, Alex, Cristiane, Bruno, Eloízia, Daniele, Edilene, Sérgio e Rita.

À equipe de funcionários da Rebusca que me atenderam tão bem em todos os momentos que lá estive, sempre solícitos e atenciosos: Eunice, Rosilene, Taciana, Elisângela, Ester.

Em especial à Eunice, pelas importantes informações desde o meu início na Rebusca, sempre prestativa e com boa vontade em me atender, mesmo em meio a tanto trabalho.

Aos meus informantes, pela gentileza em me concederem as valiosas entrevistas.

Aos Professores da Pós-Graduação do Departamento de Economia Doméstica: Dorinha, Karla, Neuza, Patrícia, Fatinha, Lurdinha e corpo de orientadores.

À Aloízia, por todo o suporte burocrático desse trabalho, por sua dedicação e, acima de tudo, por todo o seu cuidado para com os estudantes da pós-graduação.

À minha orientadora, professora Neide, o meu muito obrigada pelo trabalho desenvolvido nesse período e, principalmente, por toda dedicação, apoio e atenção.

À minhas conselheiras, Ana Louise e Fatinha, solícitas e extremamente competentes sempre me direcionando a ter novos olhares.

Aos professores convidados para minha bancada de defesa, Miltom Ramon e Sheila Doula, pelas sugestões e críticas que engrandeceram este estudo.

À UFV, pela oportunidade a mim concedida desde a graduação.

À CAPES, pelo suporte financeiro.

RESUMO

SILVA, Valeska Medeiros da. M.S. Universidade Federal de Viçosa, abril de 2005.
Desmitificando a idéia de passividade, dependência e alienação atribuída às camadas populares: um estudo acerca do significado da prestação de serviço às famílias ligadas à Rebusca em Viçosa, MG. Orientadora: Neide Maria de Almeida Pinto. Conselheiras: Ana Louise Carvalho Fiúza e Maria de Fátima Lopes.

Buscamos nesta dissertação problematizar a caracterização geralmente atribuída às camadas populares como alienadas e passivas, receptoras de benesses do Estado, de políticos ou de instituições de assistência social. O que relativizamos, através do estudo que iremos apresentar, é justamente que tais famílias, pertencentes ao estrato popular, se prestam ao clientelismo quando este se lhes apresenta como uma forma de satisfação às necessidades vividas, mas que não está arraigado em sua constituição identitária um padrão passivo e alienado. Nesses termos, tomou-se como referencial empírico desse estudo, as formas de interação das famílias de camadas populares da cidade de Viçosa, MG, assistidas nos programas de ação social oferecidos pela Rebusca – Ação Social Evangélica. A observação participante, entrevistas estruturadas e as entrevistas feitas às famílias, bem como a pesquisa aos documentos da instituição permitiram-nos traçar desde o funcionamento dos programas da Rebusca até as condições de vida dos atendidos e seus comportamentos face aos programas de assistência social da instituição estudada. Interessou-nos chamar a atenção, principalmente, para o fato das famílias não evangélicas assistidas pela Rebusca manterem uma margem de independência em termos de filiação religiosa a esta instituição. Dentro do quadro de carência das famílias assistidas, a “autonomia relativa” face aos “atrativos da conversão religiosa”, complexificaria a afirmação da passividade e de alienação atribuída a estas camadas sociais. Além disto, a própria busca por assistência aos filhos pode ser lida como não passividade frente a pequena oferta de prestação de serviços por parte do Estado, o qual reconhece tais necessidades sociais de assistência, porém desenvolve poucas políticas efetivas nesse sentido.

ABSTRACT

SILVA, Valeska Medeiros da. M.S. Universidade Federal de Viçosa, April, 2005.
Demythifying the idea of passivity, dependence and alienation attributed to the popular classes: a study about the meaning of the service rendering to families linked to Rebusca in Viçosa, MG. Adviser: Neide Maria de Almeida Pinto. Committee members: Ana Louise Carvalho Fiúza and Maria de Fátima Lopes.

We discuss about the characterization usually given to the popular classes as alienate and passive receivers from state benefits, politicians and from social care institutions. What we think to be possible to analyze through the study of case that we will present is that those families, whom belong to the popular classes involve in a “clienteles” when it presents to them as a way of necessities satisfaction. But It is not established on their identity constitution as passive and alienated standard. In this terms, we take as an empiric referential the families attended by social gospel action viçosense programs- Resbuca. The participative observation, the interviews made to the families involved in the Rebusca’s programs and the research made on the institution’s documents, let us to delineate a panorama from the programs function taken by the beneficiaries as well as their behaviors towards to the programs of the institution. It was important to observe that the non-gospel families helped by Rebusca keep their religious independence from this institution. In the lack families context, the “relative autonomy” towards to the religious conversion attraction could become complex the statement of passivity and alienation attributed to this popular class. The search for children care can be seen as non-passivity towards to the small work offering by the Government which recognizes those social attendance needs, but it develops few effective politicians for that.

APRESENTAÇÃO

Apresento esta dissertação trazendo ao leitor, primeiramente, a importância desse trabalho para a pesquisadora, uma vez que este se constituiu num exercício acadêmico que extrapolou conceitos teórico chegando ao aprendizado pessoal. Cada capítulo tem uma tônica no que diz respeito à construção do conhecimento, compreensão da realidade do campo empírico e quanto ao desenvolvimento teórico no decorrer da pesquisa. Isso não diminui a relevância desta dissertação, como também não a torna uma “colcha de retalhos”. Ao contrário, contribui para a composição de um conjunto final inteligível ocorrido no seio de um processo de amadurecimento, o qual comportou fases que ora se constituíram em entraves, os quais ultrapassados, representaram avanços. Assim, este trabalho se desenvolveu a partir da idéia inicial de estudar a temática da prestação de serviços às camadas populares o qual passou por uma série de refinamentos até chegar a esta versão.

Esta dissertação é composta pela introdução e quatro capítulos.

Na introdução o leitor encontrará a problematização teórica que subjaz os questionamentos originais desse trabalho. A partir desses questionamentos, desenrolou-se o interesse em realizar o presente estudo. São colocadas, também, as hipóteses e os objetivos, de forma que o leitor possa perceber qual é o teor deste trabalho.

No Capítulo 1 apresenta-se uma explanação histórica acerca das teoria de Estado, discutindo a construção do Estado brasileiro de acordo com aspectos salientes em nossa sociedade. Também é trazida à tona a questão da cidadania e das mediações e hierarquias tão presentes em nossas relações diárias, as quais em alguns momentos estão explícitas, em outros, se fazem subentendidas em meio à relações de solidariedade e cordialidade. Coube, ainda, tecer um histórico parcial sobre os movimentos sociais, pois, falando-se em cidadania e tradição democrática, esses movimentos representaram largos passos nessa direção e, mais que isso, representaram o que chamo de “grande impulso” para o crescimento do Terceiro Setor da economia, principalmente, das Organizações Não-Governamentais. Estas atuaram

como intermediários entre a sociedade civil e o governo para a implementação de políticas públicas. Ainda nesse capítulo, encontra-se a apresentação da Rebusca – uma ONG – no cenário viçosense, expondo seus programas e projetos, para que o leitor tenha uma primeira aproximação com o campo empírico onde decorreu o presente estudo.

O Capítulo 2 aborda a metodologia, a forma como o estudo se desenvolveu utilizando a perspectiva antropológica para analisar a política pública de prestação de serviço desenvolvida pela instituição em foco, baseando-se nas categorias *passividade*, *participação* e *estratégia de sobrevivência*, bem como, trazendo para a análise o arcabouço do capítulo anterior difuso na discussão. Este capítulo tornou-se rico em sua construção devido à explicitação tanto dos métodos e técnicas utilizadas, como dos dilemas, conflitos e reflexões sobre o trabalho de campo. Particularmente, considero uma seção apreciável, principalmente pelo fato de apresentar o pesquisador como sujeito do estudo e, portanto, não neutro, mas singular enquanto participante no processo de construção dos dados¹.

No Capítulo 3, tem-se a apresentação do projeto Clube da Família e como ele se mostra nos Relatórios e Planos de Ação da instituição, além da análise do perfil socioeconômico das famílias atendendo a um dos objetivos específicos e caracterizando o público alvo dessa organização.

No Capítulo 4 tem-se enfatizados os aspectos referentes ao relacionamento dos atendidos com a instituição. Assim, o modelo da prestação de serviços, a ligação afetiva daqueles com a Rebusca, o vínculo das relações baseadas na cordialidade, a questão da conversão e da influência religiosa de vocação evangélica sobressaem-se como pontos de interesse para a compreensão dessas relações.

O Capítulo que encerra este trabalho, intitulado *Considerações Finais*, não encerra as questões aqui colocadas, cabendo a ele finalizar tais discussões, uma vez que a compreensão da realidade é sempre mais ampla do que se poderia apreender e colocar à tinta nestas páginas.

¹ A expressão “construção dos dados” se tornou especialmente significativa no processo da pesquisa empírica, compreendendo que os dados não estão prontos e acabados sendo passíveis de serem coletados, pois são construídos à medida que passam a ser compreendidos e tornam-se significativos para o entendimento das relações estabelecidas.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| DEDICATÓRIA | ii |
| AGRADECIMENTOS | iii |
| RESUMO..... | iv |
| ABSTRACT | v |
| APRESENTAÇÃO | vi |
| LISTA DE QUADROS..... | X |
| LISTA DE FIGURA..... | XI |
| INTRODUÇÃO | 12 |
| CAPÍTULO 1 | 19 |
| POLÍTICAS ESTATAIS E INTERVENÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL..... | 19 |
| 1.1. TEORIAS DA ORIGEM DO ESTADO | 19 |
| 1.2 A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL: da cultura da dádiva à autonomia relativa | 22 |
| 1.3. O PAPEL DOS ATORES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL: Igreja, movimentos sociais e ONGs..... | 27 |
| 1.4. A REBUSCA no cenário da prestação de serviço em Viçosa/MG e no contexto desta pesquisa | 31 |
| CAPÍTULO 2..... | 39 |
| 2.1. ABORDAGEM METODOLÓGICA E CONSTRUÇÃO DOS DADOS | 39 |
| 2.2. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA E DO OBJETO DE ESTUDO | 41 |
| 2.3. REDIRECIONAMENTOS DA PESQUISA..... | 43 |
| 2.4. IMPLICAÇÕES DO TRABALHO DE CAMPO..... | 44 |
| 2.4.1 Dificuldades em Campo | 45 |
| CAPÍTULO 3 | 48 |
| 3.1. RELATÓRIOS E PLANOS DE AÇÃO | 48 |
| 3.2. O CLUBE DA FAMÍLIA: Uma iniciativa para agregar as famílias da Rebusca.. | 49 |

| | |
|---|------------|
| 3.3. CARACTERIZANDO AS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELA REBUSCA: | |
| Traçando o perfil socioeconômico | 59 |
| 3.4. FAMÍLIAS ASSISTIDAS: Perfil etário e tipologia | 63 |
| 3.5. AS FAMÍLIAS DA REBUSCA: Caracterização da relação entre as famílias | |
| assistidas e a Rebusca. | 64 |
| CAPÍTULO 4..... | 67 |
| O MODELO DA REBUSCA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ÀS FAMÍLIAS..... | 67 |
| 4.1. O MODELO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DA REBUSCA..... | 67 |
| 4.2. A BUSCA DE ADEÇÃO E O SENTIMENTO DE DISTINÇÃO A PARTIR DO | |
| TRATAMENTO CORDIAL..... | 75 |
| 4.3. O VÍNCULO ESTABELECIDO PELA CORDIALIDADE..... | 76 |
| 4.4. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DA REBUSCA: possibilidade de trabalho | |
| remunerado para as mães e educação para os jovens | 81 |
| 4.5. SER EVANGÉLICA X SER CATÓLICA: Universo permeado por interações e | |
| oposições..... | 83 |
| CAPÍTULO 5..... | 89 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 89 |
| BIBLIOGRAFIA | 93 |
| LISTA DE DOCUMENTOS | 96 |
| ANEXO 1..... | 99 |
| ANEXO 2..... | 102 |
| ANEXO 3..... | 103 |
| ANEXO 4 | 104 |

Lista de Quadros

- Quadro 1** – Distribuição do número de crianças atendidas por programa, do número de famílias e das entrevistas realizadas44
- Quadro 2** – Distribuição percentual da renda familiar em salários mínimos 59
- Quadro 3** – Tipos de programa social, valor do recurso transferido, periodicidade e número de famílias beneficiadas 60
- Quadro 4** – Percentagem de entrevistados portadores de documentos 62
- Quadro 5** – Distribuição percentual das faixas etárias da mãe e do pai ou responsável 64
- Quadro 6** – Orientação religiosa das mães participantes da Rebusca.....84

Lista de Figura

| | |
|---|----|
| Figura 1: Organograma Geral da Rebusca | 31 |
|---|----|

INTRODUÇÃO

A idéia deste trabalho construiu-se com a proposta de melhor compreender a relação entre a Ação Social Evangélica Viçosense – Rebusca – e as famílias por ela atendidas. Elegemos como questões norteadoras desta pesquisa: por um lado, analisar o papel da Rebusca na “promoção social” dos indivíduos ou, em outras palavras, a função desses programas na formação para a cidadania destes. As questões norteadoras deste trabalho foram: como instituições que trabalham com prestação de serviços aos segmentos populares, promovem a “autonomia do indivíduo” para o enfrentamento dos desafios à sua inserção social? Apesar da proposta de "promoção social", as ações se colocam neste sentido ou reforçam um caráter assistencialista? Por outro lado, pretendemos, também, compreender a racionalidade, as expectativas e o sentido atribuído pelas famílias ao serviço/assistência prestado pela Rebusca.

Estas reflexões têm como pano de fundo a forma como se constrói a cidadania no Brasil ou como vem se construindo a história dos direitos dos indivíduos no país¹. Tomando por base a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, quando os direitos sociais foram reconhecidos como os direitos civis e políticos, Telles (1999)² comenta que esses direitos foram incorporados pelas legislações de praticamente todos os países ocidentais. No Brasil, quarenta anos mais tarde, a constituição de 1988 incorporou os direitos sociais à legislação vigente como uma tentativa de fundar uma democracia moderna e enterrar os anos sob o regime militar. No entanto, é possível constatar que existe uma enorme defasagem entre os princípios legais de igualdade previstos na lei e as desigualdades e exclusões do mundo real. Ainda assim, segundo Telles (1999), o simples fato da Constituição Federal do Brasil

¹ Sobre a constituição dos direitos, ver também o clássico trabalho de Marshall: MARSHALL, T.H. Cidadania e classe social. In: **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar.1967.

² Ver TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais, afinal do que se trata?** Em que a autora aborda a temática da cidadania e discute o lugar dos direitos humanos na sociedade brasileira.

garantir direitos sociais de igualdade entre os cidadãos e dignidade, não significa dizer que isso se substancializará, principalmente, porque eles, em si mesmos, não têm força para alterar a situação de “privação de capacidade”³ em que vive grande parte das pessoas no Brasil. Ao contrário, em tempos de globalização, os direitos que tentam compensar as assimetrias sociais nas relações de trabalho e poder estão perdendo lugar e sendo destruídos. Assim, a sensação é que há uma impotência dos direitos sociais da coletividade frente ao reordenamento econômico mundial.

Ao tratar do tema da exclusão social, adotamos o sentido dado por Sposati (1996, p.13), como sendo

Impossibilidade de poder partilhar da sociedade e levar à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão [...]. Não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas, de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública.

Analisando suas causas, Gohn (s.d.) atribui às contradições do capitalismo que cria um sistema produtivo altamente competitivo em nível mundial, baseado no preço e na qualidade que, concomitante, é responsável por gerar mais miséria, tendo em vista que reduz o número de trabalhadores por unidade produtiva, acarretando desempregos em massa. Esses desempregados ficam sem salários e sem a cobertura da Previdência Social, a qual, ainda que precária, é uma alternativa nos casos de desemprego, doença, velhice, etc. Nessa mesma direção, Peregrino (s.d.) acrescenta que a exclusão é um processo peculiar do sistema capitalista que alija parte da população dos processos de trabalho.

Na contra-mão dessa lógica capitalista, no Brasil e no mundo, as Organizações Não Governamentais (ONGs) com ações de cunho social de apoio ao cidadão, têm tido papel relevante nas ações para combater tais contradições. Dentre essas organizações, existe uma diversidade de tipos em função dos objetivos norteadores de suas atividades, da ideologia, do grau de politização e mobilização das comunidades onde se inserem e da concepção que os indivíduos, enquanto usuários e cidadãos têm das mesmas. Serviços de assessoramento a

³ Esse termo compreende a falta de acesso à educação de qualidade, ao emprego, à saúde, à infraestrutura, à

famílias, creches, cursos de capacitação e/ou profissionalizantes, que visam à promoção do indivíduo, principalmente daqueles que são vistos como “os excluídos”, constituem-se em algumas das ações implementadas pelas ONGs. Algumas organizações religiosas também se destacam pela sua atuação como ofertantes desses serviços às camadas populares⁴, aos considerados “excluídos” por terem pouco ou nenhum acesso aos meios modernos de sobrevivência, ao emprego de qualidade, à educação, à saúde, à segurança, dentre outros itens elementares a uma vida com dignidade.

Alguns estudos desenvolvidos correlacionam os processos de exclusão social ao desenvolvimento do capitalismo no período pós-fordista. Nessa linha de análise, Santos (2001) pontua que a conquista do mercado mundial juntamente com a exploração da força de trabalho por grupos hegemônicos vem lhes possibilitando a imposição do seu domínio. Tais processos de acumulação, concentração, centralização e internacionalização do capital – que constituem a própria essência do sistema capitalista – contribuem para o aumento das desigualdades sociais e o ordenamento de um espaço marcado por contrastes sociais cada vez maiores. Assim, têm-se de um lado enormes contingentes de desamparados, sem moradia e condições mínimas de sobrevivência e, de outro, os guetos da opulência e o luxo dos condomínios fechados e mansões. Formam-se dois extremos: pólos de riqueza, concentrados em poucas mãos e, ao mesmo tempo, imensos pólos de pobreza (SANTOS, 2001). As novas tecnologias, conforme aponta Peregrino (s.d.) reduzem postos de trabalho e exigem maior capacitação dos trabalhadores, além de fazerem surgir novas formas de organização do trabalho e de potencializar os efeitos negativos do capitalismo que podem ser verificados nas estatísticas do emprego temporário e trabalhos informais.

No Brasil, os processos de exclusão social estão relacionados à crise do capitalismo no mundo, mas aqui, na “periferia do capitalismo” esta análise deve ser feita associando-os, sobretudo, às nossas questões internas, como consequência da má distribuição da renda nacional. Tais desigualdades – que não se restringem às diferenças na distribuição da riqueza das populações, mas também nas desigualdades na distribuição de conhecimentos e poder – tiveram suas raízes no modelo desenvolvimentista adotado no país, cujo sistema pressupõe acúmulo de capital para atingir um pretendido desenvolvimento, o qual é visto, principalmente, em termos de progresso econômico. Esse modelo tem exposto grande parcela

habitação, e aos outros meios que favorecem maiores possibilidades de plena participação social.

da população a quadros de miséria, que causam dificuldade de satisfação até mesmo das necessidades básicas, como a alimentação (SENA, 2001). Percebe-se, pois, que o desenvolvimento social não foi acompanhado pelo econômico, tendo em vista a enorme discrepância social existente e a concentração de renda nas mãos de poucos, o que traz consigo violência, indignação, analfabetismo, dentre outros, traduzindo a precariedade da situação vivida por grande número de pessoas (PINTO, 2001).

Nesse quadro, percebe-se uma grande correlação entre exclusão social *versus* cidadania. Ou como os processos de exclusão gerados no país estão intrinsecamente correlacionados à *cultura da dívida*⁵ que se implantou na história dos direitos no Brasil, perpassando nossas práticas, nossas representações sociais, especialmente nos setores populares e tornando-se verdadeiro entrave ao desenvolvimento da autonomia, da participação e de práticas mais cidadãs dos indivíduos.

No Brasil, grande parte das políticas sociais implementadas caracterizam-se por seu caráter controlador e desmobilizador, funcionando como verdadeiras tutelas do Estado sobre a sociedade. Essa tendência diretiva, caracterizada por ações implementadas de cima para baixo, tem como conseqüência a inibição do processo emancipatório da sociedade. Se por um lado, variáveis como, concentração de terra, de renda, e poucos anos de permanência na escola, minaram, ao longo dos séculos, as possibilidades materiais de autonomia do indivíduo, deixando-lhe em uma situação de dependência, por outro, a imagem de um povo ignorante e incapaz tornada hegemônica pela elite e pelo Estado, acabaram por contribuir para a persistência de práticas de submissão e recebimento das camadas populares.

Diante deste cenário de pobreza material persistente ao longo de décadas e séculos, Demo (1992) caracteriza as doações financeiras do Estado como “muletas” oferecidas à sociedade, visto que esta não conta com políticas públicas voltadas para a construção da igualdade de oportunidades, que pudessem combater as estratosféricas desigualdades sociais. Desta forma, as políticas estatais perpetuam o assistencialismo e seu corolário, a desmobilização da sociedade, despontecializando a auto-sustentação de projetos e as

⁴ São diversos os termos na literatura a fazer referência às camadas populares. Entretanto, adotamos a perspectiva que circunscreve a expressão “classes trabalhadoras” ao universo de categorias sociais que se encontram numa posição subordinada ou inferior na sociedade de classes, moderna e urbana (Heilborn, 1997).

⁵ Conforme Sales (1994), a cultura da dívida perdura e se reproduz associada às políticas paternalistas que reforçam as relações de subserviência em contrapartida à recepção de benefícios ou favores.

associações populares. Assim, ainda hoje, perpetuam-se práticas clientelísticas por parte do poder público, bem como, expectativas paternalistas por parte dos indivíduos, tais como, a de dependência de dádivas (doações), a qual desfavorece a postura pró-ativa de organização coletiva para a ação e a reivindicação de direitos.

Contudo, procuramos contestar neste estudo a questão da plena dependência e passividade das camadas populares, utilizando como referência a distinção que Marshall (1967) estabelece em *Cidadania e Classe Social*, entre “benefício” e “prestação de serviço”. A hipótese que subjaz esse questionamento relativo à passividade das camadas populares é a de que o tratamento de cidadão atribuído ao indivíduo, quando encarado como um ser com direito a ter acesso a determinados serviços, gera condutas de caráter igualitário, diferentemente do que acontece quando comparado com o tratamento de beneficiário, visto que dentro desta perspectiva, o indivíduo é encarado como alguém que não é plenamente capaz, o que lhe dificulta as condições materiais e ideais para a manifestação de uma postura pró-ativa e nivelada, em termos da percepção da igualdade de direitos entre os indivíduos.

A perspectiva da prestação de serviço fundamenta-se em uma visão social de mundo que encara tal serviço prestado como um direito universal de qualquer cidadão à satisfação de suas necessidades básicas, ainda que tal prestação de serviço não seja feita pelo Estado. Já a perspectiva do benefício fundamenta-se em uma percepção do indivíduo como um ser carente de potencial para seu próprio engajamento social. Assim, enquanto na primeira perspectiva o indivíduo é percebido como um portador de direitos, na segunda ele é visto como um “deficiente”, um segregado social, que precisa ser ajudado.

Outra hipótese que conduz este trabalho é a de que a primeira perspectiva contribui para a geração de formas de interação social marcadas pela cidadania, autonomia social e por uma atitude pró-ativa do indivíduo em busca de seus direitos, enquanto que a segunda, a do benefício social, contribui para manter os indivíduos segregados, tendo em vista estigmatizá-los como pessoas carentes, ao invés de vê-las como portadoras de direitos.

Para desenvolvimento dessas questões, o referencial empírico de análise foram as famílias participantes dos programas de ação social desenvolvidos pela Rebusca, uma “ONG” formalmente constituída, ligada à Igreja Presbiteriana e atuante em Viçosa desde 1982. No entanto, além de analisarmos a visão social de mundo que fundamenta o tratamento da entidade no que se refere à prestação de serviço às famílias assistidas, será analisada também

a forma como estas famílias “assistidas” se relacionam com a Rebusca. Neste sentido, foi priorizada a análise dos dados que mostram que a maior parte destas famílias não muda sua filiação religiosa, ao buscar o atendimento de suas necessidades emergenciais, muito embora um dos objetivos dessa instituição seja a evangelização. O que desejamos destacar dentro do quadro de carência das famílias assistidas foi a sua “autonomia relativa” face aos “atrativos da conversão religiosa” – elementos que deram uma maior complexidade a essas questões e incitou-nos, por outro lado, ao desvelamento das acusações de passividade e de alienação feita a estas camadas sociais.

Mesmo vivendo em um meio social desprovido quase totalmente de creches e escolas de tempo integral, esta escassa possibilidade de assegurar a satisfação de suas necessidades no cuidado com os filhos, não se traduz em um comportamento totalmente construído a partir dos padrões clientelistas, ou seja, as famílias assistidas não retribuem a “dádiva” recebida, convertendo-se a outra fé religiosa. Poderia-se alegar que, talvez, elas não o façam, em decorrência de não terem sido coagidas a isto, daí não precisarem adotar o padrão clientelista do “é dando que se recebe”, ou no caso em questão, “é se convertendo que Deus ajuda”. Contudo, ainda que tal coerção possa não fazer-se presente, as expectativas e comportamentos de tais famílias em relação à Rebusca poderiam traduzir-se em comportamentos em cujo padrão dadivoso do dar-receber, se estabelecesse dentro de uma reciprocidade que gerasse outros mecanismos de retribuição e reciprocidade. Assim, será analisado o tipo de vínculo que as famílias assistidas pela Rebusca mantêm com a Instituição, buscando perceber as nuances que perpassam a relação assistência-não conversão.

Tem-se como pressuposto que as famílias atendidas pela Rebusca inicialmente procuram seus serviços sem relacionar a questão religiosa à prestação de serviços, visando em primeiro lugar, terem com quem deixar seus filhos enquanto trabalham – independente da religião que professam. A razão impulsora é a necessidade de cuidado para com os filhos e a alimentação destes, enquanto as mães trabalham. Do lado da Rebusca, a principal causa do oferecimento de serviços públicos à população é a proclamação do Evangelho. Assim, todos os seus projetos e as suas ações são voltados para isso. Entretanto, a conversão não é compulsória, nem condicional ao usufruto dos serviços. A evangelização ocorre no dia-a-dia mais a partir dos conteúdos dos discursos da Rebusca dirigidos à família para criação dos filhos e pela idealização de um padrão familiar de relacionamentos do que pela pregação bíblica diária.

A partir desse quadro, sumariamente colocado, pretendemos problematizar a caracterização das camadas populares que vivem expostas às relações políticas clientelísticas como sendo passivas e receptoras de benesses. O que julgamos ser possível perceber através deste estudo de caso é justamente que tais famílias pertencentes ao estrato popular podem vir a se prestar ao clientelismo, quando este se lhes apresenta como uma forma acessível de satisfação de necessidades vividas, mas que sua constituição identitária não se faz exclusivamente por um padrão passivo e alienado. Ao contrário, dentro de suas alternativas, elas, as famílias, buscam meios de sobrevivência baseados no trabalho remunerado e buscam auxílios para tornar isto possível.

O objetivo geral deste trabalho foi o de contextualizar socioculturalmente a Rebusca e as famílias que buscam a prestação de serviços oferecidos, a fim de compreender o padrão de comportamento das famílias, se passivo e clientelístico ou se estratégico para a sobrevivência. Propusemos-nos como objetivo específico a ser atingido com esta pesquisa: traçar o perfil socioeconômico das famílias vinculadas à Rebusca; identificar as exigências e contrapartidas apresentadas pela Rebusca para a prestação de serviços prestados às famílias; analisar o tipo de vínculo que as famílias assistidas estabelecem com a Rebusca para perceber as nuances que perpassam a relação assistência/não conversão religiosa; compreender que tipo de autonomia estas famílias têm em relação à instituição e como elas se constituem.

CAPÍTULO 1

POLÍTICAS ESTATAIS E INTERVENÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Iniciaremos este capítulo com a discussão das teorias de formação do Estado a partir de autores clássicos que têm fundamental importância para o entendimento de como o Brasil se estabeleceu primeiramente enquanto colônia de exploração de Portugal e, posteriormente, como nação e como esse passado, de certa forma, apresenta resquícios no nosso presente. Utilizamo-nos dos textos clássicos de Hobbes (1983) e de Locke (1983) para analisarmos as características políticas e culturais que perpassam a relação do Estado brasileiro com a sociedade. Somando-se a estes, o texto de Bobbio (1994) contribuiu para enriquecer o debate, explorando neles as teorias sobre a criação do Estado e da sociedade civil, correlacionando-os com a sociedade brasileira, utilizando para tanto os estudos que DaMatta (1997) desenvolveu.

1.1. TEORIAS DA ORIGEM DO ESTADO

Hobbes (1983) faz parte da tradição jusnaturalista que considera o Estado como um momento de ruptura e de superação do estado de natureza. Para Hobbes (1983), a sociedade civil não existia enquanto tal, antes do Estado. O estado de natureza era um momento da história em que cada família ou clã seguia seus instintos e era guiado por suas próprias paixões, desejos e necessidades. Entretanto, estas paixões seriam responsáveis por causar divisões e particularizar os homens, uma vez que elas seriam projeções individuais de si mesmos e revelariam a dissensão e o conflito entre os homens. Assim, a forma de se protegerem uns dos outros era atacar o seu vizinho, um potencial inimigo, gerando uma situação constante de guerra de todos contra todos, a fim de protegerem o que consideravam

“sua propriedade”. Hobbes (1983) defendia ser a razão a faculdade que eliminaria esses conflitos, devido à racionalização das relações humanas que aconteceria de fato quando houvesse um Estado que os unisse sob legislação única, reguladora dos instintos, a qual os homens recorreriam para resolver os dissensos que porventura surgissem.

Desse modo, segundo Hobbes (1983), o estado de natureza não corresponderia à sociedade civil, na qual se manifestariam as regras de civilidade, visto que nele a racionalidade não seria a referência mor para os relacionamentos humanos, o que só viria a acontecer quando do estabelecimento do Estado. Sendo assim, o Estado seria uma negação do estado de natureza da humanidade, eliminando um passado bárbaro que representaria um momento negativo na história do desenvolvimento da sociedade. Tal caracterização do Estado hobbesiano terá importância para nós, visto que identificamos no Estado brasileiro, alguns traços comuns a esta perspectiva de um poder centralizador e forte face aos indivíduos, percebidos como destituídos de capacidade para a vida social pacífica.

Conforme Bobbio (1994), uma diferença fundamental que separa Hobbes de Locke é que, para Hobbes, as relações sociais e econômicas existem no estado de natureza, portanto, antes da existência do Estado. Em seu pensamento o Estado seria um aprimoramento da sociedade pré-existente. Assim, antes do Estado, já existia uma sociedade pré-estatal onde as relações eram sociáveis. No entanto, a sociedade civil propriamente dita, só ocorre definitivamente a partir da formação do Estado, o qual surge pela vontade dos indivíduos para melhorar, aperfeiçoar e tornar mais regulamentadas as relações sociais.

Esse se constitui um ponto de distinção radical entre Hobbes e Locke, embora pertençam à mesma tradição jusnaturalista. Para o segundo, a sociedade é que funda o Estado. No estado de natureza os homens não eram regidos somente pelos instintos e não viviam em constante estado de guerra, conforme defendia Hobbes. Para Locke, no estado de natureza os homens viviam em sociabilidade, porém suas leis, suas regras, seu comércio eram fragmentados e o advento de um Estado-nação os unificaria e os fortaleceria em caso de guerras e invasões. Assim, o papel principal do Estado seria a defesa da propriedade privada, entendida como legítima, desde que fosse o resultado da transformação da natureza pelo trabalho realizado pelas mãos do homem.

O que desejamos apontar nesta sucinta comparação entre as concepções de Hobbes e Locke, é o fato de acreditarmos que a visão lockeana da sociedade como fundadora do Estado

se pauta em uma noção de direitos construídos a partir da base, muito mais forte que a primeira, valorizando a igualdade entre os indivíduos e favorecendo a criação de leis e de regras que são respeitadas devido à participação dos indivíduos no processo de criação destas.

Interessa-nos, sobretudo, na concepção hobbesiana, ressaltar que a defesa de um Estado forte, que conforma a sociedade, de cima para baixo, é uma característica marcante na nossa própria história, característica, inclusive, comum aos países Latino-americanos, colonizados a partir de uma prática exploratória do povo e de suas riquezas. Em oposição à visão predatória dos territórios como oportunidade de enriquecimento, a colonização norte-americana se deu por ingleses que fugiam da opressão em sua terra natal e procuravam outro lugar para construir uma nação, a sua nação, que oferecesse condições para viverem e trabalharem. Tais fatores contribuíram para a fundação de um Estado numa perspectiva mais lockeana. Dessa forma, os valores individuais preconizados pelos direitos civis, referenciados na liberdade e na propriedade privada sobressaíram-se, culminando na gênese de uma sociedade individualista, diferentemente de uma sociedade mais tradicional, como a brasileira, cuja hierarquia é o princípio básico de diferenciação social.

Sobre esse tema DaMatta (1997) descreve que enquanto o individualismo constitui-se um dos principais valores numa sociedade quando o indivíduo é o centro, considerado a partir dos seus direitos, de sua autonomia e pelo seu mérito pessoal, nas sociedades holistas e semi-holistas o valor está posto sobre a coletividade, cujo conjunto dos indivíduos formam um todo mais expressivo, a sociedade. Durkheim(1966) acreditava que a sociedade exerce um poder de coerção sobre os indivíduos que acontece de fora para dentro, de tal forma que o comportamento individual reflete um aprendizado social⁶, ou seja, as instituições morais coletivas inculcam-se nos membros a ponto de se tornarem referenciais para a vida social.

Pensando-se nesses aspectos à luz da discussão iniciada neste texto, é possível refletir sobre a concepção da nossa sociedade, compreendendo que os valores hierarquizantes e a subserviência tornaram-se parte dessas instituições coletivas histórico-culturais, exercendo influências nos indivíduos. Dessa forma, a construção da cidadania vislumbrada principalmente a partir da proclamação da República e, mais particularmente ainda, com o governo Vargas e suas leis trabalhistas, que deveria ter sido um movimento contrário ao

⁶ É importante ressaltar que embora o pensamento durkheimiano indique uma forte coerção por parte da sociedade, a agência do indivíduo enquanto ser social acontece todo o tempo, uma vez que a sociedade não é estática e passa por mudanças de valores e instituições. Além disso, acreditamos que o homem não é um ser passivo, mas que pensa e age de forma a poder modificar a sociedade em que está inserido.

sistema de mando e subserviência, ocorreu de maneira singular, não contando com a participação popular, mas, conforme expõe Sales (1996), partindo das autoridades. Esses aspectos, aqui analisados, são de extrema relevância para o entendimento dos processos que perpassam a construção da cidadania no Brasil ao longo dos anos, nosso próximo tópico.

1.2 A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL: da cultura da dádiva à autonomia relativa

Primeiramente, discutiremos dois diferentes paradigmas acerca da compreensão da cidadania, utilizando o texto de Chanial (2004), quando este trata da questão da proteção social. Este autor faz uma interessante discussão sobre a cidadania, a partir da qual buscamos resgatar alguns tópicos importantes para este estudo. Chanial (2004) destaca dois paradigmas que seguem vias diferentes para conceituar a cidadania fazendo referência ao sistema democrático, pois nele é que melhor se podem expressar os valores cidadãos. O primeiro paradigma baseia-se no **contrato** em que um indivíduo só é cidadão à medida que dá algo em troca, ou seja, que toma parte na sociedade por meio dos seus deveres e direitos entendendo que o usufruto dos direitos corresponde a uma contrapartida de deveres. Nessa versão de democracia, a identidade e a integração social estão vinculadas à utilidade social, não sendo possível obter algo sem dar algo em troca, uma vez que é na lógica da reciprocidade social que se constitui o cidadão, cujos direitos tem a contrapartida dos deveres. Como exemplo, pode-se citar o salário recebido por um trabalhador, este tem por obrigatoriedade uma utilidade social. Esse paradigma tem na lógica capitalista seu suporte e não admite a plenitude da condição de cidadão àquele que não possa cumprir os deveres concernentes a ela. Dessa forma, a cidadania poderia estar ameaçada quando houvesse uma quebra nessa reciprocidade, por exemplo, no caso do desemprego, estando comprometida pela ruptura na relação direito/dever.

Dentro desse paradigma do contrato, Marshall (1967) estabelece seu conceito de cidadania, dividindo-o em três partes: civil, política e social. A cidadania civil refere-se aos direitos necessários ao exercício da liberdade individual como direito de ir e vir, de escolha, de estabelecer contratos, de possuir propriedades, etc. A cidadania política é o direito de participar politicamente, tanto direta quanto indiretamente, ou seja, tanto candidatando-se a algum cargo eletivo, quanto participando dos processos de sufrágios. A cidadania social é um

conjunto mais amplo que vai desde o mínimo necessário ao bem-estar econômico, até o direito de participar. É o direito à segurança, à cultura, à herança social, etc. Roberts (1997), numa referência ao conceito de Marshall, enuncia que direito social é o conjunto de direitos e deveres que permite ao indivíduo a participação em pé de igualdade em sua comunidade e na sociedade. Para esses autores, os princípios do contrato da democracia são evidentes na relação entre direitos e deveres, sendo que um não subsiste sem o outro e ambos são imprescindíveis para a cidadania. Nesse caso, aquele que não puder cumprir os deveres da cidadania, não pode ser tido como um cidadão pleno, capaz de lançar mão dos direitos inerentes a ela.

No segundo paradigma apresentado por Chanial (2004), o valor da cidadania não necessariamente é medido pela contribuição que o indivíduo dá para a sociedade e a partir disso, usufrui o que ela pode oferecer. A cidadania é parte do pacto da democracia, o qual tem em si mesmo valores que legitimam as pessoas de uma sociedade como cidadãos e, a partir daí, é possível exigir delas seus deveres como tal. Primeiramente, a condição de cidadania é dada a todo o indivíduo que nasce em sociedade. Ela é incondicionalmente reconhecida para que este possa agir autonomamente. Assim, esse paradigma considera a cidadania uma **dádiva social** que reconhece igualdade de dignidade para todos. Chanial (2004), ao tratar da questão da proteção social mediante esse paradigma, afirma que pode servir como modelo o funcionamento de uma política pública que atribui certa renda desvinculada da prestação de trabalho para elevação do patamar das camadas menos providas. Essa política poderia possibilitar o escape da miséria, dos estigmas identitários e da humilhação da assistência, favorecendo uma afirmação como pessoa, a exemplo dos repasses financeiros do atual governo federal, tais como bolsa-escola, bolsa-família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Roberts (1997) comenta que a cidadania social não significa a mesma coisa em todas as sociedades, por isso, importa compreender o seu significado no contexto brasileiro, principalmente se recordarmos do nosso passado recente de colônia, coronelismo e clientelismo baseados nas relações de parentesco e pessoalidade. Para isso, nos valem dos escritos de Teresa Sales (1994) sobre as raízes da desigualdade no país. Esta autora aponta para o passado da cultura política como uma forma de compreender melhor como se deu a construção da cidadania no Brasil. Segundo ela, durante o período colonial, no seio da sociedade escravocrata havia três classes de pessoas: os senhores, que eram proprietários de terras, representantes dos interesses das elites, e detentores do poder político; os escravos, os

quais eram desprovidos de direitos, uma vez que eram propriedades de seus senhores, assim como animais; e ainda, aqueles que não eram senhores, nem escravos, os homens livres. Tanto estes, quanto os escravos, se encontravam numa situação em que necessitavam do favor dos senhores para sobreviverem, pois as fazendas, praticamente se auto-sustentavam, restando poucas alternativas de emprego. Além disso, a concentração de terras no Brasil dificultava a sobrevivência dos homens livres que – embora fossem livres – eram discriminados por serem bastardos e por não possuírem bens a ponto de serem considerados cidadãos.

Dada a precária condição de emprego e a difícil possibilidade de aquisição de terras para plantio de subsistência, o homem livre muitas vezes buscava o auxílio do senhor de terras e, de alguma forma, se agregava a este criando um vínculo pessoal. Essa relação de favor entre os senhores de terra e aqueles que sentiam necessidade de alguma proteção para sua reprodução social se perpetuou mesmo com a proclamação da República, entranhando-se na cultura brasileira, inclusive nas relações políticas. Estes representantes das elites também controlavam os aparelhos de justiça ocupando cargos de delegados e formando as corporações municipais, conforme explicita o seguinte trecho:

A cultura política da dádiva sobreviveu ao domínio privado das fazendas e engenhos coloniais, sobreviveu à abolição da escravatura, expressou-se de uma forma peculiar no compromisso coronelista e chegou até nossos dias.
(SALES, 1994:26)

A cultura política da dádiva pode ser definida na relação de mando e subserviência obtida como forma de contrapartida à proteção recebida. Assim, Sales (1994) define que a cidadania formada no Brasil, teve sua origem na condição de não-cidadão do homem livre e do escravo, que se valiam dos favores e concessões dos senhores de terras para sobreviverem. Dessa forma, se estabelecem dois pólos de atuação, sendo que num deles se encontra a posição em que o sujeito tem condições para mandar, enquanto no outro se encontra o sujeito que necessita pedir. Essa relação de mandar e de pedir implica que um possa ser o provedor forte (que pode ser o que tem domínio de terras, por exemplo). Isso traz a contrapartida do favor devido a outrem, do donativo, do mando e da subserviência. O poder do senhor de terras se afirmava em relação ao homem livre e aos agregados que assumiram relações de trabalho e de dominação de algum tipo, além, obviamente, dos escravos que pela natureza da relação se dispunham à vontade do seu senhor.

Assim, resumidamente, a cidadania para Sales (1994) foi algo concedido por parte dos senhores de terras que vieram a se tornar as autoridades após a proclamação da república, enquanto mantiveram um tipo similar de relacionamento com as camadas populares com quem tinham um compromisso particular de “protegê-los” das agruras da condição de pobreza, miséria, violência etc., sem, no entanto, encarar isso como uma política contínua de desenvolvimento de proteções sociais, criação de emprego e renda, melhoria nos sistemas de saúde e de educação. Esse tipo de relacionamento traz para o âmbito do interesse individual a busca por direitos sociais, favorecendo a dependência, o clientelismo e a falta de participação social e política.

Nesse contexto, tem-se o que Dagnino (1994:104) chamou de “autoritarismo social” que se baseia em um ordenamento hierárquico e desigual, classificado de acordo com as categorias sociais classe, etnia/raça e gênero e que acontece em toda a América Latina, destacadamente no Brasil. Esse autoritarismo está enraizado na cultura do país e pode ser expresso através da determinação de lugares sociais ocupados conforme esses critérios.

Este ambiente autoritário perdurou por muitas décadas e tem a ver com a origem do Estado brasileiro, que tem como essência, o fundamento da sociedade pelo Estado, mais uma vez, reforçando os traços hobbesianos presentes. Se antes a população se voltava para os senhores de terras para prover suas necessidades mais imediatas, com o advento do Estado a população volta-se para este. Entretanto, não como portadora de direitos, mas, muitas vezes, buscando soluções particulares e favores, assumindo que os problemas enfrentados diziam respeito à esfera da família e como tal, deviam ser solucionados por ela, ao invés de reivindicarem políticas públicas, conscientes dos direitos coletivos. Uma vez concedidos os favores e solucionados os problemas, cria-se um laço de clientelismo que pode ser mais forte ou mais frágil.

Embora essa seja uma das estratégias particulares de cada um, esse comportamento não pode ser visto como uma regra geral, pois tem havido outras formas de manifestações que se constituem avanços na trajetória dos direitos. Há momentos históricos que mostram o processo em direção à cidadania, como o movimento pelas eleições diretas, movimentos ambientalistas, movimento dos sem-terra e outros. Essa ênfase possibilita vislumbrar que a formação da identidade dos brasileiros com relação aos seus direitos não está pautada numa atitude de passividade e alienação e, muito embora o autoritarismo ainda esteja enraizado na sociedade, já foram dados passos em direção a uma maior participação social e política.

Podemos dizer que a formação dessa identidade mais cidadã passa por influências culturais que se manifestam através de certa autonomia com relação às opções que o indivíduo faz. Em sua leitura de Gramsci, Semeraro (2004) salienta que apesar da vigência disseminada da ideologia das camadas dominantes, as camadas populares apresentam uma **autonomia relativa** – que não é completa e se expressa por meio da cultura e das opções que fazem. O conhecimento popular serve como base para se estabelecer critérios de escolhas que podem ser distintos daqueles que seriam esperados. Sabendo que a mudança de uma identidade subserviente para uma identidade mais cidadã é um processo social que não se dá de forma generalizada em toda a sociedade, coloca-se, pois, a importância de práticas voltadas para a construção do social e da cidadania⁷.

Tais processos se explicam, em parte, pela forma como a cidadania foi construída nas várias sociedades. Para compreender melhor a construção desses processos, retomamos o pensamento de Marshall (1967) que analisa o significado da concessão de benefícios e da prestação de serviços numa sociedade em que o contrato é fundante, dentro de uma lógica de contrato de cidadania. Marshall (1967) interpreta o benefício como uma concessão feita aos indivíduos que, por alguma razão, não são capazes de se prover de todos os bens e serviços necessários à sua sobrevivência, ou seja, aos desprovidos socialmente. Visto dessa forma, essa concessão vem acompanhada de uma carga simbólica de discriminação em que o beneficiário é rotulado como “incapaz”, apontando para uma situação de exclusão dada pela desigualdade social. Essa incapacidade diz respeito à provisão para sua própria reprodução social, ou seja, meios para sustentar a si e aos membros da família no tocante às áreas de vestuário, alimentação, educação, saúde, lazer e demais necessidades.

Contrapor a esta noção (benefício) à noção de prestação de serviço, sugere uma diferença ou a incorporação de um elemento qualitativo à análise. Um serviço, embora se constitua num apoio ao cidadão, não é um “presente”, mas um direito, uma vez que cidadania para Marshall (1967) é um conceito que envolve, além de direitos, a noção de deveres para com a sociedade e o Estado. Assim, a noção de ser usuário de um serviço, que é um direito adquirido, não desqualifica aquele que o usa e a própria prestação adquire outro significado que não o do “favor” feito aos indivíduos.

⁷ No contexto desse estudo as categorias ‘cidadania concedida’ e ‘autonomia relativa’ se fazem importantes do ponto de vista da discussão acerca dos relacionamentos estabelecidos entre os sujeitos da pesquisa e a instituição em questão e, como tal, serão retomados posteriormente.

Pode-se dizer, então, que para Marshall (1967) a cidadania só é válida quando se tem nítida a noção de deveres para com a sociedade. Sua compreensão envolve sempre uma contrapartida que deverá ocorrer em algum momento, mesmo que não seja imediatamente após a prestação do serviço. No entanto, na perspectiva de Chantal (2004), independente do dever do indivíduo para com a sociedade, a prestação de um serviço é um direito que está à disposição de todos, tendo em vista que a cidadania é condição dada universalmente aos indivíduos.

Observando-se a exposição dessas duas teorias de cidadania é relevante destacar que o próprio homem é sujeito de sua história, ou seja, é ele quem atua na sociedade e é responsável pelas transformações desta. Weber (2001) estudou o comportamento humano, pois compreendia que a sociologia deveria ter como objeto o significado das condutas humanas e que isso poderia ocorrer por meio da compreensão dos valores, costumes e crenças enraizadas no homem e que dão sentido à vida. Assim, compreendemos que o homem não é um ser passivo e totalmente à mercê dos fenômenos sociais como acreditava Durkheim (1966), mas que ele é ativo e que por meio da sua ação social constrói o mundo. No entanto, é inegável a força que sofre das instituições sociais previamente estabelecidas (como os valores morais e a ordem social), de modo que há um movimento dialético entre a ação do homem como sujeito social e a própria sociedade em que vive.

Nesse movimento dialético entre conduta do homem e ordem social, os avanços em direção à construção de uma cidadania legítima podem ser vislumbrados em nossa história quando nos deparamos com resistências às formas de dominação que culminaram em movimentos contrários a tal ordem hierárquica, junto com o surgimento e fortalecimento de atores e instituições que atuaram nesse sentido. A seguir, buscou-se reconstituir a emergência desses atores social no Brasil e analisar o papel desses atores nas mudanças sociais na nossa sociedade, mais enfaticamente no século XX.

1.3. O PAPEL DOS ATORES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL: Igreja, movimentos sociais e ONGs

Referindo-se à emergência de movimentos sociais na segunda metade do século XX, Scherer-Warren (1999) relata que nas décadas de 1960 a 1980, quando se vivia a ditadura militar no Brasil, as igrejas (referindo-se à Católica e à Protestante) designaram funções de

proteção às ONGs que tinham como proposta transformações sociais, tendo que atuar fazendo um trabalho discreto entre as bases. Nos anos 70, ainda nesse período, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST – originava-se ligado a Comissão Pastoral da Terra – CPT – da Igreja Católica. Esse movimento se fortaleceu e espalhou-se por todo o país tendo obtido o apoio de dirigentes ligados à Central Única dos Trabalhadores – CUT – e do Partido dos Trabalhadores – PT –, a partir de 1980. Na década de 90, o MST tornou-se o maior movimento popular do Brasil, tendo como principal bandeira a reforma agrária. Ainda nesta década, surgiu no Rio de Janeiro o “Viva Rio”, um ‘híbrido’ de campanha e movimento social, criado por uma coalizão de ONGs que incluíram o Instituto de Estudos Superiores da Religião - ISER – e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE. Esses institutos têm ligações com uma rede internacional de cooperação ligada às igrejas. Nessa ocasião, estava acontecendo uma reestruturação das políticas de financiamentos que apoiavam os trabalhos de base no Brasil. Esses movimentos, apesar de se distinguirem pelos tipos de serviços oferecidos, têm em comum que, nas suas origens, estavam associados a instituições ligadas à igrejas, embora tenham tomado rumos diferentes, não fundamentando um trabalho religioso.

Contextualizando-os historicamente, os movimentos sociais emergiram na década de 1970, dentro de um contexto econômico, político e conjuntural em que o cidadão, por si só, não era capaz de solucionar os problemas sociais emergentes (SILVA; ALVARENGA, 2001). Em um primeiro momento, os novos atores da sociedade civil se colocaram como contrários ao governo configurando novas formas de participação e de relações de poder e, posteriormente, na década de 1990, observou-se uma redefinição em termos de sua atuação.

Scherer-Warren (1999) fala de dois momentos em que esses movimentos foram especialmente importantes no Brasil: a) durante a ditadura militar, quando as lutas eram contra o regime vigente, a favor de maior liberdade de expressão, pela anistia etc.; e, b) após a ditadura, quando as reivindicações são a favor de uma democratização com justiça social, pelos direitos sociais, políticos e econômicos. Embora essas lutas tenham sido importante na conquista da cidadania, Scherer-Warren (1999) continua explorando que uma cidadania ampla e para todos, indiscriminadamente, ainda deve ser buscada em três instâncias: conquista de novos direitos, com a inclusão de direitos de terceira geração, como direito à qualidade de vida; reconhecimento do ‘direito de ter direitos’ e, cumprimento desses direitos através das leis estabelecidas.

Devido às conquistas dos movimentos sociais faz-se pertinente avaliar também o seu papel na transformação do sentido de cidadania para além dos aspectos jurídicos-formais, ampliando-se numa visão de reconhecimento do outro como sujeito de interesses, direitos, valores e demandas legítimas (TELLES, 1999). Nesses espaços, os conflitos sociais passaram a ser reconhecidos e a fazer parte das negociações políticas, tendo como novos interlocutores minorias como os grupos de favelados, sem-teto, sem-terra, ecologistas, etc.

Os movimentos sociais tiveram papel fundamental na formação de instituições organizadas, pois lutaram para passarem de objeto de políticas sociais a sujeito das mesmas. Essa luta deu visibilidade às redes de relações geradas pelas ações coletivas e essas estruturas organizadas ganharam proeminência sobre as estatais em relação à confiabilidade quanto à gerência de recursos públicos (GOHN, s.d.). Tem-se uma gama de atividades desenvolvidas por empresas dessa natureza, fazendo-se notar as diversas ações de apoio social aos segmentos excluídos que vêm sendo realizadas com fins de se promover a inclusão social, em muitos casos deixando para trás a postura assistencialista que intensifica e reproduz a patologia (FISCHER; FALCONER, 1998).

Para Gohn (s.d.), os movimentos sociais perderam força em virtude das políticas integradoras que exigiam a mediação de organizações institucionalizadas. Tais processos fortaleceram as Organizações Não Governamentais (ONGs), uma vez que se instauraram políticas de parceria com o poder público. De acordo com Fernandes (1996), tais organizações apresentam uma trajetória de compromisso com as necessidades das camadas populares e apontam para novas formas de se repensar o papel dos atores sociais na sociedade contemporânea.

Nesse contexto, Razeto, citado por Gohn, (s.d.) afirma que as ações sociais iniciadas nos anos 1980 transformaram-se, no decorrer da década seguinte, em ações solidárias alternativas deixando de se estruturar como movimento social, tornando-se, então, articuladas no interior de organizações institucionalizadas – como as ONGs – que passaram a desempenhar papéis centrais nas ações coletivas ao proporem ao governo projetos, soluções e planos estratégicos para resolver problemas.

Gohn (s.d.) acrescenta que os programas sociais de parceria muitas vezes têm sido implantados com caráter de serviço social, numa perspectiva despolitizada, principalmente em lugares onde a população não estava mobilizada em torno de interesses coletivos. Por sua vez,

o papel do Estado, muitas vezes, fica restrito ao de fomentador financeiro, repassando recursos que são geridos por essas instituições. Entretanto, a lógica capitalista da produção encontra-se enraizada nos processos de desenvolvimento dos projetos e, se por um lado, isso traz benefícios por outro, contribui para um movimento de retrocesso, pois o conteúdo político dos movimentos sociais deixa de fazer parte da pauta das instituições (em alguns casos), tendo em vista que para dar continuidade ao trabalho que desenvolvem e para que estes permaneçam sendo financiados, tornou-se imprescindível mostrarem “eficiência” do ponto de vista da produção, perdendo-se, muitas vezes, espaço para debates e discussões acerca de demandas não atendidas.

Estas questões têm, por sua vez, rebatimento nas formas de participação dos indivíduos nas organizações, no grau de sua autonomia e nos processos relacionados à formação de uma prática mais cidadã. Para Bordenave (1986), a participação é mais do que recepção de benefícios e de políticas públicas, constitui-se na intervenção e construção por meio da tomada de decisão e das atividades sociais dos indivíduos em todos os níveis. Em sua visão, a participação assume caráter de direito, manifesta pela presença ativa na produção cultural, política e econômica. Assim, a maior possibilidade de acesso a bens e serviços pode tornar possível um projeto maior, a autogestão, como sugere Bordenave (1986). Para ele, isso significa uma maior “autonomia de grupos populares organizados em relação ao poderes do Estado e das classes dominantes” (p.20). Nesse sentido, ele explica que autonomia não significa independência em relação ao Estado, pois o significado atribuído é de consciência política, controle popular sobre as ações estatais e fortalecimento do poder público quando este responde às demandas da população. Scherer-Warren (1999) analisa o processo participativo do indivíduo em duas dimensões: em torno da construção e defesa da identidade, a qual inclui questões de gênero, cultura, étnica, regional, religiosa, etc.; e em torno de valores éticos, tais como solidariedade, compromisso com o coletivo, com o destino de um povo, etc. A união dessas dimensões constituiria, portanto, o ‘sujeito social’ e possibilitaria a sua mobilização necessária para por em ação políticas sociais.

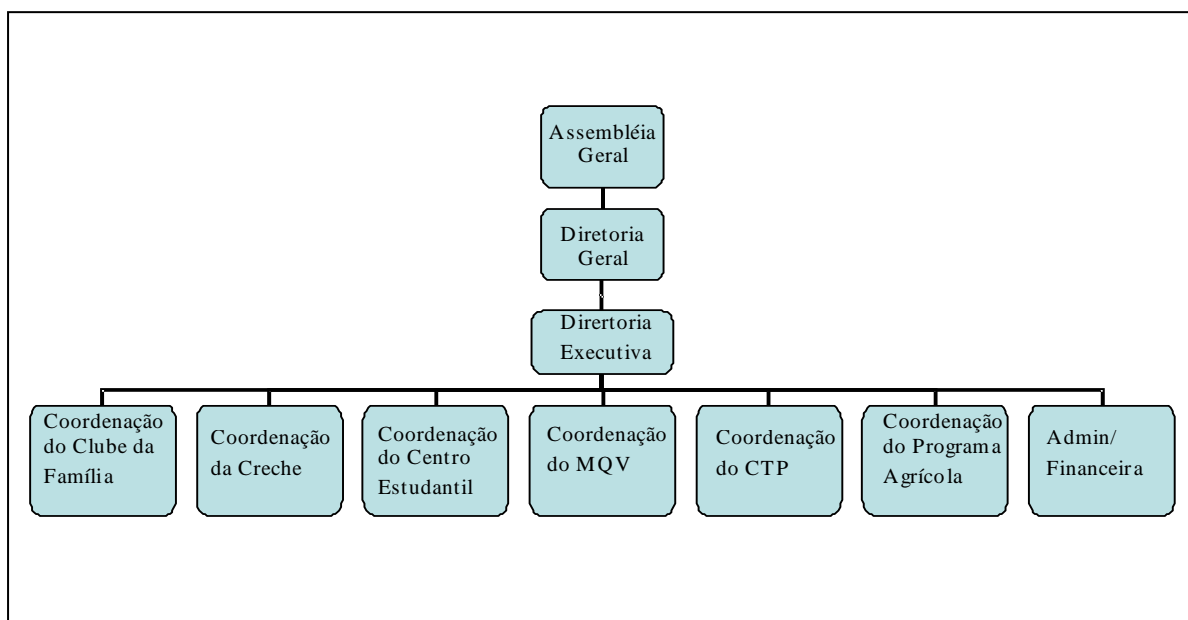
Tal contextualização do desenvolvimento das ONGs e de suas ligações com os movimentos sociais e as ações solidárias tem como finalidade localizar a instituição alvo deste estudo – a Rebusca – no panorama nacional de emergência de ações sociais. Ela surge dentro de uma instituição religiosa, a igreja Presbiteriana, num momento de efervescência dos movimentos sociais (na década de 1980) com a perspectiva de atuar nos moldes de uma ONG. Essas especificidades ou imbricamentos religiosos e políticos, aliados a elementos

constitutivos da nossa cultura popular, revelam a complexidade das análises desenvolvidas nesta pesquisa relativas ao contexto sociocultural em que se insere a Rebusca, uma instituição promotora de programas assistenciais e as famílias que buscam a prestação de serviços oferecidos por esta instituição.

1.4. A REBUSCA no cenário da prestação de serviço em Viçosa/MG e no contexto desta pesquisa

Em Viçosa, MG⁸, a Ação Social Evangélica – Rebusca, desde 1981 vem desenvolvendo ações sociais que têm a finalidade de “ajudar na promoção social de pessoas que se encontram em ‘situação de carência’, os ‘menos favorecidos’”, como se referem Silva e Alvarenga (2001). A Rebusca é uma ONG ligada à igreja Presbiteriana, tendo adquirido grande credibilidade na cidade, sendo, inclusive, reconhecida como instituição de utilidade pública municipal, tendo em vista o amplo atendimento às “comunidades carentes” da cidade. Sua estrutura organizacional corresponde à seguinte hierarquia, conforme mostra a Figura 1:

Figura 1: Organograma Geral da Rebusca



Fonte: Plano de Ação 2004

⁸ Viçosa tem, atualmente, uma população de 64.910 habitantes, conforme constatou o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE, 2001).

- Assembléia de membros. É convocada de tempos em tempos para eleição de diretoria geral, leitura de relatórios das atividades anuais e demais deliberações. Essa assembléia é formada por pessoas da sociedade que professem a fé cristã, independente de denominação religiosa embora, necessariamente, cristãos que confessem Jesus Cristo como Salvador. Estas são convidadas pela diretoria a participar como membros da assembléia por critérios não definidos no estatuto, mas que considerando o envolvimento com a ação social em Viçosa.
- Diretoria geral. Eleita pela assembléia e composta de um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro, e dois secretários. Uma das funções do presidente é a contratação do técnico para o cargo de diretor executivo. Os eleitos para esses cargos não são assalariados, atuam como voluntários. A partir desse nível do organograma todos os funcionários são contratados.
- Diretoria executiva. Subordinada à diretoria geral, é responsável pela contratação de coordenadores dos programas em conjunto com a diretoria geral, bem como pela execução das atividades cotidianas da instituição, juntamente com as coordenadorias dos programas. Embora a diretoria executiva seja representada na pessoa da diretora executiva, os coordenadores também tomam parte dela formando uma equipe, denominada pela diretora executiva como Conselho Diretor. Essa equipe trabalha em conjunto e se reúne para discutir os rumos dos programas, elaboração de novos projetos, mudanças nos projetos em andamento, resolução de problemas de sua alçada, etc.

A contratação de funcionários é parte da atribuição dos técnicos (coordenadores), juntamente com a diretora executiva. No Relatório de 2003, constava uma equipe de 38 pessoas que trabalhavam na Rebusca, destes 26 eram funcionários e 12 eram funcionários cedidos de outras instituições, os quais prestavam serviços à Rebusca. Dentre as instituições que cederam os funcionários, tem-se 7 funcionários da Prefeitura Municipal, 2 missionários da Igreja de Cristo, 2 missionários mantidos pela Equip Inc⁹ e 1 da Revista Mãos Dadas. Tal cessão de mão de obra foi conseguida devido às parcerias e apoios recebidos dessas instituições, uma vez que a manutenção da Rebusca é feita por doações.

A Rebusca tem como proposta auxiliar famílias em condições de carências materiais, a partir do que caracteriza como sendo “*prestação de serviços*” e cuidados, especialmente, às

⁹ Agência missionária norte-americana.

crianças e aos adolescentes. Ela define como seu objetivo a difusão da fé cristã e em seu Plano de Ação (2003), a instituição se descreve como

(...) uma associação de pessoas que compartilham de uma mesma fé religiosa, fundamentada em valores comunitários de solidariedade e transmissão da sua fé para melhoria tanto da condição socioeconômica como da espiritual (PLANO DE AÇÃO, 2003:s.p.).

Os fundamentos de sua filosofia podem ser percebidos nos princípios adotados como sua missão:

Trabalhar para a ampliação das condições de acesso das famílias de baixa renda de Viçosa a uma vida melhor, oferecendo-lhes oportunidades de desenvolvimento pessoal — rebuscadas na comunidade viçosense — e proclamando como caminho certo o evangelho libertador de Jesus Cristo (PLANO DE AÇÃO, 2003: s.p.).

Embora a Rebusca tenha sido fundada em 1981, foi somente em 1982 que a instituição começou a ter atuação de fato, com a abertura de uma creche no bairro Vale do Sol. Nesta época, também foi construída uma lavanderia comunitária a ser utilizada por lavadeiras em regime de cooperativa. Porém, problemas de abastecimento de água e de localização inviabilizaram o projeto. Em 1999 a Rebusca atendeu 112 crianças nos seus vários programas: uma sala do Centro Estudantil (para crianças de 6 a 10 anos), duas unidades de Creches (uma em Nova Viçosa e outra no Centro para atendimento de crianças de 2 a 5 anos), além do Centro de Treinamento Profissionalizante (CTP) e do Programa de Atendimento às Famílias da Rebusca, o “Clube da Família”. No Centro de Treinamento Profissionalizante são ministrados cursos de formação técnica em diferentes áreas como manicuro/pedicuro, cabeleireiro, etc., que são oferecidos para a população em geral, mediante pagamento. Outros cursos como *patchwork*, pintura e bordado, são oferecidos gratuitamente para as mães do Clube da Família e para os adolescentes do programa Mais Que Vencedores (MQV). A partir de 2000, a abertura de novas vagas nas creches e uma melhor organização do Centro Estudantil (CE) levaram a que o número dos atendidos nos seis programas desenvolvidos pela Rebusca atingisse 235 e em 2003 chegou a 350. No momento da pesquisa eram 261 os atendidos pela Rebusca – entre crianças e adolescentes na faixa etária de 2 a 17 anos de idade – bem como às suas famílias. A diminuição no número de atendidos nos últimos anos é atribuída às dificuldades financeiras da instituição em manter os programas.

Dada a grande demanda pelas vagas oferecidas, a instituição estabeleceu critérios de seleção das vagas em cada um de seus programas: além do preenchimento de uma ficha de inscrição, é necessário ter uma renda *per capita* familiar de até ½ salário mínimo. Para a unidade da Creche Centro, além desses, é necessário que a mãe interessada trabalhe fora de casa ou esteja pleiteando emprego e que a criança tenha entre 2 e 5 anos. Todos os programas são abertos à comunidade e a seleção é feita após o período de inscrições, quando é nomeada uma comissão formada por membros efetivos da assembléia geral da Rebusca. Essa comissão avalia os pedidos e seleciona as famílias a serem beneficiadas pelos programas e que comporão as vagas ociosas. Atualmente, a grande maioria das mães é empregada doméstica e, embora no critério renda, o máximo admitido seja de ½ salário mínimo, a maior parte das famílias atendidas tem renda *per capita* de ¼ do salário mínimo. São seis os programas oferecidos pela Rebusca à população:

a) *Creche-Escola* – é um centro de educação infantil que atende crianças de 2 a 5 anos de famílias consideradas “carentes” pela instituição, durante os meses de fevereiro a dezembro. Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, possibilitando às mães o acesso ao mercado de trabalho. Um dos objetivos específicos é desenvolver um programa de educação cristã; para isso, concebe atividades de devocional¹⁰, que consistem em histórias bíblicas adaptadas para essa faixa etária e músicas infantis também com temas bíblicos. O programa tem horário de atendimento das 8:00 às 17:00, prevê o oferecimento de quatro refeições por dia (café da manhã, almoço, lanche e jantar) atividades de recreação, aulas de música, etc. A Rebusca tem duas unidades da creche – Creche Vale do Sol, nas dependências da igreja Presbiteriana, sede da Rebusca, localizada à Avenida P. H. Rolfs, 275, Centro, e outra denominada Recanto das Posses, à Rua Luciana Monteiro, 120, nos limites entre os bairros Nova Viçosa e Posses. No ano de 2003, o número de vagas na unidade da creche Centro foi de 83 crianças e 30 no Recanto das Posses.

b) *Centro Estudantil* – esse programa promove ações educativas para crianças matriculadas na escola formal, com idade entre 6 e 10 anos, no sentido de desenvolver a comunicação, a sociabilidade, as trocas culturais e as atividades lúdicas como complemento às atividades escolares. Seu objetivo principal consiste em apoiar as crianças no seu desenvolvimento acadêmico, por meio de reforço das matérias vistas na escola, além do bem estar físico, social e “*espiritual*”, fortalecendo sua auto-estima. Funciona com duas unidades,

¹⁰ Devocional é um estudo bíblico de curta duração, no qual é lido um trecho bíblico e, em seguida, é feita uma oração.

uma na Igreja Batista, situada à rua Milton Bandeira, Centro e a outra no Recanto das Posses, Nova Viçosa – atendendo 66 e 58 crianças em cada uma delas, respectivamente. Na unidade da Igreja Batista, funcionam quatro turmas, duas no turno matutino, e duas no vespertino. Na unidade de Posses, há mais quatro turmas, duas pela manhã e duas à tarde. O horário de atendimento pela manhã é de 8:00 às 12:00 e à tarde é de 12:00 às 16:00. As atividades desenvolvidas compreendem aulas de reforço escolar, estudos bíblicos e recreação. São servidas duas refeições conforme o turno: café da manhã e almoço, ou almoço e lanche da tarde.

c) *Programa Mais que Vencedores para Adolescentes (MQV)* – este programa está voltado para o desenvolvimento da comunicação, da sociabilidade, de habilidades para a vida e de trocas culturais de adolescentes de comunidades pobres da cidade. É dividido de acordo com a faixa etária: MQV I, 11 a 13 anos; MQV II, 14 a 17 anos, atendendo em 2003 um total de 62 adolescentes nas instalações da Igreja Batista, rua Milton Bandeira, Centro. O objetivo principal é desenvolver intelectual, emocional, social e “*espiritualmente*” os adolescentes, “capacitando-os para a vida e para o mercado de trabalho” (PLANO DE AÇÃO, 2003:s.p.)

d) *Centro de Treinamento Profissionalizante (CTP)* - oferece cursos de capacitação e formação de mão de obra. Seu objetivo é levar conhecimentos práticos às famílias de baixa renda para que possam ter maiores chances no mercado de trabalho. Para isso, organiza oficinas e cursos de desenvolvimento de habilidades para o MQV, Clube da Família e comunidade em geral; viabiliza parcerias com a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e encaminha ficha de alunos para o SINE (Sistema Nacional de Empregos).

e) *Programa Agrícola* – este programa está voltado para a produção de verduras, legumes, e frutas sem agrotóxicos, além de carne, ovos e leite necessários à manutenção dos assistidos em todos os programas da Rebusca e para possível venda no mercado quando houver produtos excedentes. É desenvolvido na Unidade do Recanto das Posses, onde há uma grande área disponível para atividades agropecuárias.

f) *Clube da Família* – o programa tem como objetivo “promover o bem-estar social e ‘*espiritual*’ das famílias cujos filhos são assistidos pelos programas da Rebusca, de forma que essas famílias sejam integradas ao *projeto global* da Rebusca” (PLANO DE AÇÃO, 2003: s.p.). As atividades desenvolvidas voltam-se para diversas áreas de atuação, sendo compostas

por visitas domiciliares, hora do cafezinho, bazares, eventos especiais e festas, cursos de orientação familiar, *'aproximação das famílias com as diversas igrejas locais'* e o Programa de Integração Mãe/Criança (PIMC). O projeto também prevê visitas aos domicílios das famílias com filhos na instituição em que são realizados inquéritos às famílias e as informações são anotadas no Livro do Clube da Família. Essas informações são usadas para a confecção de relatórios que compõem o diagnóstico das famílias.

Como parte do programa *"Clube da Família"*, na unidade de Posses, ressalta-se um projeto diferenciado denominado PIMC – Programa de Integração Mãe/Criança. Sua criação deveu-se ao fato de ter havido uma evasão da creche, em virtude das mães estarem desempregadas e, por isso, não sentirem necessidade em manter seus filhos freqüentando a creche, a não ser para terem a alimentação. Após a constatação desse fato, o programa sofreu uma reavaliação sendo reconstruído em outros moldes. Hoje, o PIMC atende as mães e seus filhos às segundas, quartas e sextas feiras, tendo atividades diferenciadas para ambos.

Apesar do objetivo de auxiliar essas famílias, esse atendimento não é totalmente gratuito. Cada criança colabora com um valor de acordo com o programa. São duas as modalidades de pagamentos, a contribuição monetária ou o trabalho, sendo que um dia de trabalho equivale a uma mensalidade no CE, unidade do Centro e em Posses, e dois dias de trabalho, a uma mensalidade da creche. Para pagar assim, é necessário marcar o dia e a hora antecipadamente, respeitando uma escala de trabalho, de forma a suprir as necessidades da instituição que necessita desses serviços para complementar o quadro de funcionários. O valor da creche é de R\$ 13,50/mês; do Centro Estudantil, é de R\$ 9,00/mês; do MQV 1, R\$ 5,00/semestre e do MQV 2, R\$ 10,00/semestre. No Recanto das Posses, funcionam duas turmas do Centro Estudantil e a contribuição é de R\$ 6,00/mês. No Programa de Integração Mãe/Criança, as mães participantes são desempregadas da comunidade, o pagamento é feito com trabalho.

Retomando a discussão de Marshall (1967) quando ele analisa o significado da concessão de benefícios e da prestação de serviços, pode-se observar que na Rebusca essas duas perspectivas estão presentes. Enquanto uma ONG, voltada para a promoção social das camadas populares, cujo elemento de proclamação de uma fé se encontra presente, as ações que visam buscar meios para elevar o nível socioeconômico das famílias de classes populares podem contribuir para a concessão de benefícios, numa visão de *"ajudar a um povo"* que tem inúmeras limitações, seja por déficit educacional, visto que a escolaridade da maior parte

equivale ao ensino fundamental, mas, além disso, inúmeros outros fatores contribuem para a pobreza material, sendo que estes se tornaram impossibilitados de atingir níveis mais elevados sozinhos. Assim, socorrê-los para sanar os problemas mais urgentes, em certa medida, se faz necessário.

Por outro lado, não se pode caracterizá-la simplesmente como tendo uma visão de doadora de benesses, pois há uma série de outros elementos que permeiam a relação entre assistidos e instituição. O pagamento de contribuições mensais se coloca como um desses elementos de distinção. A noção de formação educacional para crianças e adolescentes e as ações que visam a capacitação para o mercado de trabalho, tanto para as crianças e os adolescentes quanto para seus pais, as quais tentam diminuir as diferenças e tornar mais igualitárias as oportunidades de acessos, são exemplos dessa concepção.

A recepção de benesses, seja da parte do governo ou de instituições da sociedade civil, não contribui para a mudança do quadro de exclusão social ou diminuição das desigualdades, pois age como um paliativo para esse mal, numa perspectiva assistencialista de “dar o peixe” exatamente em virtude da visão de que o beneficiário é um deficiente social, ou seja, um não-cidadão. Ao vê-lo como alguém que deixou o *status*¹¹ de cidadão, tem-se a manutenção do sistema de hierarquia social e desigualdade. Isso porque, ao se comparar a sociedade a um prédio de andares, mesmo que programas de distribuição de benefícios sirvam para elevar os níveis mais inferiores (como o porão) a um patamar mais alto, os outros níveis subsequentes também serão elevados, mantendo a mesma estrutura e, por conseguinte, a desigualdade. A própria questão de promover educação pode se revelar uma faca de dois gumes porque fornece mão de obra mais qualificada sem implicar, necessariamente, num aumento real de salário. Assim, embora estes sejam “promovidos” um nível acima, os níveis subsequentes têm a tendência de também receberem tal promoção, mantendo a hierarquia que já está posta.

Em alguma medida, essas ações podem se assemelhar ao caso da Rebusca, por ser ela uma instituição que direciona seus serviços a uma classe popular e que tem uma atuação que se torna mais consoante com a perspectiva de subida de um degrau, muito embora sua prestação de serviços vise a igualdade entre os indivíduos. Seus programas, ao buscarem a diminuição das barreiras de classe, podem caminhar pelas duas vias, de forma que ambas as

¹¹ O termo *status de cidadania* é usado por Marshall (1967) para designar a pessoa que é plenamente capaz de arcar com os deveres concernentes à ela, podendo, a partir de então, usufruir também dos direitos.

perspectivas podem ocorrer sem que isso esteja claro para a própria instituição e para os usuários.

Essa dualidade de sentido presentes na instituição – enquanto prestadora de serviços e/ou de benefícios – se tornará mais clara ao leitor na medida em que apresentaremos a metodologia para o desenvolvimento deste estudo, bem como as bases teóricas que nortearam o trabalho de campo e o tratamento dos dados empíricos. Claramente, o trabalho teve uma vertente de natureza sócio-antropológica que favoreceu a compreensão e apreensão mais completa do objeto em apreço.

CAPÍTULO 2

2.1. ABORDAGEM METODOLÓGICA E CONSTRUÇÃO DOS DADOS

Optamos pela pesquisa qualitativa, levando em consideração a natureza do nosso objeto em se tratando de uma pesquisa de caráter social. Haguette (1992, p.63), fazendo referência a outros autores, comenta que tal método fornece possibilidade de maior compreensão de fenômenos sociais por dar mais relevância aos “aspectos subjetivos da ação social face à configuração das estruturas sociais e pela incapacidade da estatística de dar conta dos fenômenos complexos e dos fenômenos únicos”, enfatizando as especificidades das origens e da razão de ser de um fenômeno. Nesse sentido, dada a natureza do que nos dispusemos a estudar, foi necessária uma inserção mais próxima da realidade da Rebusca e das famílias atendidas através de um “olhar de dentro” da instituição.

Utilizamos como método de pesquisa o estudo de caso que, de acordo com Gil (1998), possibilita maior aprofundamento sobre um objeto, favorecendo um conhecimento mais detalhado. A escolha desse método levou em conta o objetivo específico de se fazer uma análise mais aprofundada da prestação de serviços da Rebusca que fosse além das percentagens e do número de atendidos, entendendo que, embora esses dados sejam relevantes, eles podem mascarar o real valor desse atendimento, seja positivo ou negativo, e possíveis resultados desses serviços para os usuários/beneficiários da Rebusca.

A pesquisa empírica constou de uma *pesquisa documental* desenvolvida a partir da análise dos documentos da Rebusca, Planos de Ação¹², Relatórios¹³ e das fichas cadastrais dos seus usuários. Constou também de observação participante junto com as famílias nos

¹² Os Planos de Ação são planejamentos anuais de cada um dos programas da Rebusca, nos quais se estabelecem metas e se traçam estratégias para alcançá-los, também são colocadas as rotinas de trabalho e as dificuldades percebidas para o alcance das metas e no desenvolvimento diário do trabalho.

programas da Rebusca e entrevistas feitas com o responsável pela(s) criança(s) na instituição para esclarecer as especificidades e nuances das orientações da Rebusca. Tal procedimento buscou levantar dados relacionados aos aspectos socioeconômicos da família, à infra-estrutura do bairro e da moradia, à participação da família nos programas da Rebusca, à autonomia e à afiliação religiosa do grupo. Essa possibilidade de perscrutar não só o que está dado no discurso dos interlocutores, como também nas ações práticas do dia-a-dia é significativo para a compreensão da lógica dos sujeitos que as praticam.

Mais detalhadamente fiz, ao longo da pesquisa, um levantamento bibliográfico que balizou as análises de dados empíricos obtidos em campo. O trabalho de campo foi assim subdividido:

- a) Pesquisa documental de Relatórios e Planos de Ação feitos pela Rebusca. Parte da leitura desses documentos e anotações foi feita na própria sede da instituição, onde presenciei e participei do cotidiano dos trabalhos da secretaria. Pode-se afirmar que esses momentos serviram de interação entre a pesquisadora e os funcionários e possibilitou o início de uma relação de camaradagem que facilitou a inserção posterior nas reuniões do Curso de Orientação Familiar¹⁴ (COF). Por outro lado, essa aproximação fez com que se estabelecesse um laço com a mesma dificultando, em certo grau, o distanciamento necessário ao trabalho de pesquisa.
- b) Observação participante das reuniões do Curso de Orientação Familiar (COF), com anotações de campo e gravações de reuniões para entendimento da lógica de comportamento dos sujeitos, atentando para as subjetividades que eram expressas no momento das entrevistas e durante o acompanhamento das atividades do Clube da Família. Nessa etapa, estive presente em todas as reuniões do COF, participando sem interferir no desenvolvimento da mesma;
- c) Entrevistas estruturadas com 52 famílias; e, finalmente,

¹³ Os relatórios são anuais e descrevem todas as atividades realizadas naquele período, com as metas que foram atingidas etc.

¹⁴ O COF é um dos projetos do Clube da Família. Como o próprio nome indica, visa prestar orientações sobre as relações de convivência doméstica. Será melhor detalhado no Capítulo 3 desta dissertação.

- d) Entrevistas em profundidade¹⁵ com a Diretora Executiva, com a Coordenadora do Clube da Família e com participantes, bem como transcrição de fitas. Muitas dessas entrevistas aconteceram informalmente, sem o auxílio do gravador. Assim, foram gravadas dez entrevistas com mães e duas entrevistas com funcionárias da instituição o que fez um total de 12 entrevistas em profundidade, além de uma primeira entrevista-piloto, com fins de melhor estruturar o roteiro e as questões desta etapa.
- e) Uma terceira etapa compreendeu a organização, sistematização e a análise dos dados construídos em campo, além de elaboração da primeira versão da dissertação.

2.2. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA E DO OBJETO DE ESTUDO

Foi no contexto dessa instituição, a Rebusca, que nasceu a idéia para esta pesquisa, acompanhando os trabalhos que eram desenvolvidos junto às famílias participantes do Programa Integração Mãe/Criança (PIMC) – um projeto do Clube da Família no Recanto das Posses, na cidade de Viçosa. A minha inserção no programa se deu no ano de 2002, por um período de quatro meses, durante um estágio extra-curricular intermediado pelo programa Gilberto Melo/Centro de Ensino de Extensão da UFV¹⁶. Tal participação se deu na condição de extensionista, sendo-me permitido freqüentar as reuniões semanais e dinâmicas de grupo realizadas pelo programa, prioritariamente com mães. Constavam entre as atividades desenvolvidas no projeto, palestras com temáticas que versavam sobre o alcoolismo e a violência, sessões de terapia com uma psicóloga (que aconteciam sempre privadamente, entre as mulheres e a profissional), atividades com fins ocupacionais e/ou de geração de renda, como oficinas para fabricação de objetos e móveis de madeira para as residências, cursos de culinária e de artesanato com retalhos.

¹⁵ Cabe salientar que serão resguardados os nomes verdadeiros e as identidades dos sujeitos que se dispuserem a conceder entrevistas, além disso, foi reservado a estes o direito de recusarem-se a participar desse estudo a qualquer momento. A instituição mantenedora do Clube da Família, a Rebusca, está ciente e foi solicitada sua autorização para o desenvolvimento dessa pesquisa.

¹⁶ Esse programa oferece oportunidades de estágios a estudantes de graduação de diversos cursos da UFV, a partir do quinto período, junto a empresas e instituições locais e de outras cidades.

Ainda, como uma das atividades do estágio, foi feito um diagnóstico dos hábitos alimentares, a pedido da então coordenadora do Clube da Família, com o objetivo de subsidiar a confecção de um caderno de receitas que atendesse aos critérios de valor nutritivo e preços acessíveis à comunidade. Essa iniciativa partiu da instituição como uma forma de combate à desnutrição, uma vez que muitas crianças no bairro encontravam-se abaixo do peso indicado para sua idade. Atribuía-se esse fato às condições socioeconômicas e culturais do grupo – grande parte dos responsáveis pelo preparo da alimentação não tinha variações na elaboração dos cardápios a partir dos alimentos que dispunham. Assim, como uma estratégia para motivá-las, o PIMC, juntamente com as mães, coletariam receitas e as testariam para compilar o referido caderno.

Além da experiência de trabalho junto a esse segmento social, o estágio suscitou-me várias inquietações, questões estas que instigaram a procura por compreender melhor a forma de sobrevivência dessas famílias em condição de extrema precariedade, além do papel social de instituições como a Rebusca na vida dessas pessoas e das possibilidades de autonomia em condições de dependência. Questões como: que autonomia é possível a famílias em condições de extrema precariedade manifestar? Com que tipo de prestação pública de serviço estas famílias podem contar? Que condições de vida essas mulheres possuíam anteriormente à assistência da Rebusca? Em outras palavras, que fatores contribuem para que estas mulheres cheguem à Rebusca? O fato de serem mães com filhos para criar é um fator que as aproxima da Rebusca? Ao buscarem a Rebusca estas mulheres não estão procurando suprir as ausências do Estado na prestação de serviço à sociedade? A afiliação religiosa não poderia se constituir em uma forma de minimizar as dificuldades vividas? E a Rebusca, ela contribui para o fortalecimento de um tecido social composto por cidadãos pró-ativos e autônomos?

Essas primeiras questões orientaram, inicialmente, o projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Economia Doméstica. Entretanto, este primeiro esboço sofreu diversas reformulações no decurso dos meses entre a defesa do projeto e a escrita final desta dissertação, conforme será relatado em seguida.

2.3. REDIRECIONAMENTOS DA PESQUISA

Inicialmente, desejamos obter dados referentes ao nível de deliberação em relação à Rebusca e possíveis outras instituições que o indivíduo fizesse parte; nível de interação e participação nas decisões familiares e na comunidade. Todavia, no decorrer do trabalho de campo, novas questões surgiram e tomaram parte no corpo da pesquisa, principalmente no tocante ao aspecto religioso denotado nas ações da Rebusca, sendo necessário um redirecionamento da pesquisa. Assim, passou-se a incorporar dados referentes ao objetivo de evangelizar da instituição, tendo em vista que estes se destacaram de tal maneira que os encaminhamentos, *a priori* estabelecidos, foram reformulados quando houve uma maior aproximação da pesquisadora com a instituição. À medida que a leitura dos documentos foi se desenrolando, tornou-se extremamente saliente que a Rebusca tem como prioritária a proclamação do evangelho de Cristo, ponto de motivação para seu funcionamento. Nesse sentido, os investimentos iniciais feitos nos temas da cidadania, autonomia e participação passaram a dividir importância com a justificativa de adesão religiosa por parte das famílias. Assim, elegeu-se a “afiliação religiosa” e as “estratégias para não afiliação” como categorias de análise já que a evangelização e a divulgação dos preceitos bíblicos fomentam as atividades na instituição. Percebemos que essas atividades se dão em duas dimensões: tanto na divulgação da ética religiosa (pregação do evangelho); quanto na busca pela promoção social dos indivíduos em situação de miséria e pobreza como uma forma de expressão da caridade cristã.

Assim, primeiramente a proposta era coletar dados secundários para a caracterização socioeconômica dos participantes dos programas por meio das fichas de inquérito que o Clube da Família preenche ou das fichas que a instituição preenche para os interessados concorrerem às vagas. Essas fichas contêm dados que vão desde renda, escolaridade, estado civil dos pais, situação de moradia, até estado de saúde da criança. Contudo, após estudo nos arquivos contendo essas fichas, tornou-se clara a impossibilidade de utilizar tais dados, pois, muitas fichas estavam incompletas, outras não tinham a data de preenchimento, ou ainda eram muito antigas, datando de 1999, de modo que esses dados poderiam ter se alterado substancialmente. Com isso, houve a necessidade da coleta de dados primários para a elaboração do quadro de demandantes dos serviços da Rebusca.

O encontro com as famílias deu-se na própria instituição, nas unidades do Centro e da Igreja Batista e também nas casas dos assistidos. Essas entrevistas foram aleatórias, no

entanto, a maior parte dos entrevistados foram mulheres (mães, avós ou tias das crianças) por serem estas, freqüentemente, as responsáveis pela incumbência de levar e buscar as crianças da Rebusca, além de serem as pessoas que procuraram a instituição requerendo o serviço de creche para os seus filhos mediante sua necessidade de sair de casa em busca do trabalho remunerado. A amostra foi definida a partir do número de famílias participantes dos programas da instituição e não do número de atendidos, visto que uma mesma família tem mais de uma criança matriculada na Rebusca. Assim, embora o total de crianças fosse de 299, o número de famílias atendidas em 2004 foi 261. Destas, foram selecionadas, aleatoriamente, 52 famílias – perfazendo um percentual de 20% do total das famílias atendidas. O quadro abaixo mostra a distribuição de crianças e adolescentes por programa, o número de famílias atendidas e o número de entrevistas feitas por programa.

Quadro 1 – Distribuição do número de crianças atendidas por programa, do número de famílias e das entrevistas realizadas

| Programa | Nº de crianças atendidas pela Rebusca* | Nº de famílias atendidas pela Rebusca* | Nº de entrevistas realizadas** |
|---------------------|---|---|---------------------------------------|
| Creches | 113 | 89 | 18 |
| Centro Estudantil | 124 | 110 | 23 |
| Mais Que Vencedores | 62 | 62 | 11 |
| Total | 299 | 261 | 52 |

*Fonte: Relatório da Diretoria 2003.

**Fonte: Dados da pesquisa.

2.4. IMPLICAÇÕES DO TRABALHO DE CAMPO

O processo de construção dessa dissertação partiu, inicialmente, de um projeto que tinha como objetivo analisar o papel da Rebusca na reprodução das famílias que participavam dos seus programas. Essa primeira idéia indicou o caminho até a instituição em questão, com a qual a pesquisadora tinha certa ligação. No entanto, na trajetória de desenvolvimento das disciplinas do programa de pós-graduação e da construção do projeto, percebemos outras possibilidades que, a meu ver, pareceram mais instigantes.

Assim, junto com o comitê de orientação, iniciei um processo de mudanças no projeto original que veio a culminar neste trabalho final de dissertação. As principais modificações, disseram respeito aos objetivos desse estudo e aconteceram mais fortemente quando da minha incursão a campo. O trabalho de campo foi uma experiência extremamente rica e tudo quanto se escreveu nessas laudas é inferior à realidade vivenciada, já que a vida real é sempre maior do que o que se pode descrever. Por isso, consideramos importante que o texto aqui escrito possa tomar vida própria para que o leitor sintá-se atraído a mergulhar nestas páginas e consiga compreender o significado da leitura que fizemos da Rebusca e de seus relacionamentos com as famílias que fazem parte do seu corpo de ações. Pensado nisso, colocamos algumas experiências do trabalho de campo que trazem à tona o mergulho que o pesquisador faz no *mundo empírico*¹⁷ para, então, retornar à linguagem acadêmica e traduzir de forma interpretativa o quadro apreendido dessa realidade.

2.4.1 Dificuldades em Campo

O envolvimento pessoal do pesquisador com membros de grupos sociais gera várias ansiedades e foi necessário que elas fossem trazidas ao escopo da pesquisa como parte dos dados a serem discutidos, uma vez que é na interação pesquisador e pesquisados que se dá a construção dos tão almejados dados. Essas ansiedades não desaparecem com o fim do trabalho de campo, pois as expectativas dos sujeitos da pesquisa com relação aos resultados redigidos nesta dissertação estão presentes no pesquisador a todo momento. Não sei se o que foi escrito, através da minha interpretação, será agradável a eles ou mesmo inteligível, embora, este seja o nosso desejo.

Durante as dez primeiras reuniões me perguntei constantemente o que estava fazendo ali, pois procurava encontrar meu objeto de estudo nas conversas, nas falas das mães, nas próprias mães e parecia que nada do que investi como revisão de literatura emergia nessas ocasiões. Isso foi motivo de angústias por um período, então resolvi começar a gravar as reuniões. Tal procedimento foi bom porque perdia muito das falas ao anotar. Todavia, este não foi suficiente, mas, trouxe à pesquisa mais elementos para compor os relatórios que deram origem às descrições contidas nessa dissertação. Por vezes, a sensação de estar perdida me rodeava, mas era necessário perseverar para que as observações participantes pudessem

¹⁷ Usamos essa expressão para designar o contato com a instituição e com os sujeitos da pesquisa, bem como os conflitos e dúvidas que emergiram a partir desse momento.

ficar mais completas, no sentido de montar um retrato o mais fiel possível do COF. Um momento que foi altamente esclarecedor, sinalizando que estávamos no caminho certo, foram as reuniões de avaliação do curso no final do semestre quando as mães começaram a interagir. Nem todas falaram, a maioria dizia que “estava tudo bom do jeito que estava”, mas o que chamou-nos a atenção para a necessidade de se perceber as nuances do aspecto religioso foi a interessante colocação de uma mãe que queria ter momentos para “falar sobre Deus”, o que logo teve o apoio de outras mulheres. Isso apontou-nos para outros horizontes que, até então, não se havia pensado. Uma das expectativas de parte das mães era a possibilidade de ter um auxílio espiritual, quando solicitado, de uma instituição com princípios dessa natureza a qual elas estavam ligadas, como foi claramente exposto.

Devido à minha formação evangélica, muito do que fora falado nas reuniões era familiar e esse foi um grande obstáculo no trabalho de campo, pois, desnaturalizar algo que está dado como familiar foi tarefa que complexificou minha inserção. Ao mesmo tempo, embora a Rebusca seja evangélica, existe toda uma gama de diferenças de costumes entre as denominações, os quais davam uma sensação de estranhamento, pois, mesmo dentre as igrejas evangélicas, não ocorre a formação de um bloco monolítico único. Há várias diferenciações na forma de culto e outros hábitos que são estimulados entre os membros das igrejas, como foi verificado por Machado (1996).

Por outro lado, acreditamos que ser identificada como evangélica serviu para facilitar o acesso da pesquisadora à instituição, sendo considerada “alguém de dentro”, visto que a maior parte dos que lá trabalham são de alguma denominação evangélica. Talvez tenha havido uma identificação entre a pesquisadora e eles e, por isso, o estabelecimento da relação de confiança. Por outro lado, essa ‘facilidade’ dada pelo vínculo religioso, impôs-me a necessidade de também construir um olhar de distanciamento ao meu objeto, tão familiar e tão próximo. Nesse momento, foi fundamental o aconselhamento com o comitê de orientação que me assistiu na difícil tarefa de construir esse distanciamento e de tornar exótico o que era tão familiar.

A leitura que as mães fizeram da pesquisadora é um outro dado que deve ser explicitado. Eu era apresentada nas reuniões como “uma estudante de mestrado que ia estudar a Rebusca e ficaria acompanhando às reuniões”. Assim, nas reuniões do COF, entre as mães, era vista como “alguém de fora” que não fazia parte da Rebusca, tão pouco era uma mãe que tinha filhos lá, eu era alguém que observava e era observada, muito embora fosse conhecida

de algumas porque fiz diversas entrevistas na porta da Rebusca-Sede para elaboração da caracterização socioeconômica. Por outro lado, durante os três meses que frequentei as reuniões do COF, me tornei conhecida da maioria delas, tendo passado à condição de alguém “de dentro” da instituição. Com isso, pode ter havido certo *viés* no momento das entrevistas, pois, tendo sido reconhecida como alguém ligado à Rebusca, é possível que, em alguns casos, tenha havido certa tendência a dar respostas de acordo com o que achavam que eu desejava ouvir, sobretudo, pelo receio de uma represália dado que as informações pudessem ser repassadas para a instituição. Assim, esse pode ter sido um fator inibidor das críticas e situações desagradáveis que porventura tivessem ocorrido. A relevância de explicitar tal circunstância se encontra no fato de, unanimemente, as mães terem declarado que a instituição era “boa” ou “muito boa”. Todas se declararam muito agradecidas à Rebusca por ela haver melhorado consideravelmente sua condição de vida, não só por ter lhes dado a oportunidade de trabalhar, mas pelo cuidado com o filho, comparando-a a uma creche particular e incluindo a questão do “amor” com que as crianças são tratadas, segundo elas. Para tentar contornar esse tipo de problema, procurei manter na entrevista uma relação de confiança, deixando as mães à vontade para se expressarem, além de deixar claro que as informações seriam anônimas, sem revelar os nomes das informantes.

Durante as entrevistas, em todo momento, tive a preocupação de levantar questões que buscassem esclarecer as dúvidas referentes ao objeto de pesquisa. Algumas questões estiveram sempre presentes: Quais elementos poderiam me conduzir a compreender como se dava o relacionamento entre os atendidos e a Rebusca? Quais eram as estratégias das famílias com relação a manterem sua opção religiosa? Havia uma dependência declarada ou velada dos serviços e auxílios que a Rebusca poderia oferecer? Enfim, os objetivos da pesquisa se apresentavam constantemente à minha frente como algo a alcançar. Porém, manter um afastamento enquanto pesquisador foi árduo porque muito do que elas falavam fazia parte da minha realidade ao trabalhar com pessoas das camadas populares nas atividades de estágio em extensão rural. Assim, os conflitos entre experiência pessoal e pesquisadora contribuíram para criar uma tensão bastante forte, embora tenha procurado manter uma postura que não criasse expectativas nas entrevistadas. Acreditamos que a exposição destas dificuldades deixa mais transparente a postura da pesquisadora, bem como os entraves e avanços no momento da pesquisa de campo. Compreendemos que essas subjetividades estão presentes a todo o tempo, mas que a objetividade dos conhecimentos pode ser alcançada ao expô-las na medida em que se apresentam no percurso de um estudo e do rigor metodológico com que se construiu cada etapa dessa pesquisa.

CAPÍTULO 3

CONHECENDO AS ATIVIDADES DA REBUSCA E O CLUBE DA FAMÍLIA

3.1. RELATÓRIOS E PLANOS DE AÇÃO

Tendo em vista que o foco de análise se concentrou em um dos projetos da Rebusca, o Clube da Família, os relatórios propriamente analisados constam desde 1999 até 2003, quando este é oficializado enquanto um programa voltado para as famílias das crianças e adolescentes diretamente atendidos. Esses relatórios são documentos apresentados nas assembleias, trazendo relatos das atividades desenvolvidas no período por cada projeto. De 1990 até 1997, os relatórios foram bienais, passando a ser anuais no ano seguinte, em 1998. Só foram encontrados na instituição os relatórios a partir do ano de 1990 até 2003.

Embora o Clube da Família tenha começado a fazer parte dos relatórios somente a partir de 1999, foram lidos e arquivados sob formato de anotações os relatórios a partir de 1990 no intuito de construir um maior conhecimento sobre a instituição e de identificação da gênese do programa estudado. Por meio dessas leituras, foi possível perceber que, mesmo antes da oficialização de um programa que tratasse especificamente das famílias cujos filhos fossem atendidos pela Rebusca, já havia iniciativas voltadas para esse atendimento e que envolviam seus familiares. Este trabalho, contudo, tinha um conteúdo mais evangelístico, feito por uma capelã voluntária que visitava cada família, distribuindo Bíblias, conforme consta nos relatórios mais antigos da instituição, cujo registro foi nomeado como “assistência espiritual” (RELATÓRIO DA DIRETORIA, 1990-1991).

Além dessas visitas, foi feito o registro de cultos de final de ano, em que os pais foram convidados a assistir a apresentações de cantatas¹⁸ pelas crianças da creche. O relatório do

¹⁸ Números musicais com um tema, geralmente apresentados em datas comemorativas, nesse caso, no Natal.

biênio 94-95 trouxe como um dos objetivos da Rebusca causar impacto nas crianças e nas famílias de modo que eles “desejassem uma mudança de vida” já que, conforme ressaltava o relatório “muitas dessas pessoas estão sem perspectivas” (RELATÓRIO, 1994-1995, s.p.). Acreditamos que esse tipo de observação pode significar uma visão maternal da instituição em relação a seu público. A própria condição de ser uma organização criada por religiosos, pode suscitar uma relação de caridade entre as partes. Logo abaixo, tem-se como uma “ampliação de horizontes” da Rebusca o seu objetivo de fazer com que as famílias “aumentem o amor e a responsabilidade” para com os filhos, apesar de dificuldades como alcoolismo, pobreza, mães solteiras ou divorciadas, etc. Esses horizontes denotam uma visão bastante conservadora dos papéis que devem ser desempenhados por cada membro da família. Além disso, haveria também um julgamento de valor quando se faz referência a “aumentar o amor”. Afinal, como esse sentimento pode ser medido? Parece que, para a instituição o amor se revela no cuidado para com a prole.

Para as crianças, o sentido de “ampliar seus horizontes” se expressa na perspectiva da instituição a partir da educação formal e não-formal, realizado pelas aulas de reforço, oficinas de artesanato, passeios, programas educativos, literatura, outras atividades como a dança, canto coral, teatro e atividades físicas. E para os adolescentes há ainda a preocupação com o ambiente onde vivem que pode influenciar negativamente sua vida. Isso é exemplificado no relatório com o caso de duas adolescentes que freqüentavam a oficina de artesanato e ficaram grávidas. Baseado nos problemas reais detectados pela instituição, ela tem previsto temas para palestras e ações educativas no sentido de combate e prevenção do uso de drogas, álcool, gravidez precoce, abusos sexuais e outros. No entanto, questionamentos se fazem em relação a essa condução, na medida em que, os problemas identificados pela Rebusca podem não ser os principais problemas percebidos pela família. A partir de então e para coordenar projetos mais específicos em relação ao trabalho direto com as famílias, a Rebusca inaugurou o Programa Clube da Família.

3.2. O CLUBE DA FAMÍLIA: Uma iniciativa para agregar as famílias da Rebusca

Inicialmente chamado de Clube de Pais, o Clube da Família foi de fato iniciado enquanto um programa da Rebusca por um casal de missionários que chegou dos Estados Unidos no final de 1998, com o propósito de realizar um trabalho de evangelização com

pessoas carentes, no sentido de fortalecer os laços familiares e de “ministrar o amor e a esperança de Deus de forma que haja transformação de vidas a nível espiritual e também social” (CLUBE DE PAIS, s.d.). Sua vinda para o Brasil aconteceu por meio de uma agência missionária norte-americana, Equip Inc, cuja função é a de enviar missionários ao encontro de pessoas em situação de risco e a grupos populacionais “mais desprivilegiados, como é o caso, por exemplo, das crianças de rua, portadores de HIV, prostitutas, deficientes físicos, órfãos etc.” (CLUBE DE PAIS, s.d.).

Essa visão missionária identificou este casal com os objetivos da Rebusca que, antes de tudo, almeja “exercitar a caridade cristã e o amor ao próximo por meio das assistências prestadas” e, além disso, “a proclamação do Evangelho para aqueles que são alvo desse amor afim de que alcancem um melhor nível social”. A questão espiritual e a social estão de tal forma imbricadas que a elevação de uma tende, na visão da Rebusca, a puxar para cima a outra, e a elevação espiritual, sendo um processo, é obtida “na medida em que o indivíduo se aproxima mais do evangelho libertador de Cristo”. No entanto, embora realizada continuamente, a evangelização não é ostensiva, a ponto de criar um critério que venha a excluir as famílias que não se filiam a uma denominação evangélica.

Oficialmente o Clube da Família surgiu na Rebusca a partir do ano de 1999. No início seu objetivo principal, conforme relatado no Relatório da Diretoria (1999, s.p.) era “promover o bem estar social das famílias assistidas por meio de atividades que as integrem ao atendimento integral das crianças assistidas pela Rebusca”. O prolongamento do atendimento às famílias parece alicerçar-se no sentido dado pela instituição à organização “família”, considerada como local de apoio físico, econômico e emocional, em que os papéis são tradicionais e bem delineados.

Nesse mesmo relatório têm-se como principais realizações as visitas feitas a 60 famílias, a entrega de 31 cestas básicas, a realização de dois bazares para venda de roupas e calçados e a realização de três festas da Família. O conteúdo dessas visitas, bem como o objetivo das festas e qual tipo de comemoração, não foram relatados, ficando essas questões vagas no documento.

Ainda foram apontados como “casos especiais” o atendimento de emergência a duas famílias, uma que se encontrava em situação de moradia “insalubre, colocando em risco de saúde física e emocional a vida das crianças” (RELATÓRIO DA DIRETORIA, 1999, s.p.).

No outro caso, as crianças “se encontravam em situação de risco de abusos e usos de drogas” (RELATÓRIO DA DIRETORIA, 1999, s.p.). Porém, não há uma descrição mais elaborada de como se realizou este atendimento.

No ano seguinte, o relatório assemelhou-se muito ao de 1999, tendo sido traçado o mesmo objetivo e acrescido do relato das realizações correspondentes ao ano de 2000: aumento no número de visitas efetuadas, de 60 para 90; realização de cinco bazares de roupas e calçados usados; comemoração de três “Festas da Família”; acompanhamento psicoterápico a três famílias; e auxílio-saúde a receitas médicas. O relatório trouxe também como “destaque” o resultado da “Festa da Família” que, além de reunir toda a equipe de trabalho da Rebusca, ofereceu “uma oportunidade de recreação saudável para as famílias” (RELATÓRIO DA DIRETORIA, 2000, s.p.). Além dessa festa, outro “destaque” foi a festa de Natal, cuja programação teve “ênfase de ação de graças”, com conteúdo “bem cristão”, conforme Relatório da Diretoria (2000:s.p.).

Conforme esses relatórios, até o ano de 2000 o Clube da Família voltava-se principalmente para atividades que promovessem maior contato entre as famílias e a igreja ou a fé religiosa, numa atitude ora evangelizadora (cultos de ação de graças e festas), ora beneficente (auxílio à compra de medicamentos, distribuição de cestas básicas, promoção de bazares para as próprias famílias). Essas ações, embora fossem emergenciais, podem ter contribuído para a reprodução de uma postura reativa frente às dificuldades da vida cotidiana, sobretudo quando os atendidos não procuravam outras soluções para si, buscando constantemente auxílio externo na Rebusca para sanar seus problemas.

A partir de 2001, tem-se uma nova dinâmica no Clube, observada nos Plano de Ação e nos Relatórios subsequentes, os quais se tornaram mais detalhados, trazendo objetivos, justificativas e metodologia. Têm-se então, atividades voltadas para sete grupos de atividades, as quais são denominadas como projetos do Clube da Família, são eles: projeto de visitação, hora do cafezinho, aproximação das igrejas com as famílias, bazares, festas, curso de orientação familiar e o programa de integração mãe/criança (PIMC). Segundo os Planos de Ação (2001, 2002 e 2003), a metodologia consistia em atrair as famílias pelas atividades desenvolvidas, de modo que estas fossem capazes de fornecer subsídios para auxiliarem-nas a enfrentar os problemas do seu cotidiano. A participação da família na Rebusca é, freqüentemente provocada, ou seja, induzida pela instituição.

A preocupação da Rebusca em iniciar projetos que se identificassem com as possíveis famílias demandantes foi percebida a partir de algumas questões que constavam dos Planos de Ação, como: “Vai valer a pena, para os pais, o tempo que investirão para participar desta atividade?” e “De que forma prática estamos ajudando os pais a lidar com as suas necessidades através desta atividade?”. Essas perguntas deveriam ser feitas para que houvesse uma reflexão quanto à aplicabilidade, viabilidade e adequação dos projetos aos interesses dos pais, de forma que se sentissem incentivados à participação.

O projeto de “Visitação às famílias” é anterior ao Clube da Família e visa estabelecer uma relação de amizade com as famílias e contato com a realidade socioeconômica por elas vivenciada. No Plano de Ação (2004), a justificativa para essa visita é a seguinte:

(...) nosso alvo geral de promover o bem estar social e espiritual das famílias torna-se uma impossibilidade se não estivermos dispostos a ir de encontro às famílias, buscando amizade e aproximação bem como uma melhor compreensão da realidade que vivem.(PLANO DE AÇÃO, 2004:92)

Assim, ocorre uma visita a cada família, com duração de, aproximadamente, 45 minutos, feita por duas pessoas, sendo que uma fica com as crianças e outra faz uma série de perguntas sobre a família e anota num livro denominado Livro do Clube da Família, impresso especialmente com essa finalidade, o qual fica arquivado na Rebusca-Sede. O inquérito é composto por perguntas fechadas, com espaço para observações no final, no qual são escritas informações extras sobre a família, como casos de doenças graves, desemprego, riscos referentes à moradia e outros problemas percebidos pelo visitante ou relatados pelo informante. As perguntas fechadas traçam o perfil socioeconômico: quantas pessoas moram na casa, grau de parentesco, grau de escolaridade, tipo de moradia (própria ou alugada), despesas com água, energia, aluguel, medicamentos etc. Como conteúdo da visita, as argumentações são feitas no sentido de se construir uma maior aproximação entre a instituição e a família, contando com a “cooperação da mãe para melhor aproveitamento do filho nos estudos” (PLANO DE AÇÃO, 2004:92).

O projeto “Hora do Cafezinho” é realizado uma vez por semana em cada uma das unidades da Rebusca no centro da cidade. Às quintas pela manhã, na igreja Batista e às terças, de 16 às 17 h, na igreja Presbiteriana com a finalidade de entrosamento e contato amigável das mães entre si e com a instituição. É realizado pela coordenadora do Clube e por uma voluntária. Nesse momento, além do cafezinho, são oferecidos livros evangélicos e de auto-

ajuda no regime de empréstimo (como uma mini biblioteca) para as mães e responsáveis pelas crianças no horário de saída destas do Centro Estudantil e da Creche.

Outra atividade é a realização de bazares de roupas e sapatos usados, duas vezes por semestre. Seu objetivo, conforme Plano de Ação (2004), é oferecer às famílias uma alternativa para a aquisição de vestuário a preços mais baixos que os praticados no comércio. Há regras para o bazar como somente vender à vista e ter horário para começar e para terminar. A atividade de separação das roupas, colocação de preços, montagem e desmontagem do bazar é feita com a ajuda de uma monitora e de mães voluntárias. A organização do evento fica por conta da coordenadora do Clube, responsável por levantar as doações e a divulgação é feita em conjunto com a monitora e as mães.

Como projeto de “Festas”, são realizadas duas festas anuais que envolvem todas as famílias atendidas pela Rebusca e toda a equipe de funcionários, além dos voluntários. A Festa da Família acontece no final do primeiro semestre de cada ano (julho), na Sede da Rebusca (área externa da Igreja Presbiteriana). São montadas barracas de alimentação e são servidas bebidas típicas de festas juninas como canjica doce, pipoca, quentão não alcoólico etc. Há apresentação de danças e barracas para distribuição de brindes. A Festa de Natal é um culto em uma das igrejas que sediam a Rebusca (1ª Igreja Batista ou Igreja Presbiteriana) com mensagem evangelista e apresentação de cantatas das crianças e dos adolescentes.

Uma quinta atividade é o “Curso de Orientação Familiar”, ministrado pela coordenadora do Clube da Família. No Plano de Ação (2004) consta o seguinte objetivo:

Promover entre os pais ou responsáveis das crianças a consciência da importância de seus papéis na formação de seus filhos e prover subsídios para que estes papéis sejam desempenhados de forma mais saudável. Ao mesmo tempo prover para as crianças um ambiente saudável para que sejam estimuladas em seu desenvolvimento físico, emocional, intelectual e espiritual (PLANO DE AÇÃO, 2004: 98).

Nota-se constantemente a preocupação em “prover um ambiente saudável” para a criança. Os significados do que seja um “ambiente saudável” para a Rebusca e para a mãe e/ou família têm significados distintos internamente nesses dois grupos e entre si. Do ponto de vista da instituição, a família frequentemente é percebida como deficitária dos atributos a uma “boa formação”, pois, muito embora a família esteja preocupada com esses aspectos, muitas vezes, ela “não possui meios ou conhecimentos suficientes para isso”. No mesmo Plano de Ação e nos anteriores, se encontra a seguinte justificativa para o curso:

Sabemos que muitos pais estão lutando para dar uma boa formação a seus filhos, mas que muitas vezes lhes falta subsídios psicológicos e modelos práticos para que este desejo se torne realidade (PLANO DE AÇÃO, 2004: 98).

O oferecimento de modelos para a representação de papéis dentro do contexto familiar é subjacente à idéia de um modelo de família tradicional que é repassado pela Instituição. O currículo do curso reforça essa idéia com temas como: cuidados com a vida espiritual; comunicação e disciplina dos filhos; como entender a dinâmica das famílias; como administrar o seu lar. Para cada uma dessas aulas era prevista a visita de um profissional da área: pastor, psicólogo e pessoa ligada ao grupo de Alcoólicos Anônimos (AA).

O Projeto de Integração Mãe/Criança (PIMC) acontece na unidade que funciona no Recanto das Posses, como já foi descrito na abordagem metodológica, havendo a divisão de turmas de acordo com o ano de entrada no programa. O projeto funciona atualmente com duas turmas: Turma A, que se encontra no terceiro ano de atividades e Turma B, no primeiro ano¹⁹. O objetivo descrito pelo Programa é o seguinte:

Ajudar mães cuja circunstância de vida exclua o trabalho remunerado em período integral, a se desenvolverem como pessoas e a desempenhar de forma mais saudável seus papéis de cuidadoras e educadoras de filhos em idade pré-escolar. Ao mesmo tempo auxiliar as crianças a se desenvolverem de forma global (PLANO DE AÇÃO, 2004:100).

Seguindo a mesma linha ideológica dos demais programas, a característica que dá o diferencial do PIMC é a questão do trabalho não remunerado. Enquanto as atividades voltadas para auxiliar camadas populares desenvolvidas nas unidades do Centro da cidade têm como um dos critérios de seleção o trabalho da mãe ou do responsável direto pela criança, esta atividade, voltada para a comunidade de Posses, tem como critério a situação de não-trabalho remunerado. Pressupõe-se então que o tempo disponível dessas mulheres seja devotado às atividades domésticas, principalmente o cuidado e educação dos filhos. Assim, a maior parte dos assuntos tratados volta-se para as questões relacionadas aos comportamentos familiares, como o mais importante problema enfrentado.

As aulas para a Turma A versavam sobre educação cristã, noções básicas de higiene e saúde e saúde emocional. Já para a Turma B, era educação cristã, noções básicas de nutrição, culinária e saúde. Ao examinar mais detidamente esses conteúdos observou-se que o currículo

¹⁹ Em 2003 não foram abertas vagas para o programa, assim tem-se uma turma a cada dois anos, Turma A de 2002 e Turma B de 2004.

foi planejado para proporcionar um ambiente favorável à evangelização ao mesmo tempo em que os módulos de aulas são ministrados. Cada módulo aborda um tema, relacionando-o com assuntos bíblicos. Para cada turma foi adotado um currículo diferente de palestras, sistematizando um curso com duração total de dois anos. No Plano de Ação (2003) encontra-se a seguinte divisão de temas por módulos programados para esse período:

- Primeiro módulo - Auto-estima. Previsto para quinze aulas baseadas no livro *Construindo a Sua Imagem Pessoal*, de autoria de Josh McDowell, intituladas: “O que é auto-estima”; “O que Deus pensa sobre nós”; “Os resultados de uma baixa auto-estima”; “Como você formou a imagem que tem de si mesma”; “Como você foi criada”; “O caso do pai desaparecido”; “As três pernas do banquinho da auto-imagem”; “Restaurando a base”; “Pertencer”; “Ser valiosa”; “Ser competente”; “Re-educação: o processo”; “Chegando mais próximo da imagem de Deus”; “Auto imagem com um propósito”.

A primeira parte do curso visa estabelecer a elevação da auto-estima das participantes para que se inicie a formação de uma atitude mais positiva em relação à família e ao futuro de uma forma geral.

- Segundo módulo – O papel da mãe. Previsão de oito aulas, baseadas no livro *Becoming the Parent You Want to Be*, com os temas: “Como desenvolver um sonho para a sua família”; “Como aprender mais sobre seus filhos”; “Como cultivar um espírito otimista para com seus filhos”; “Como entender que você também está crescendo emocionalmente”; “Como compreender o valor da luta e do desequilíbrio”; “Como equilibrar as necessidades de todos”; “Como lidar com os seus sentimentos e suas ações que prejudicam os filhos” e “Como buscar ajuda quando você precisa”.

Este módulo é voltado inteiramente para o papel da mulher, fortalecido e legitimado na família e na instituição dentro de um modelo tradicional de família, como sustentáculo e apoio às necessidades emocionais do grupo. É ela quem deve ‘prover’ tais necessidades aos outros membros, enquanto um atributo que lhe é ‘naturalmente’ constitutivo do seu ser. Nesses mesmos moldes, o próximo módulo volta-se para os cuidados que se deve ter com a prole no que tange à educação moral e ao lado afetivo-emocional. Já o quarto módulo continua tratando dos filhos, mas, a partir do lado prático da vida cotidiana:

- Terceiro módulo – Do que as crianças precisam. Baseado no livro *Drogas: Como Evitar*, com previsão de oito aulas: “Prevenção é melhor que intervenção”; “As crianças precisam de segurança emocional”; “As crianças precisam de reconhecimento e aprovação”; “As crianças precisam de liberdade de ação e constância”; as crianças precisam de exemplos realistas; as crianças precisam de amigos e um ambiente compreensivo; as crianças precisam de sonhos e alvos de vida; sinais de alerta nas crianças.
- Quarto módulo – Como cuidar do corpo da criança. Também baseado no livro *Becoming the Parent You Want to Be*, no filme *Vida de Criança* e *My Preschooler*. Previsão de seis aulas: “Criando uma rotina saudável”; “Como ajudar a criança a dormir”; “Como ajudar a criança a comer de forma saudável”; “Como treinar a criança: fraldas, xixi na cama, banheiro”; “Como quebrar maus hábitos: chupeta”; “Como criar bons hábitos: escovar os dentes, lavar as mãos, banho, etc”.

Esses conteúdos são tratados no primeiro ano do curso ministrado em Posses, no segundo semestre, os temas são diferentes, mas têm o mesmo sentido:

- Quinto Módulo - Como cuidar dos sentimentos da criança. Previsto para ser dado em cinco aulas, baseado nos livros *Becoming the Parent You Want To* e *My Preschooler*. Temas: “Como compreender os sentimentos”; “Como responder ao choro e a birras”; “Como ajudar a criança com seus medos; “Como ajudar a criança a se separar de você”; e “Como proteger a criança dos conflitos dos adultos”.
- Sexto Módulo - Como disciplinar a criança. Previsão de quatro aulas, baseado nos livros *Becoming the Parent You Want to Be*, “*My Preschooler*” e *Limites*. Temas das aulas: “Como compreender o mau comportamento”; “Como estabelecer limites”; “O que fazer quando a criança testa os limites”; “Como negociar conflitos entre os pais e a criança”.
- Sétimo Módulo – Como cultivar boas relações na família e com as outras pessoas. Previsão de oito sessões, baseado no livro *Becoming the Parent You Want to Be* e *My Preschooler*. Aulas: “Como ensinar irmãos a se darem bem”; “Como lidar com outros parentes e familiares”; “Como estimular a brincadeira e o aprendizado”; “Como ensinar a criança a dividir as coisas”; “Como compreender as amizades de criança”;

“Meninas e meninos; como ensinar a criança a viver num mundo cheio de diversidade”.

Nesse último módulo, a temática volta-se da prole para a própria mãe:

- Oitavo módulo - Como cuidar da saúde emocional da mulher. Previsão de nove aulas, com os seguintes temas: “Flutuações hormonais no mês”; “Depressão pós-parto”; “Fases da vida da mulher”; “Sexualidade feminina”; “Relacionamento com o marido”; “Como lidar com sentimentos negativos”; “Raiva”; “Solidão”; “Culpa”; “Luto”.

Esses temas se alicerçam em um modelo tradicional de família em que os papéis estão muito definidos: ao pai, cabe prover as necessidades do grupo, à mãe ser o sustentáculo emocional e afetivo do grupo, onde não há lugar para o conflito nas relações familiares. Além desses, há também palestras sobre saúde que também fazem parte do currículo do curso e outras sobre culinária prática (cozinha experimental) e teórica (nutrientes, energia, proteínas, vitaminas etc.).

Outra atividade que ocorre é a oficina, sempre nas segundas-feiras, promovendo a confecção de objetos de madeira (caixa, mesa, cadeiras, armário) os quais pertencem à própria mãe que o confeccionou e tem como objetivo o desenvolvimento de habilidades manuais e o favorecimento dessas famílias em termos de melhoria do mobiliário de suas moradias.

Os temas apresentados nos cursos da Rebusca versam, no geral, sobre temas voltados para o emocional/espiritual como o desenvolvimento da auto-ajuda, o resgate da auto-estima, além desses, temas voltados para a família tem foco central na instituição como “Os Papéis familiares” (com ênfase para o papel de mãe, nesse tema, incluem-se lições de “como ser uma boa mãe” e de cuidados com os filhos). A preocupação da Rebusca com a família no sentido de fortalecê-la para que a criança seja mais saudável física, moral, mental, psicológica e emocionalmente pode ser uma tendência advinda de doutrinas religiosas evangélicas, que tem na família o foco central. Mas apesar de todos os membros terem um papel importante no grupo, este modelo está alicerçado e se sustenta, sobremaneira, na mulher – é ela quem ‘deve garantir’ em grande medida, a reprodução econômica e social do grupo.

No COF, embora não se tenha um roteiro estabelecido a longo prazo, os conteúdos são semelhantes. A escolha desses conteúdos, na sua maior parte, doutrinários, explica-se, a nosso ver, na diretriz religiosa da instituição baseada nos valores e modelos tradicionais. A

inexpressiva participação das mães em dinâmicas não diretamente relacionadas às possibilidades de aquisição de renda, como nos serviços domésticos, podem estar refletindo muito mais a aceitação da instituição aos padrões tradicionais de trabalhos permitidos à mulher do que a sua falta de iniciativa. Isso se fez bastante visível numa das reuniões de avaliações semestrais do COF, quando a coordenadora propôs que todos os presentes opinassem sobre os conteúdos e o formato geral do curso, não havendo, na ocasião, nenhuma manifestação ou participação do grupo. Tais questões podem revelar a inadequação da instituição à realidade vivida pelas famílias: da realidade de trabalho da mulher impondo novas expectativas e demandas, da prevalência de outros modelos de famílias – muitas vezes impostos pela necessidade de sobrevivência do grupo, dos conflitos presentes mediante os projetos individuais e os projetos do grupo, etc. Por outro lado, a inexpressividade na participação das mulheres pode estar também relacionada à convergência que existe entre a diretriz dada pela instituição e as expectativas que as famílias têm em termos dos seus valores e do seu modelo de família, tendo no modelo tradicional o seu ideário de família – mesmo que na realidade vivida por elas esses modelos não se efetivem.

Aliado a esses direcionamento dado por um ideário de família que é legitimado e reforçado pela Rebusca, a inexpressiva participação dessas mulheres talvez se explique na falta de oportunidades que tiveram para atuação no mundo público, não tendo ainda desenvolvido um nível de maior envolvimento nesses espaços para deliberar com maior liberdade sobre suas próprias demandas. Nesse sentido, importa retomar o conceito de ‘cidadania concedida’ de Teresa Sales (1994) no artigo “*Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira*”. Nas camadas populares, esta referência tem um sentido mais forte, pois, a concessão das regras e das leis que estabeleceram os direitos não serviu para implantar um processo de reconhecimento desses direitos e o poder de escolha e de decisão que foram outorgados aos cidadãos igualmente. Assim, continuam no degrau da subserviência, inclusive quando têm a possibilidade de saltar para o degrau decisório, quando há um clima mais participativo, favorecendo o exercício da cidadania.

Importante considerar também, retomando Demo (1992), que para a efetivação da cidadania é necessário não só o aspecto jurídico, mas as condições para isso. Para o mesmo autor, a cidadania, enquanto uma dimensão emancipatória e, portanto de autonomia, tem um lado econômico-produtivo e outro participativo, pois, a emancipação é tida como a capacidade organizada para projetar o próprio desenvolvimento e isso não se resume à questão econômica, embora ela seja crucial. Para ele, a cidadania é “um processo histórico de

conquista popular através do qual a sociedade adquire, progressivamente, condições de tornar-se sujeito histórico consciente e organizado, com capacidade de conceber projeto próprio” (DEMO, 1992, 17). Assim, nota-se que a cidadania caracteriza-se como a faculdade de pensar por si mesmo e de efetuar ações no sentido de atingir melhores condições de vida.

O perfil socioeconômico apresentado a seguir fundamenta as análises até aqui desenvolvidas, possibilitando um maior entendimento dos limites para a construção de uma autonomia menos consentida, ou numa perspectiva mais otimista, das possibilidades de se construir brechas para uma cidadania mais efetiva.

3.3. CARACTERIZANDO AS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELA REBUSCA: Traçando o perfil socioeconômico

Na caracterização socioeconômica dos atendidos pela Rebusca²⁰ encontramos um quadro de pobreza material muito característico das condições de vida de tantos outros grupos pertencentes a esse segmento da população, historicamente alijados das possibilidades de inclusão dentro do processo de produção capitalista. Na análise socioeconômica que fizemos, obtivemos a renda familiar a partir da soma dos ganhos mensais de todos os moradores da casa. Como pode ser visto no quadro abaixo, a grande maioria das famílias não ultrapassava a faixa dos dois salários mínimos.

Quadro 2 – Distribuição percentual da renda familiar em salários mínimos

| Número de salários recebidos por família | % |
|---|-------------|
| Não soube informar | 2% |
| Nenhuma renda | 2% |
| Até um salário | 27% |
| Entre um e dois salários | 48% |
| Dois a três salários | 19% |
| Mais de três salários | 2% |
| TOTAL | 100% |

Fonte: Dados da pesquisa. (grifo nosso)

²⁰ Conforme explicitado no capítulo metodológico, o perfil socioeconômico foi elaborado considerando um percentual de 20% do total de famílias atendidas, escolhidas aleatoriamente em todas as unidades da Rebusca.

Além desta renda, 73,1% das famílias, ou 38 famílias, tinham seu orçamento complementado por algum programa social de transferência de recursos do governo federal, conforme detalha o Quadro 3.

Quadro 3 – Tipos de programa social, valor do recurso transferido, periodicidade e número de famílias beneficiadas

| Programa | Valor do recurso transferido | Periodicidade do recebimento | Nº e % de famílias beneficiadas |
|--------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|--|
| Vale gás | R\$15,00 | Bimensal | (17) 44,7% |
| Bolsa Escola | R\$15,00/filho entre 6 e 15 anos. | Mensal | (11) 28,9% |
| Bolsa Família | R\$ 80,00 | Mensal | (3) 7,9% |
| Bolsa Família e Vale gás | R\$ 80,00 e R\$15,00 | Mensal e bimensal | (4) 10,5% |
| Bolsa Escola e Vale gás | R\$15,00 e R\$15,00 | Mensal e bimensal | (2) 5,3% |
| PETI* e Vale gás | R\$50,00 e R\$15,00 | Mensal e bimensal | (1) 2,6% |
| TOTAL | | | (38) 100% |

*PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao tipo de vínculo de trabalho, formal ou informal, cerca de 43% das famílias trabalhavam com carteira assinada, em detrimento dos 57% que trabalhavam sem carteira assinada. As ocupações dos responsáveis centravam-se no setor de prestação de serviços. A maioria das mães trabalhava como empregada doméstica ou faxineira 67,3%; 11,4% trabalhavam em outras áreas de prestações de serviço, e 5,8% fazendo trabalhos remunerados eventualmente (bicos). Mães em busca de trabalho ou desempregadas somavam 9,6% do total e um percentual um pouco menor que 6% se autodenominaram “donas de casa”. Em relação ao pai ou responsável, 78,1% tinham como ocupação, trabalhos que exigiam baixa qualificação, como servente de pedreiro, cozinheiro, auxiliar de laboratório, lavrador, padeiro, vigia noturno, jardineiro, mecânico e serralheiro; 12,5% estavam desempregados; 3,1% tinham ocupação em nível intermediário (eletricista); e 6,3% eram aposentados.

Quanto à escolaridade da mãe ou mulher responsável pelas crianças participantes da Rebusca, apenas 1,9% tinha ensino médio completo – uma mãe – e 5,8% tinham o ensino médio incompleto. A escolaridade esteve concentrada nas séries do ensino fundamental, 55,8% tinham cursado entre a 5ª e a 8ª série, e 36,5%, tinham entre a 1ª e a 4ª série. Entre os pais ou responsáveis masculinos, a situação não variou muito, tendo sido observado uma concentração expressiva de percentuais nos anos iniciais de instrução: 6% não tinham nenhuma instrução; 34% tinham cursado entre a 1ª e a 4ª série; 47% tinham cursado entre a 5ª e a 8ª série do ensino fundamental; 6% tinham cursado o ensino médio incompleto; e 6% tinham cursado o ensino médio completo.

As condições materiais das famílias foram analisadas também em relação ao acesso que as mesmas tinham à casa própria e aos serviços e equipamentos presentes nos bairros em que moravam. Quase 60% das famílias moravam em casa própria, enquanto 19% moravam em casa alugada, e 23% emprestada, ou seja, 42% não moravam em casa própria. No que diz respeito ao acesso aos serviços e equipamentos públicos existentes nos bairros onde residem estas camadas populares, em 82,7% deles, foram encontrados telefones públicos; em 21,2% agência dos correios. No que diz respeito à educação, 67,3% dos bairros tinham escolas de ensino fundamental, mas apenas 28,8% ofereciam ensino médio. As creches foram encontradas em pouco menos da metade, em somente 48,1% dos bairros. Quanto à saúde é ainda menor a prestação de serviço. Apenas 32,7% dos bairros tinham posto de saúde e apenas 15,4% tinham hospital nas proximidades. Já para área de lazer, cerca 34,6% dos bairros apresentavam determinado espaço reservado para alguma prática de lazer.

Os bairros de onde as famílias procedem são os mais variados. Temos famílias no centro e em bairros mais distantes. No entanto, mesmo as que moram no Centro têm dificuldades em comum com os moradores de áreas mais periféricas, ou seja, mesmo nessas áreas, a infraestrutura é precária. Assim, o fato de morarem no centro não lhes garante um maior acesso a bens e/ou equipamentos públicos ou privados como transportes e saneamento básico.

Analisamos, também, indicadores relativos ao grau de informação acerca de serviços existentes e do conseqüente conhecimento das possibilidades de recebimento de “benefícios” públicos, utilizando-nos dos documentos pessoais através dos quais as famílias poderiam ter acesso a tais programas. A procura de tais dados se deu em virtude de que, conforme afirma Demo (1992), a posse de documentos e informações acerca dos programas a que estas

famílias têm direito, proporcionar-lhes-ia acesso a um dos componentes fundamentais para o exercício da cidadania, a noção de um “sujeito social de direitos”. Assim, os percentuais observados em relação à posse dos principais documentos foram os seguintes:

Quadro 4 – Percentagem de entrevistados portadores de documentos

| Documento | % |
|--|----------|
| Carteira de Trabalho (assinada ou não) | 98,1% |
| Título de Eleitor | 98,1% |
| Cadastro de Pessoa Física (CPF) | 96,2% |
| Certidão de Nascimento | 75% |
| Carteira de Identidade | 78,8% |
| Certidão de Casamento | 53,8% |

Fonte: Dados da pesquisa.

O fato de grande parte dos entrevistados portar a carteira profissional pode ser atribuído à busca de segurança atribuída ao emprego formal que garante direitos ao trabalhador como a aposentadoria e o auxílio desemprego. Em relação ao porte do título de eleitor, além da troca de benesses dentro do repertório de procedimentos da política clientelística, para a maioria, ele também está associado à obrigatoriedade do voto, cuja negação impõe penalidades tais como multas e sanções. Por fim, no que diz respeito à participação e organização social, verificou-se que menos de 10% estavam ligados à associações religiosas e esportivas. Enfim, pouca participação e engajamento social, combinados com práticas políticas clientelísticas formam um solo árido para o florescimento de comportamentos autônomos e igualitários entre os indivíduos. Não basta que os indivíduos possuam os documentos necessários para ter acesso a um programa do governo, nem que ele esteja informado sobre a sua existência e possibilidade de inclusão. Para que se rompa a mentalidade do benefício e da ajuda é necessário que o próprio indivíduo adquira um senso de participação ativa na vida social. Tal aquisição só se tornará possível através da descoberta de que ninguém pode participar e agir sozinho, e toda forma de inserção social, portanto, pressupõe o grupo e o respeito a regras de caráter geral. Assim, é necessário deixar para trás a

lógica do benefício individual, que só vê a si próprio para conseguir partilhar da lógica do grupo e do “bem comum”.

3.4. FAMÍLIAS ASSISTIDAS: Perfil etário e tipologia

Em relação aos modelos de famílias encontrados a amostra revelou a dinamicidade e a transitoriedade que são inerentes aos grupos familiares, revelando a não rigidez dessa organização que se explica em parte pelos ciclos de vida da família, mas, também, no caso das camadas populares, pelo estabelecimento de estratégias de sobrevivência das famílias. Muitas das famílias extensas eram compostas por mães solteiras que viviam com seus pais, ou de avós que passaram a ser os responsáveis pelos seus netos. Das famílias pesquisadas 53,8% eram nucleares, 25% monoparentais e 21,2% eram extensas. Em relação aos modelos de famílias encontrados, a situação civil dos pais era a seguinte: 40,4% dos pais estavam casados no civil, 19,2% viviam em união consensual²¹, 25% eram mães solteiras, 9,6% eram separados ou desquitados e 5,8% eram viúvos. Os arranjos familiares que tinham a mulher à frente do grupo, mulheres chefes de famílias, computaram 34,6% da amostra que foram aqueles compostos por mães solteiras e por mães desquitadas (25% e 9,6%, respectivamente).

Quanto à concepção de família e do papel que deve ter cada um de seus membros, Machado (1996) aponta uma crise no modelo de família patriarcal que seria evidenciada por mudanças no mercado de trabalho como atividades femininas remuneradas, maior escolaridade da mulher, aumento no número de separações, elevação do número de famílias chefiadas por mulheres etc., que indicaria uma redefinição dos papéis sociais de homens e mulheres. No entanto, essas transformações não se dariam de forma homogênea em todos os estratos sociais. Estudos como os de Cynthia Sarti (1996) também vêm mostrando que os setores urbanos mais pobres, como é o caso das famílias aqui estudadas, são aqueles onde os valores mais tradicionais e a hierarquia familiar estão mais presentes, através da ética da reciprocidade familiar em que a figura masculina está associada a atividades públicas, à rua e à provisão material, enquanto que a feminina vincula-se às atividades domésticas, à casa e aos cuidados com a prole.

²¹ O termo união consensual designa, nesse estudo, casais que vivem como marido e mulher, sob o mesmo teto, dividindo a responsabilidade da casa e dos filhos, sem, contudo, serem casados legalmente.

Já no que diz respeito ao perfil etário das famílias assistidas, foi possível observar, conforme quadro abaixo, que as mães apresentam uma concentração etária em faixas mais baixas do que a dos pais. Enquanto 90,4% das mães têm até 40 anos, entre os pais aproximadamente 32% têm idade acima dos 40.

Quadro 5 – Distribuição percentual das faixas etárias da mãe e do pai ou responsável

| Faixa etária (anos) | % das mães | % dos pais |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| Entre 20 e 25 | 12% | 0% |
| Entre 26 e 30 | 27% | 31% |
| Entre 31 e 35 | 31% | 16% |
| Entre 36 e 40 | 21% | 22% |
| Acima de 41 | 9% | 31% |
| Total | 100% | 100,0% |

Fonte: Dados da pesquisa

Resumindo, de acordo com os dados obtidos, pode-se estabelecer o seguinte perfil geral do público atendido pela Rebusca, descrevendo-se a seguinte família: nuclear, com média de filhos 2,57 por casal, renda de 2 salários mínimos e ensino fundamental incompleto. A ocupação da mãe ou responsável é empregada doméstica e a do pai ou responsável é auxiliar de serviços gerais, atuando no mercado sem carteira de trabalho assinada. Mesmo com baixo rendimento, possui casa própria com instalação de energia elétrica, água encanada e esgoto ligado à rede pública. A religião declarada foi a católica, embora visite a Igreja Presbiteriana quando convidado.

3.5. AS FAMÍLIAS DA REBUSCA: Caracterização da relação entre as famílias assistidas e a Rebusca.

Quando analisamos os dados relativos às características do vínculo estabelecido entre as famílias assistidas e a Rebusca, percebemos que 57,7% delas têm todos os filhos freqüentando algum dos programas da instituição²²; 5,8% têm três filhos; 15,4% têm dois

²² Nesse montante também foram computadas as famílias que só têm um filho/casal.

filhos; 21,1% têm a participação de um dos filhos. Frequentemente, a inscrição dá-se da seguinte forma: a família inscreve um dos filhos e, posteriormente, consegue vagas para os demais ou, de outra forma, a participação acontece à medida que vão nascendo os filhos e, ao atingirem a idade de dois anos, começavam a frequentar a creche.

Foi possível identificar, dentre os entrevistados, famílias que faziam parte da Rebusca há 12 anos. O envolvimento das mães na instituição também é expressivo, sobretudo, no programa Clube da Família que tinha uma participação de 61,5% das mães. Um percentual de menos de 6% participava do Programa de Integração Mãe/Criança (PIMC). Em relação ao Clube da Família, este se desenvolve com reuniões que são realizadas com a família participante com temas como a educação dos filhos, o cuidado de crianças em idade pré-escolar, saúde da mulher, “religião” etc. Além dessas reuniões, o Clube promove festas de confraternização entre as famílias e os funcionários, conforme descrito no capítulo dedicado às atividades da Rebusca.

Quando analisamos as justificativas para a procura da Rebusca, percebemos que o trabalho remunerado da mulher aparece como a principal razão dada pelas mães ou mulheres responsáveis. Sem terem com quem deixar sua(s) criança(s), as mães (ou mulheres) não teriam como sair para trabalhar fora. Justificativas apresentadas por elas como a “necessidade de ter alguém para cuidar dos filhos menores enquanto trabalham”, “segurança dos filhos enquanto trabalham” ou “a proximidade da instituição com o local de trabalho” apareceram em mais de 65% das respostas. O depoimento de uma das mães ilustra bem a fala de muitas delas:

Porque não tinha ninguém para ficar com ele, precisava trabalhar. Depois que fiquei aqui (referia-se à vaga na creche) consegui trabalho direto. Já tô há quatro anos nessa casa. (A.A.J., 26 anos, empregada doméstica).

A dependência das famílias da Rebusca se revela dentro de um quadro em que estas têm necessidade de incrementar a renda por meio do trabalho feminino ou manter o sustento da família em se tratando dos modelos de família “monoparental”. Como a responsabilidade de cuidar dos filhos e da casa está associada ao papel da mulher, torna-se elementar o apoio de um aparato instrumental exterior ao âmbito doméstico – já que muitas vezes, a família extensa não atende ou não pode atender a tais solicitações – dando suporte à mãe trabalhadora no que tange ao cuidado e à educação das crianças. Assim, a mulher busca na Rebusca o

suporte para conciliar os seus afazeres domésticos e o cuidado com a prole, com a necessidade de trabalhar fora em troca da remuneração.

A opção “tirar os filhos da rua” apareceu em 5,8% das respostas. O “cuidado com a saúde” e “alimentação e educação” também apareceram num percentual menor das respostas (3,8% e 5,8%, respectivamente). As mães consideravam que, na Rebusca suas crianças teriam uma “melhor educação e alimentação”.

As dificuldades e vulnerabilidades na própria família extensa foram outro fator apontado para a procura de vaga na Rebusca. Embora algumas situações evidenciassem o grupo familiar como suporte em situações de necessidades da família nuclear, no sentido mais extenso de sua composição, essa rede de ajuda que se estabelece com o auxílio parcial ou integral dos parentes está também sujeita aos acontecimentos inerentes à própria vida das pessoas como morte, doença desses colaboradores ou mesmo conflitos e desavenças com os mesmos, aprofundando o grau de vulnerabilidade e incerteza em que vive o grupo. Tais dificuldades na própria família impelem as mulheres a procurarem um auxílio externo para cuidar dos filhos enquanto trabalham. O caso de M.M.S. – que foi procurar a Rebusca depois que sua mãe, que antes supria parcialmente o cuidado dos seus filhos, não pôde dar continuidade em virtude de uma doença na família – é emblemático dessa situação, conforme mostra o seu depoimento:

Por eu trabalhar e não ter com quem ficar (os filhos). E quando eles ficavam em casa eu tinha que pagar, ou ficava com a minha mãe. Mas, meu irmão teve problema de cabeça, de droga, assim... e não pode ficar mais. Foi aí que eu recorri à Rebusca. (M.M.S., 25 anos, faxineira).

Os dados acima apresentados evidenciam, portanto, uma grande dependência das famílias assistidas com relação aos serviços da Rebusca. Contudo, ainda assim, as famílias mantêm sua autonomia relativa ao não se converterem a outra fé, ainda que, esporadicamente, sejam convidadas à visitar a Igreja Evangélica, por algum motivo, ou ainda que, ao freqüentarem os programas oferecidos pela Rebusca, sejam expostas a aconselhamento e modelos de comportamento fundamentado por princípios religiosos ligados a outra orientação religiosa. Mesmo o contato prolongado com a instituição não se revelou como fator decisivo para a conversão religiosa, reforçando a hipótese da autonomia religiosa.

CAPÍTULO 4

O MODELO DA REBUSCA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ÀS FAMÍLIAS

4.1. O MODELO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DA REBUSCA

A assistência social no universo da filantropia não é uma criação nova, mas como tentamos expor ao longo desta dissertação, é uma prática historicamente desenvolvida tanto no Brasil, como no exterior, embora ocorra de diferentes formas e tenha sofrido mudanças ao longo do tempo. O modelo da prestação de serviço da Rebusca se apropria de elementos comumente usados nas assistências das igrejas, principalmente da igreja católica. No entanto, no ideário protestante da Rebusca, se manifesta uma “afinidade eletiva” entre seus preceitos morais, que valorizam o engajamento social das famílias através do trabalho e os valores do capitalismo, tal como Weber (2001) demonstrou na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. A própria noção de ‘direitos iguais’ que pode, no ideário protestante da Rebusca, conviver com as assimetrias socioeconômicas entre os indivíduos, é um exemplo de tal afinidade eletiva entre ambos. A desigualdade em ambos os ideários, o religioso – da Rebusca – e o liberal – do capitalismo – é concebida como um sistema estabelecido de acordo com as diferentes capacidades de cada indivíduo, por isso, a importância de se capacitar o indivíduo para o mercado de trabalho, a fim de que ele possa melhor aproveitar as oportunidades que o meio social apresenta a cada um. Assim, é necessário capacitar o indivíduo para que ele possa vencer os obstáculos da sua vida, que o fazem estar em uma posição desfavorável no contexto das desigualdades econômicas vigentes, a fim de que ele possa, sobretudo, sair da condição de miséria. É dentro desta filosofia de reconhecimento do indivíduo como portador potencial de capacidades para gerir sua própria vida, que se situa a Rebusca. Seus preceitos e práticas se

fundamentam, portanto, nos princípios do protestantismo, os quais, como destacou Weber (2001), guardam grande afinidade eletiva com os princípios do capitalismo, ou seja, na crença da não interferência do Estado na liberdade do indivíduo²³, sendo necessário desenvolver suas capacidades, acreditando que para o indivíduo poder se tornar um sujeito pró-ativo, é preciso que ele tenha as condições materiais e “espirituais” adequadas para o seu desenvolvimento.

O próprio nome Re-buscar que significa na “lógica interna da instituição”, buscar com minúcia, procurar com cuidado, enfeitar algo para melhorar seu aspecto, aponta para a importância da “qualificação” do indivíduo na transformação da sua vida. Essa é a forma da instituição trabalhar. Como intermediária, procurando desenvolver nos assistidos as capacidades materiais e espirituais para que eles possam atenuar as suas necessidades. Os depoimentos abaixo servem de exemplo para ilustrar a forma como a Rebusca acredita ser importante “ajudar”.

(...) são famílias que, você pode concordar ou não, mas é uma estrutura que tá pronta! Então, saber entrar nessa estrutura, saber trabalhar com isso é uma coisa difícil! Saber respeitar a estrutura dessas famílias, né? E, mesmo que você veja que tem muita coisa pra ser mudado, que você acha que tá errado, que não é aquela a forma certa, mas você não pode chegar mudando tudo. Então, isso pra mim é muito complicado, tá? (R.Q., funcionário)

Às vezes, o que você acha que tá errado, por exemplo, relacionamento pai e filho, a agressividade que tem... A comunicação que eu acho que na família deveria ter o apoio para a criança que a gente atende, em nível educacional, em nível alimentar, saúde. E, às vezes, você não vê isso quando você chega na família, entendeu? Eu acho que isso tá errado! Mas é uma estrutura, é uma estrutura que existe. Mas quem chega e fala assim: ‘você tem que mudar, seu relacionamento com seu filho’? Não pode ser assim! Você não pode tratar o seu filho, nesse sentido, né? Com agressividade ou dessa forma que você fala com ele, ou não dando crédito à vida estudantil dele, à saúde, ao que ele pensa. Isso aí, pra mim, em minha opinião tá errado... Porque a família é pra isso, pra ser um apoio um pro outro, né? É um relacionamento, uma convivência que às vezes você não encontra isso. Só que não é só chegar e mudar, você tem que primeiro entrar, chegar e ver o quê que você pode fazer. Se você pode fazer alguma coisa. Porque o objetivo é ajudar! Mas ajuda é quando a pessoa aceita! (R.Q., funcionário)

²³ Obviamente, essa não interferência do Estado não deve ser entendida de forma absoluta, na medida em que, mesmo nos estados mais liberais, há uma tendência a uma responsabilização quanto aos direitos sociais mínimos, especialmente àqueles relacionados à educação.

Essa “ajuda” tem se dado em várias instâncias, seja financeira e materialmente, seja psicológica e emocionalmente. A interpretação da Rebusca acerca das necessidades das famílias é relativa, haja vista que ela não se fundamenta em práticas de caráter interativo, já que é a instituição quem define as demandas para as palestras, por exemplo, com base no que ela acredita serem as necessidades das famílias. Para tal definição, a instituição se utiliza do argumento da pequena participação das mães no processo de escolha dos temas a serem trabalhados, etc. Nesse sentido, a instituição não apresenta metodologias de trabalho que possibilitem a construção efetiva da participação das mães na definição das pautas de palestras, reuniões e cursos, prevalecendo no conteúdo de tais eventos, seu aparato doutrinário. Assim, a instituição acaba tomando a iniciativa e dirigindo as atividades, embora afirme buscar preservar as bases culturais das famílias ‘ajudadas’. Tal suporte da instituição deve se dar, segundo ela, preservando as bases culturais do indivíduo, para que ele próprio possa encontrar o caminho para sanar as suas necessidades. A percepção do respeito acerca da cultura dos indivíduos pode ser ilustrada no depoimento abaixo:

A família, no meu modo de ver, é um lugar de segurança, é bem estar, proteção. É um lugar onde as pessoas buscam provimento, né? Pra poder sobreviver, precisam de um lugar onde elas tenham como existir. O que beber, como dormir, enfim, é lógico que a gente não tem nem como desejar... Talvez desejar sim, mas não é o nosso público alvo...E nem a sociedade hoje é assim: com pai, mãe, filhos, todo mundo juntinho ali. Não é isso! As famílias que a gente atende, são famílias, muitas vezes... Tem família aqui que tem 16 pessoas numa casa, tem 3 gerações numa casa. Tem muita mistura, de filhos que vivem com o padrasto ou com a madrasta ou que já vivem com o segundo, terceiro marido ou com a segunda terceira esposa, vivem com os avós que são dos irmãos e não deles. Então é todo tipo de estrutura existe! Então a gente não tá pensando em família, aquela família que é pai, mãe, filhos, não. É um ambiente em que a pessoa vive e que elas têm como família. (E.C., funcionário)

O fato de tal funcionário da Rebusca acreditar que existe uma aceitação dos diferentes modelos de família, não significa que a instituição não dirija o conteúdo das suas palestras e cursos para um direcionamento fundamentado nos seus preceitos religiosos. O depoimento abaixo é ilustrativo das expectativas da Rebusca em relação às famílias:

Que tipo de participação? Que eles façam sugestões do que eles gostam, do que eles não gostam. Que eles nos ajudem naquilo que é rotineiro, por ex, no trabalho que a gente precisa fazer, até a nível de mínimos detalhes, limpeza, cozinha e tudo que custa, né? Que eles sejam afinados com a Rebusca, que eles estejam próximos. Isso é um processo, como eu falei, o trabalho de família

começou há 4 anos, então tem muita coisa que a gente não faz ainda ou a gente não conseguiu detectar... Posso dizer que eles são muito tímidos no contato com a gente, né? A gente sabe de muita, muita fala por aí, pessoas que às vezes questionam ou gostariam de uma coisa ou gostariam de outra, mas eles ainda não têm, não encontraram o caminho de chegar aqui e falar. (E.C. funcionário)

Percebemos assim que o tipo de participação que a instituição espera dos pais é a da adaptação às suas próprias expectativas. A instituição não tem conseguido desenvolver metodologias que possibilitem o engajamento interativo dos assistidos. As mães mais “participativas” e que têm um envolvimento maior nas atividades da instituição são aquelas que assumem para si o discurso da Rebusca, conforme mostra a fala abaixo que é de uma mãe que trabalha voluntariamente como auxiliar no COF:

Se a família, realmente se interessasse pelo trabalho que todo mundo tem, desde o cozinheiro até o monitor, passando pelos diretores, pelos voluntários... Que as famílias se dispusessem a fazer algum trabalho voluntário, né? Porque, quem está dentro, quem fica, as mães que trabalham lá dentro, na cozinha, na limpeza (...) Aquelas que eu vejo que tem um envolvimento maior, elas tem muito mais vontade de ajudar, né? Elas têm mais idéias das coisas que a gente pode fazer, sabe? (L.C., empregada doméstica)

Apesar de ser mãe e usuária dos serviços de creche e do Centro Estudantil, L.C. assume uma postura de voluntária na instituição, colaborando na organização e no roteiro das reuniões e assumindo as questões da Rebusca enquanto suas. Ela opera visando atender os objetivos da instituição e também como uma intermediária entre as mães e a instituição. Nesse sentido, busca “descobrir” quais são os descontentamentos das mulheres com quem tem contato, procurando ser uma ‘porta voz’ destas com a instituição.

Compreender o papel de L.C. na instituição é uma tarefa de fundamental importância para o entendimento da prática diária do relacionamento entre a Rebusca e as famílias assistidas. Para L.C., a Rebusca é um lugar de reconhecimento social, onde se sente valorizada, podendo exercer algum tipo de influência naquele espaço, se sentindo útil e capaz. Dessa forma, ela pode oferecer algo em troca, no sentido de retribuir o apoio e o atendimento recebidos e, em contrapartida, empenha-se em ajudar a instituição a manter suas portas abertas. Nesse depoimento, ela atesta o reconhecimento que a instituição oferece àquele que se propõe a ‘participar mais a fundo’ nos projetos, justificando a indisposição de muitas

mulheres de se tornarem voluntárias da Rebusca pelo “medo” de não serem capazes de exercer os trabalhos na instituição.

(...) E tem também o medo, né? De não ser capaz de fazer... A Rebusca, o interessante é que ela quer valorizar a pessoa que tá lá dentro trabalhando voluntariamente, ela quer ajudar a resolver os problemas. Todo mundo sabe que ali não existe só os problemas financeiros, a maioria das famílias tem também problemas muito sérios dentro da família, né? Muito uso de álcool, abuso de álcool e outras drogas também que a gente costuma enfrentar. Esse ano eu vou ver se consigo trabalhar isso, né? (L.C., empregada doméstica) (grifo nosso)

Esse sentimento de incapacidade pode se dar por vários fatores que, associados, multiplicam potencialmente a desmotivação para uma participação mais efetiva²⁴. Tal desmotivação pode estar relacionada ao que Dagnino (1994) classificou como “autoritarismo social”, designado a partir das categorias classe social, etnia e gênero, que estão presentes numa classificação de mundo que resulta num modelo de ordenamento social que deve ser seguido. Tal ordenamento se constitui uma barreira ao indivíduo se manifestar de fato de acordo com o seu *ethos* social, ficando o mesmo relegado a um “lugar social” ou a uma esfera de atuação. Fora desses limites deve manter uma atitude de subserviência, pois é a esfera de atuação do “outro”. Esses argumentos podem explicar a inexpressidade na participação de grande parte das mães da Rebusca, que não reconhecem naquele lugar, o ‘seu lugar’. No caso de L.C, apesar de pertencer a outro segmento social, ela se aproxima da instituição, se sente ‘uma de dentro’, quando é valorizada e reconhecida no seu trabalho pela instituição, mas, sua participação se dá, sobretudo, quando ela se adequa aos moldes estabelecidos pela Rebusca. Assim, a reciprocidade oferecida por L.C. se dá através de uma participação consentida.

A possibilidade de retribuição à Rebusca por parte de L.C. através das atividades que desenvolve na instituição aproxima-a da mesma, fazendo com que se sinta em menor dívida com ela. A posição de beneficiário impõe uma obrigação moral de retribuição, colocando os assistidos em uma condição de inferioridade em relação ao ofertante (Rebusca). A prestação de serviço nesse caso, sem a contrapartida, torna-se um dispositivo de hierarquização social. Como coloca Marcel Mauss (1974), a vida social se constitui a partir de relações de interação com o outro, nas relações de troca. De uma maneira geral, dar e receber são formas de se manter a coesão do tecido social, as trocas acontecem de formas diferentes em cada

²⁴ O termo “participação efetiva” é utilizado com o propósito de caracterizar manifestações de opiniões e posicionamentos das mulheres a fim de provocar discussões dos temas abordados durante as reuniões do COF.

sociedade. A função simbólica das trocas é superior ao objeto trocado ou à hospitalidade e gentilezas trocadas, pois, no movimento de troca os que recebem, recebem algo que contém parte do “espírito”²⁵ de quem deu e passam a fazer parte do grupo. Ainda, as trocas realizadas pelos superiores hierárquicos emanam valores transmitidos aos seus pares, generalizando valores e conceitos.

Ao oferecer os seus serviços, L.C. oferece um pouco de si mesma em retribuição ao apoio que sente ter recebido, através das conversas informais e das reuniões dos grupos de mães ou mesmo através do pagamento quase simbólico pelos serviços recebidos. Essas ações levam-nos a não assumirmos estas famílias como passivas receptoras de assistência. Ao contrário, suas trajetórias de vida e experiências servem como filtro que, de certa forma, classifica o que é possível de aceitação e/ou adesão em relação às instruções repassadas pela Rebusca.

Também é necessário compreender que nas trocas estabelecidas entre as mães e a Rebusca, não é possível afirmar que há uma mão de via única, a exemplo da redefinição sofrida pela creche do Recanto das Posses, quando esta foi adaptada para outro programa, o PIMC²⁶. A troca pressupõe um movimento de resposta ativa, pois, ao mesmo tempo em que a instituição oferece um pouco de si, também recebe das famílias um pouco delas, de seus valores e demandas que, em alguma medida, transforma as relações entre assistidos e prestadores de serviços, servindo de *feedback* para avaliação da validade dos programas.

As trocas ficam subentendidas no dia-a-dia e afloram no compromisso sugerido pela instituição com as mães participantes do Curso de Orientação Familiar (COF) e destas para com a Rebusca, formulando um contrato tácito que se dá mediante o compromisso das mães de corresponder à assistência recebida estando presente às reuniões e colaborando com as atividades da instituição, tanto nas de rotina como nos eventos comemorativos e angariando recursos para a instituição. No entanto, tal contrato não se desenvolve com todas as mulheres. A participante A.A.J., por exemplo, não costumava ser assídua nas reuniões da instituição e apesar de dizer que gostava de estar presente, assume que se ausentava às reuniões porque não gostava que repetissem o mesmo conteúdo trabalhado numa reunião anterior.

²⁵ O termo espírito, neste sentido, quer dizer um mesmo sentimento que reforça laços de amizade, parentesco, ou quaisquer outros que favoreçam a aproximação entre as pessoas para estabelecimento de relacionamentos sociais.

²⁶ Como explicitado, anteriormente, a criação e a implementação do projeto PIMC ocorreu após uma grande evasão de crianças matriculadas na creche que foi atribuída, na época, ao desemprego das mães, as quais, estando em casa, não sentiam necessidade de manter seus filhos freqüentando a creche.

Tinha dia que dava pra eu ir, tinha dia que não dava porque tinha prova. Fui numas seis reuniões. (...) Até que gostava de tudo lá. Só que às vezes tinha alguma reunião que perguntavam a mesma coisa. Às vezes era por conta das mães que às vezes não ia, né? Ai elas repetia (A.A.J., empregada doméstica).

Nas entrevistas, as mulheres que mais expressaram o comprometimento com a instituição foram as que desenvolveram um relacionamento pessoal com os funcionários em momentos de crise como desemprego, problemas conjugais, etc., e, a partir daí, receberam ajuda da instituição e/ou dos que lá trabalhavam quer seja por meio de conforto espiritual e/ou psicológico, através de orações, de um “ombro amigo” para desabafar, dos conselhos, ou ajudas materiais, como cestas básicas, consultas médicas, reforma da casa, etc.

A prestação de serviço da Rebusca é desenvolvida a partir de uma hierarquia onde o ‘maior ajuda o menor’ e, embora no discurso, a diretoria da Rebusca queira mudar essa condição hierárquica, ela já está estabelecida e interiorizada tanto pelas famílias como pelos próprios funcionários. Nessas circunstâncias, quebrar o ritmo hierárquico para atingir um tipo de participação em nível decisório, exige uma mudança nas bases da instituição. A percepção de que o trabalho com famílias das camadas populares deve envolver a quebra das hierarquias impõe dificuldades para o almejado maior envolvimento das mesmas na instituição, conforme mostra o depoimento abaixo:

É, eu acho que a sociedade impõe certos comportamentos, então, por exemplo, uma pessoa que entra aqui na minha sala, ela acha que eu sou superior a ela pelo, já é um consenso comum. Diretora... eu tenho ouvido, às vezes, as mães falarem assim, algumas mães que conseguiram vencer isso, e foram... pelo menos chegaram até aqui, é... várias já me declararam que elas falam pras outras: “vai lá conversar com ela, que não é assim, como você tá pensando”. Então, eu acho, como eu falei, é um processo, não vai acontecer dentro de uma hora pra outra, dentro do meu trabalho eu não tenho tempo suficiente pra só fazer esse tipo de contato. Então, existe uma hierarquia que ela tem que ser quebrada, mas ela vai ser quebrada com o tempo. Não existe maneira quebrar isso de uma hora pra outra, porque eu não posso largar o que eu tenho que fazer só pra atendê-los, por exemplo, então, quando a mãe chega aqui e tem que ficar esperando, eu estabeleço uma, uma relação de autoridade sobre ela, mesmo que eu não queira, mas o sistema faz isso. Então, já... quer dizer, se ela ficou esperando meia hora, quem que mandou ela esperar? Eu. Não foi decisão dela, ela não teve esse direito e como isso acontece em todos os lugares na sociedade, reforça isso que ela imagina: “ela é minha superior, ela é superior a mim”.(E.C., funcionário)

Percebemos nesse depoimento que, de fato, a busca de participação efetiva não se afluorou como um objetivo da instituição, haja vista a quantidade e visibilidade das metodologias participativas presentes nas ONGs e mesmo em instituições públicas e que não são objeto de demandas para o desenvolvimento de trabalhos participativos com as mães por parte da Rebusca.

Na nossa história de dominação e subserviência, os valores hierarquizantes tornaram-se parte da nossa vivência social, principalmente tratando-se de camadas populares. Conforme já tratamos no Capítulo 1, na discussão dos processos relacionados à formação de uma consciência mais cidadã, de acordo com a teoria durkheimiana o pensamento social coletivo exerce forte poder de coação sobre os indivíduos, sendo um forte elemento determinante da ação destes. Dessa forma, mesmo quando se apresentam possibilidades de maior acesso à diretoria da Rebusca, que se constitui como uma figura de autoridade naquele universo, a desconfiança de que existem limites para essa liberdade e igualdade nesse relacionamento, tende a permanecer. Entretanto, a cultura de um povo não pode ser encarada como algo cristalizado e estanque, portanto, imutável. Quando se tem um objetivo a atingir e uma meta a alcançar, se coloca em prática, estratégias para atingi-la. Tal ausência de meta no sentido de alcançar a participação das mães, fundamenta a afirmação de que a instituição não a tem como objetivo.

Contudo, tal como ocorreu com os movimentos populares, pode-se notar que os passos em direção ao diálogo entre os pais e a instituição têm acontecido, principalmente quando estes transpõem as barreiras para expressarem suas opiniões. É o caso de L.C. que procura fazer um intercâmbio entre a instituição e as demandas das outras mães: Nesse sentido, ela se torna uma porta-voz daquelas que não conseguem ou não são devidamente estimuladas a se exporem.

Porque eu sou falante demais, né? Fico ali no meio delas e eu acabei servindo como uma ponte entre elas e a coordenação.(...)O quê as mulheres, o quê as pessoas, principalmente as mulheres, desejam, pensam, né? E a coordenação, porque elas não conseguem, muitas não tem coragem de expor o que elas, o que elas querem, né? Falar o que elas querem. Eu pergunto, eu peço que elas sugiram: o quê que vocês querem saber, o quê que vocês... o quê que vocês tão precisando? Que assunto vocês gostariam de discutir? Quais são os problemas que vocês enfrentam ou que vocês tem aqui da Rebusca, com as pessoas, né? O quê vocês acham que poderia ser feito? E levo isso pra discussão nas reuniões.(L.C., empregada doméstica)

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2000), a cultura do silêncio pode implicar, inclusive, em que aqueles que foram calados quando se pronunciem, o façam com a voz do outro e não com a sua própria. Dessa forma, trazer à tona os desejos e necessidades singulares de cada indivíduo ou grupo a que ele pertence, significa não aceitar a ausência de motivação para a participação como justificativa para não se buscá-la. Construir a cidadania significa possibilitar ao ‘outro’ o resgate de sua própria voz.

4.2. A BUSCA DE ADESÃO E O SENTIMENTO DE DISTINÇÃO A PARTIR DO TRATAMENTO CORDIAL

Mesmo não sendo a Rebusca uma Igreja, sua filosofia de ação se baseia nos preceitos morais de evangelização da igreja Presbiteriana. Assim sendo, ela apresenta uma preocupação em como aproximar as famílias do “evangelho”. Desta forma, procura abrir as portas para a recepção dos seus assistidos, através de um tratamento gentil e educado para com os mesmos, a partir do qual tenta construir sua distinção em relação a outras instituições. Tal tratamento lembra muito a deferência com que prestadores de serviço tratam seus clientes quando objetivam mantê-los fiéis. Assim, o tratamento dispensado à mãe e, indiretamente, à família como um todo é considerado pela instituição como um aspecto diferencial em relação a outras entidades de prestação de serviço. Para a instituição, seu diferencial se dá em decorrência de três pontos considerados essenciais, sendo eles: continuidade do trabalho ao longo do tempo, qualidade dos serviços oferecidos e o compromisso com a família.

A continuidade da prestação de serviços oferece maior segurança para aqueles que usufruem deles. Em outras palavras, tal acompanhamento ao longo do tempo, busca assegurar junto ao público alvo sua imagem como criadora e executora de ações assistenciais, não estando sujeitas a mudanças de acordo com as eleições e políticas partidárias. A qualidade dos serviços oferecidos em termos de planejamento e execução das atividades de creche, pré-escola e reforço escolar, alimentação oferecida e cursos profissionalizantes é outro diferencial apontado pela instituição. Segundo ela, essa qualidade significa que os serviços não são oferecidos simplesmente para manter os atendidos “entretidos”, mas tem a função de favorecer um nivelamento, ou melhor, uma elevação do nível educacional para uma melhor possibilidade futura em termos, principalmente, de conquista de melhores empregos no mercado de trabalho. Para as famílias, isso tem o significado de melhoria de vida para as próximas gerações.

Bom, porque é o melhor lugar pro meu filho. Além de ter essas assistências que tem a educação, né? Oferece cursos profissionalizantes, porque quando o meu filho sair daqui já vai tá pronto pro mundo, né? Tentar o trabalho ai fora, né? Saber conversar com as pessoas, né? Vai ter uma cabeça, assim... diferente do que se ficasse fora, né? Porque na época que me informaram a Rebusca, tinha assim creches da Prefeitura e tudo, mas que somente era pra eu colocar, trabalhar, de tarde pegar e terminou o assunto né? Mas, ai eu vi que tem mais coisas aqui, que fez com que eu achasse melhor aqui .(C.T., empregada doméstica)

Nesta fala, a mãe justifica a sua opinião ao considerar a creche Vale do Sol da Rebusca como a melhor, devido à possibilidade de poder oferecer ao filho uma formação profissionalizante que o capacite a se inserir no mercado de trabalho. Tal preocupação em assegurar ao filho ferramentas para a condução de sua própria vida foi um fator determinante em preterir a creche da prefeitura. Como a hipótese dessa dissertação aponta para a não passividade das camadas populares face às benesses que recebe, essa é uma fala importante para relativizar a suposta passividade. A fala da mãe aponta para a valorização do estudo e da capacitação profissional como elementos fundamentais para que o seu filho possa ascender socialmente por seus próprios meios.

4.3. O VÍNCULO ESTABELECIDO PELA CORDIALIDADE

Os depoimentos abaixo revelam que o tratamento cordial recebido pelas famílias na Rebusca fortaleceu o seu vínculo com a instituição:

Não tenho crítica nenhuma, só tenho elogio a fazer daqui. É, porque eu sou muito bem recebida. As tias sempre me recebem com alegria, né? Então, nenhuma crítica, nenhuma queixa, né? Eu tô muito feliz, totalmente, mesmo. Tô muito satisfeita com o trabalho porque tanto as monitoras como a direção, não tratam a gente assim com diferença. A gente chega como diz, é a casa, né? A gente se sente em casa, então, tô muito satisfeita com a Rebusca, mesmo. (C.T., empregada doméstica)

(...) Nem sei falar mais da Rebusca. eu sei falar até aí. Que ela é boa, gostei muito, fui muito bem recebida lá, né? Então eles tratam a gente muito bem. Não tenho nada que reclamar deles eu acho que eles não têm nada que reclamar de mim também. É muito legal. Por isso que eu agradei da Rebusca. (M.N., zeladora)

O “princípio da atração”, que é um dos princípios utilizados para o evangelismo, é relatado nos Planos de Ação da Rebusca e se coloca tanto a partir dos serviços prestados como pelo tratamento personalizado dispensado às famílias assistidas. Nesse sentido, o tratamento cordial parece cativar as famílias que se aproximam da instituição e, possivelmente, é uma das influências determinantes no fortalecimento dos vínculos entre a instituição e as famílias assistidas. Assim, exerce uma forte atração nas mesmas, pois cria um vínculo de solidariedade que vem ao encontro das carências emocionais e de atenção do atendido.

Analisando as formas de convívio no Brasil, Sérgio Buarque de Holanda (1984) afirma que as mesmas são ditadas por uma ética de fundo emotivo. E que a intimidade das relações favorece a que a oposição entre o público e o privado diminua inversa e proporcionalmente ao grau de amizade. Referindo-nos às formas de convívio prevaletentes na Rebusca, para algumas mães como M.L., embora aquela seja uma instituição pública, ela tornou-se uma ‘extensão de sua casa’, ‘uma continuação do seu lar’.

Eles trabalham por amor, né? Eu achava que lá não tinha funcionário público e ontem eu confirmei que tem. Tem funcionário contratado da prefeitura. Incrível porque todo setor que é funcionário público, você é tratado como cachorro. E lá não, lá você é tratada como ser humano (M.L., empregada doméstica)

No caso de L.C., o vínculo estabelecido entre ela e a Rebusca intensificou-se quando deixou de ser alcoólatra. Como ex-alcoólatra, atribui parte do crédito por haver deixado o vício, ao apoio recebido na instituição. Segundo seu depoimento, após deixar o vício, houve uma mudança total em sua vida e pôde dedicar-se à sua família.

(...) os meninos vinham pra casa e faziam oração e tal e eu, sinceramente, não era uma pessoa que tivesse a vida que eu tinha, que eu tenho hoje, sabe? Eu era uma pessoa diferente, eu tinha problema com álcool, eu sou dos alcoólicos anônimos, né? Tô com algumas horas de sobriedade, então, esse problema meu foi levado prá Rebusca. Foi lá que eu busquei apoio, foi lá que eu tive apoio lá dentro. (L.C., empregada doméstica)

Na descrição de L.C., a influência dos filhos devido aos ensinamentos recebidos na Rebusca foi fundamental no seu processo de mudança:

(...) Os meninos vinham pra casa, os meninos oravam, cantavam hinos, essas coisas assim, e aquilo ali foi cada dia que passa foi me levando, a ter um

interesse, entendeu? Que eu acho difícil a gente não passar por uma mudança como pessoa se a gente não tiver uma mudança espiritual, sabe? (L.C., empregada doméstica)

Esta mudança se dá, portanto, dentro do sistema da dádiva, do dar, receber e retribuir, ao encontrar apoio material e espiritual aos seus problemas em um momento de crise, L.C. busca retribuir à instituição participando do seu dia-a-dia e buscando trazer outras mães para ‘dentro’ da Rebusca. Este processo de engajamento iniciou-se a partir da influência da Rebusca nos seus filhos durante o aprendizado cristão evangélico que os mesmos tiveram naquela instituição. Dessa forma a criança, pode se tornar um vetor de incorporação e transmissão dos valores ideológicos da Rebusca, uma vez que o modelo de família apresentado a ela – mesmo indiretamente, através das histórias, brincadeiras e outras atividades pedagógicas – é significativamente atraente para crianças que vivem em lares com diferentes configurações, muitos deles tidos como “desajustados”. Nesse caso, o comportamento dos filhos despertaram na mãe o desejo de corresponder ao modelo idealizado de família propagado pela instituição. Estas situações, possivelmente, são estabelecidas em clima de tensão e conflito entre as contradições vivenciadas na realidade das famílias e o modelo idealizado de família propagado pela instituição.

No caso da mãe M.M, esta acredita que fazer parte da Rebusca teve um efeito positivo em sua vida em razão do seu estado de saúde ter melhorado consideravelmente: M.M. trabalha como voluntária na Rebusca, atuando diariamente durante o horário de almoço. Segundo ela, procura estar disponível à instituição para trabalhos extras, alegando gostar do que faz, inclusive relacionando sua entrada na Rebusca como um dos fatores que lhe ajudaram na recuperação de sua saúde.

Ah, eu me sinto bem, né? Por exemplo, antes de eu entrar lá, eu tomava muito remédio controlado, né? Tomava muito de pressão, é, é... antidepressivo, né? Que eu tinha... ah, sei lá, eu, eu... assim, na mesma hora que eu tava conversando com você eu já tava no chão e quando chegava no hospital eu só acordava quando fazia uns 5, 6 dias. Ai, comecei a fazer tratamento com dr. Dr. Estevão²⁷, ele me passou um monte de antidepressivo. Aquilo ali fazia mais nervoso ainda. Ai, depois que eu entrei lá, até hoje, não fiquei assim mais. Não teve esses problemas, mais, sabe? E tô sem remédio de pressão. Eu voltei no médico. Eu tava tomando cinco qualidade, hoje eu só tomo uma qualidade. Então, assim, você, você acostuma com as pessoas, então, te faz bem por isso. (M.M., dona de casa)

²⁷ Nome fictício, afim de preservar a identidade do médico.

Também, no depoimento abaixo, podemos perceber que o tratamento dado pela Rebusca às mães é considerado por elas como de reconhecimento social, visto que as mesmas sentem-se tratadas como “pessoas”. Nesse sentido, saem da condição de indivíduos sem “rosto” e anônimos para essa condição de deferência, conforme afirma DaMatta (1997), passando a ter importância. O caso da entrevistada ilustra bem o que foi colocado, pois a mãe tornou-se conhecida dos funcionários que foram capazes de perceber uma mudança no seu comportamento em decorrência dos problemas conjugais, embora a própria mãe não tivesse exposto verbalmente:

Por exemplo, igual um dia, eu e meu marido brigamos, mas brigamos demais, né? Aí, eu cheguei caída, aí eles falou: ‘Você é alegre, você tá triste?’ Foi uma semana assim. Mas, assim, eles vê o que está havendo. ‘Ah, você tá sorrindo, mas você tá sorrindo por dentro, você não tá sorrindo por fora’. Falei: ‘Não’ Aí, eles: “Você não é assim.” Aí, foi e falei. Sempre tem uma pessoa pra conversar com a gente, igual a Jandira²⁸, chegou perto de mim e falou assim: ‘Você não é assim’. Eu tava dando almoço, aquela calma, a mesma coisa. Mas, assim, engolindo aquilo, né? Ela chegou, conversou comigo: “vamos lá, vou perguntar pra você um negócio. O que quê tá acontecendo?” Aí, eu falei: “Tá acontecendo isso e isso”. Aí já comecei a chorar’. Ela falou: “Não! Pode chorar porque você discutiu com seu marido e não chorou. Por isso que você tá chorando”. Aí comecei, minha pressão começou a subir, eu comecei a tremer: “Ah, não! Não vou falar mais não, chega”. “Não, pode falar.” Aí eu comecei a desabafar, melhorei, né? (M.M., dona de casa)

No caso de M.M., o aconselhamento recebido foi essencial, para manutenção de sua condição de esposa e de sua relação familiar. Nesse sentido, a família coloca-se como um valor moral tanto para os participantes quanto para a instituição a partir de várias ações. O caso de outra mãe, M.L., o auxílio da Rebusca aconteceu de duas formas: quando ela conseguiu a vaga para o filho pré-adolescente, pois, segundo ela, “o filho correria menos risco não estando todo o tempo livre sem atividades”. A outra forma de contribuição da Rebusca foi em relação ao apoio emocional prestado pela instituição, pois, segundo ela estava num momento de crise não só financeira, mas se estendia ao âmbito do casamento que estava se arruinando em virtude das divergências com o esposo. A crise no casamento permitiu o elo entre M.L. e a Rebusca. Essa relação de pessoalidade dada pela Rebusca foi um diferencial para essa mãe. Por outro lado, há uma relação de confiança com a Rebusca por acreditarem

²⁸ Nome fictício.

que os filhos “estão bem cuidados”, ficando as mães tranqüilas ao deixar seus filhos lá, o que foi unânime em todos os depoimentos.

Esses depoimentos apontam para uma outra demanda das mães da Rebusca que não é apenas instrumental (creche ou jornada ampliada para os filhos), é também um lugar de apoio em vários sentidos. No sentido espiritual de trazer um consolo, fortalecimento, palavra de amizade etc. No sentido de educar os filhos de uma forma mais ampla que a educação formal, educação sexual, drogas, álcool, cigarro, enfim tudo o que os pais têm medo e não sabem como lidar com os filhos, eles demandam à Rebusca para que ela interfira de alguma forma para tentar poupar os jovens de um possível envolvimento. O Clube da Família parece ser um local de apoio, semelhante a uma extensão familiar para resolver os problemas de cada um. É como se as famílias tivessem a sensação de que todo o cuidado da Rebusca servisse para resguardar suas crianças de um futuro tido como tenebroso, assegurando um bom caráter para a geração futura.

Nos três casos apresentados, quanto mais personalizados foram os tratamentos recebidos, maiores foram os investimentos das mães na instituição que, segundo elas, foi quem lhes ajudou no seu processo de mudança. O envolvimento, nesses casos, parece estar relacionado ao sentimento de retribuir à ajuda recebida em momento de forte instabilidade emocional, psicológica e/ou física. Tal correspondência, no entanto, não ocorre com a mesma intensidade em todas as mães entrevistadas. Percebemos assim um padrão de comportamento que explica o maior envolvimento das mães na Rebusca. Embora, para a grande parte das mães este envolvimento se dê eventualmente, quando lhes sobra tempo para desenvolver alguma atividade de rotina da Rebusca, aquelas que participam ativamente são as que parecem sentirem-se em dívida com a instituição e tentam retribuir o que receberam. O depoimento abaixo, de uma mãe que não participa ativamente, ilustra a situação inversa à de L.C. e M.M. que justificam sua participação a partir da dívida com a instituição:

Eu acho que eu não fiz nada pela Rebusca. O quê que eu fiz? Não fiz nada! Que eu lembre, não fiz nada. Só nas orações, eu pedi pelos monitores e pelas crianças. Até hoje eu oro. Também trabalhei um dia lá, quando os meninos viajaram e eu fui. Vendi ingressos pra feijoada para ajudar a Rebusca”.
(A.A.J. empregada doméstica)

Nesse depoimento a mãe evidencia o sentimento de distanciamento em relação à Rebusca, na medida em que não está presente no dia-a-dia da instituição. Tal depoimento ilustra o comportamento e a mentalidade de uma outra categoria de mães, diferente daquelas que se sentem em dívida com a instituição. Para estas outras mães, os serviços prestados pela Rebusca são percebidos mais como um apoio ou, mesmo, como um direito delas, que se dá através do pagamento que fazem à instituição. Assim, a sensação de dívida não se apresenta tão fortemente a ponto da mãe querer retribuir com serviços voluntários ou com a participação mais assídua nas reuniões do Clube da Família.

4.4. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DA REBUSCA: possibilidade de trabalho remunerado para as mães e educação para os jovens

Para as entrevistadas, os serviços da Rebusca representam uma possibilidade de melhoria nas condições de vida em dois sentidos: a curto prazo significa a certeza de preservarem a segurança da prole por estarem aos cuidados de uma instituição em que confiam, garantindo a tranquilidade para exercerem seu trabalho fora de casa. A longo prazo, representa uma expectativa de um futuro melhor para os filhos, devido à educação formal e não-formal adquirida. A disponibilidade de tempo para trabalharem fora num emprego remunerado garante-lhes renda para aquisição de bens, para a construção da casa própria ou para a manutenção mais satisfatória das despesas familiares, de forma a obterem o sustento do grupo ou, em alguns casos, para a elevação do nível de consumo de modo a alcançar maior conforto material.

Assim, no tocante à educação, foi recorrente no depoimento das mães a percepção da educação como possibilidade de ascensão social. Para elas, os cursos que os filhos podem fazer na Rebusca como informática, inglês, bordado, pintura, etc. e a prática de esportes são possibilidades importantes para os filhos, “para eles terem um preparo melhor para enfrentar o futuro” e, dessa forma, “conseguirem ser mais bem sucedidos”. Tal sucesso é compreendido por elas como “terem empregos melhores, com rendas mais elevadas em relação aos próprios pais”. No estudo de Sarti (1996), com famílias da periferia de São Paulo, a perspectiva da segunda geração “melhorar de vida” a partir da educação também foi recorrente, sendo traduzida em termos de aquisição da casa própria e emprego estável com carteira de trabalho assinada. Possibilidade essa que não poderia ser oferecida pelos pais em virtude das condições financeiras da família, principalmente em se tratando de famílias numerosas:

Ah! eu acho que tem porque lá eles aprendem tanta coisa, sabe? Porque se tivesse assim, na minha altura pra mim pagar pra ensinar pra eles eu não ia ter possibilidade, não, porque três, ensinar pra três é difícil, né? Então, por exemplo, ela faz tricô, bordado, crochê. Essas coisas ali. Então, por exemplo, ali na CASA DE AJUDA²⁹, você tem que pagar por mês tem que pagar 20,00. Aí, no caso como tem que pagar pro menino, pra elas fazer um curso lá qualquer... Aqui pra mim, sei lá, tá sendo fácil, porque muita coisa elas fazem, sabe? (M.M., dona de casa)

Essa mesma opinião é compartilhada nesse outro depoimento quando a informante explicita o quanto considera importante o acesso a outros cursos, além da escola formal³⁰, para colocar à frente os alunos da Rebusca em relação ao demais:

Querer estudar, querer melhorar na vida, querer ser alguém, desejar isso e conseguir vencer as dificuldades que a sociedade impõe pra gente, sabe? Impõe pra eles. (...) Porque aqui (na Rebusca) eles podem conseguir muita coisa que a gente não pode dar pra eles lá fora. Bolsa de estudos, conhecer pessoas que tão interessadas em auxiliar, sabe? Que eles saibam aproveitar, tirando boas notas na escola, se sobressaindo entre os outros alunos e conseguindo passar nos concursos, sabe? (L.C., empregada doméstica)

Pensando-se nesses termos, a discussão de cidadania se mostra relevante a essas análises. Para Sales (1994), uma das formas de cidadania presentes na sociedade brasileira, a “cidadania concedida”, se constituiu em função de um padrão social de subserviência, que fez com que os indivíduos não se mobilizassem em torno da busca de direitos. Assim, a não-mobilização aliada ao modelo patriarcal de gestão governamental favoreceu o não comprometimento do Estado em relação a esses direitos, os quais incluem educação de qualidade para todos. Esse formato foi prejudicial para as conquistas sociais, pois, conforme Roberts (1997), as reivindicações saem da esfera do coletivo, voltando-se para a esfera das soluções individuais. Esse modelo se manifesta nas famílias que percebem na Rebusca uma possibilidade de estudo para os filhos, uma forma de melhorarem a sua condição de vida. No entanto, fica claro que não é favor que esperam – nem do Estado, nem de qualquer instituição de caridade – mas de oportunidades adequadas para que seus filhos consigam oportunidades para uma melhor condição social.

²⁹ Nome fictício, para resguardar a identificação do local citado no depoimento.

³⁰ Vale lembrar que os filhos de todas as informantes freqüentavam escolas públicas.

A Rebusca significa, também, um lugar de aprendizado de valores morais tais como honestidade e dignidade, que podem torná-los “homens de bem”, ou seja, pessoas trabalhadoras, não envolvidas em vícios ou negócios ilícitos, conforme mostra o depoimento abaixo:

Ficando longe das drogas, ficando longe da bebida alcoólica. E ali é um... eu falo: gente isso aqui é uma verdadeira, como é que se diz... isso aqui é um lugar que gera pessoas boas. A creche é um lugar onde se trabalha pra poder gerar pessoas boas. (L.C., empregada doméstica)

Sarti (1994) atribui às famílias pobres³¹ um padrão tradicional de hierarquia e autoridade em que a ordem moral é que ordena e dá sentido ao mundo social. Assim, a questão da norma moral de ser um homem ou uma mulher “de bem” se coloca como compensador à situação socioeconômica de pertencer à classe popular e ser morador da periferia. Para além disso, abre chances para a criação de mecanismos de nivelamento social por meio do aumento de “capacidades”, tanto para elas mesmas quanto para os filhos. Essas capacidades dizem respeito aos aspectos objetivos e subjetivos. Conforme Sen (2000), a restrição de renda monetária e a inadequação de capacidades são noções conceituais diferentes, porém vinculadas, uma vez que a renda é uma forma de obter capacidades. Por sua vez, o aumento das capacidades pode elevar o nível de renda. Assim, continua Sen (2000), melhorar a educação e a saúde aumenta o potencial dos indivíduos para obter renda e, assim, subir o seu nível socioeconômico. Embora neste estudo os conceitos centrais não sejam pobreza e sim cidadania e autonomia, a questão da renda material perpassa o tema, tendo em vista que a instituição em estudo atua no sentido de auxiliar as famílias consideradas por ela como “carentes”. Além do mais, como afirmam Demo (1992) e Oliveira (s.d.), é inegável a relação inversamente proporcional entre pobreza material e exercício da cidadania.

4.5. SER EVANGÉLICA X SER CATÓLICA: Universo permeado por interações e oposições

A religiosidade presente nas atividades da Rebusca foi algo constantemente citado pelas entrevistadas, sendo visto por elas como algo positivo. Embora sendo uma instituição de cunho evangélico, do seu ponto de vista, a Rebusca procura respeitar a diversidade de credos

³¹ Categoria esta utilizada pela autora em seu estudo com famílias moradoras da periferia de São Paulo.

dos demandantes dos seus serviços. Com isso, parece haver certa contradição no seu discurso quando esta afirma ter um certo cuidado em falar de Deus, de Jesus e de religião, visto que, um de seus objetivos é o de propagar o "evangelho de Cristo", segundo sua própria interpretação (PLANO DE AÇÃO, 2003:s.p.). Tal contradição se revela na fala de um dos funcionários que declarou que evitavam falar mais ousadamente sobre o assunto para não ferir a liberdade religiosa, principalmente, porque a maior parte das famílias participantes não era evangélica, mas católica. Entretanto, durante a observação participante, um fato novo surgiu chamando a atenção para a questão da religiosidade. Em uma das reuniões de avaliação, uma mãe disse que gostaria que tivesse um "momento espiritual". Nas palavras dela:

queria que colocasse o nome de Deus no meio, através de uma boa conversa, né? (...) porque não adianta vir só numa reunião de família, mas só falar, falar, porque outras vezes a gente precisa de ouvir uma palavra de Deus, né? Então nas reuniões também a gente deveria falar sobre isso. Eu acho que tinha que dar uma força nesse departamento aí" (depoimento espontâneo de uma mãe participante do COF, durante uma reunião de avaliação).

Outra mãe apoiou, argumentando:

Eu também acho... que quando meus pés estão firmes eu tô quase escorregando. Isso me parece que, independente da denominação religiosa. (depoimento espontâneo de uma mãe participante do COF, durante uma reunião de avaliação).

Nessa reunião, os participantes manifestaram esperar da instituição uma orientação espiritual, durante os encontros que mantinham. E, além disso, manifestaram ainda o desejo de ouvir a "Palavra de Deus", mesmo sabendo que esta partiria de uma fonte que não compartilha a doutrina católica. Dentro dessa aparente oposição entre universo católico e evangélico, as fronteiras parecem não ser tão rígidas no ambiente da Rebusca. O quadro abaixo mostra a orientação religiosa das informantes:

Quadro 6 – Orientação religiosa das mães participantes da Rebusca

| Orientação Religiosa | Quantidade |
|-----------------------------|-------------------|
| Católica | 5 |
| Evangélica | 4 |
| Sem afiliação religiosa | 1 |
| TOTAL | 10 |

Fonte: Dados da pesquisa

No quadro 6, tem-se um panorama da orientação religiosa das entrevistadas de acordo com suas declarações. A metade declarou manter sua afiliação tradicional no catolicismo, 40% aderiu ao protestantismo e 10%, uma mãe, revelou que no momento está afastada de qualquer atividade religiosa, embora anteriormente pertencesse a uma denominação evangélica.

Nas respostas das mulheres emergiu como fator positivo na relação mantida com a Rebusca, a condução religiosa da Instituição nos trabalhos com as famílias. No grupo das mães católicas, os serviços oferecidos pela Rebusca foram avaliados como bons. Também a maneira de conduzir os trabalhos na Rebusca, sendo permeada por preceitos de orientação evangélica, foi considerado como bom. Na avaliação das mães, esses preceitos influenciariam positivamente os filhos a se tornarem pessoas de bom caráter e honestas. Tal postura mostra que, por parte das mães, não há um purismo religioso que gere uma barreira de distanciamento para a prestação de serviços da instituição, uma vez que na avaliação do grupo “Deus é um só” e, portanto, os valores advindos de um contato com Ele, são favoráveis para a formação moral dos filhos.

como eu já te falei, religião pra mim é Deus, não importa onde você está. Você estando seguindo a Deus, o rótulo da igreja é um rótulo, só (M.L., empregada doméstica).

A opinião desta outra informante reforça o que foi dito acima, pois, ela admite participar, sem, contudo se comprometer em assumir o credo evangélico:

A devocional³² eu participo, gosto. Não vou falar assim, que a minha igreja é mais importante porque eu acho que tudo é uma só. Porque você vê, tem a festa lá da família, eles participam (os filhos). Tem gincana lá, eles vão, eu entro na igreja. Se me chama, igual, meus vizinhos tudo aqui é crente, e não é por isso que eu deixo de ir na igreja deles. [...] Ai, vou. Isso ai não me influencia em nada não. O bom meu é esse que qualquer pra mim, tá bom. Eu só não mudo, né? Mas, participar, eu participo. (M.M., dona de casa)

Assim, dentre o grupo católico a convivência com diferentes orientações (católica e evangélica) foi perfeitamente aceita, tanto para as crianças e adolescentes, como para os adultos que participavam na Rebusca. Porém, no tocante à mudança de credo religioso parece

³² Compreende a leitura de um trecho da Bíblia e estudo sobre o texto lido. É, normalmente, feito por quem coordena a reunião e, eventualmente, por algum convidado.

haver uma resistência que delimita a fronteira entre ser católico e ser evangélico, já que o número de conversões é pequeno. De acordo com os depoimentos das informantes que são católicas, é possível aceitar e participar de estudos, orações e até de cultos evangélicos em datas comemorativas, como no Natal, porém, é fora de cogitação mudar de religião.

Só que eles não pode me obrigar a passar pra religião, porque eu acho que... Eu quero continuar na minha religião, igual eu falei com eles. Por exemplo, eu participo, por exemplo, tem a devocional, eu participo, tem assim, orar, cada mãe fazer uma oração, eu faço a oração, mesma coisa, sabe? Então, não me influencia em nada não, porque é uma coisa assim, que você... ah, que você quer ser. (...) Mas, assim, participa na missa, os meninos tão no encontro de adolescentes com Cristo, né? Eles participam. Se for pra mim mudar de religião, eu prefiro sair de lá, no caso. (M.M., dona de casa)

Assim, notamos que apesar da orientação católica, as mães não se importavam com os rituais religiosos típicos do culto evangélico que por vezes aconteciam. Algumas participavam dos cultos realizados e se emocionavam ao falar deles, declarando que se sentiam tocadas pelas apresentações dos filhos, vendo nisso um crescimento das crianças no sentido de terem feito algo ‘importante’. Esse contexto de compartilhar de cerimônias tão particulares do mundo evangélico, mesmo tendo como referencial uma outra afiliação, pode ser revelador de um sincretismo na vida cotidiana das famílias. Ou seja, mesmo se colocando como ‘diferente’ em relação à filiação religiosa, na rotina diária é possível certa aceitação de idéias e princípios que supera a questão religiosa e une conceitos morais e culturais. Porém, é importante destacar que essas idéias e princípios ora se unem, ora se distanciam, demarcando uma separação entre catolicismo e protestantismo que, para as informantes é fundamental na afirmação de sua identidade religiosa.

Esse comportamento maleável dado pela convivência com pessoas e preceitos de outra orientação religiosa pode ser lido também como demonstrando uma “autonomia relativa” das mães. Segundo Semeraro (2001), a “autonomia relativa” se revela na capacidade do indivíduo ou grupo manter suas orientações identitárias, mesmo que em ambiente hegemonicamente diferente ao seu. As mães católicas da Rebusca mesmo estando tão intimamente ligadas à instituição mantêm sua filiação religiosa no catolicismo, confirmando uma das hipóteses inicialmente apresentadas neste estudo: a manutenção da sua orientação religiosa mostra uma estratégia de ação por parte das mães que procuram conciliar o acesso a uma prestação de serviço aos filhos, com sua autonomia religiosa. Elas não deixam de estar vinculadas a uma

determinada identidade e aos elementos próprios desta cultura e aprendizado social mesmo recorrendo à prestação de serviços de uma instituição evangélica. Tal fato é importante para relativizar largamente a imagem das camadas populares como alienadas e passivas receptoras de benesses dos políticos, do Estado e de instituições filantrópicas e de assistência social. Assim, ocorre uma negociação em que o usuário dos serviços da Rebusca ora se aproxima dela por meio de seus funcionários e serviços, ora se distancia da sua filosofia, a fim de preservar sua identidade religiosa, tecendo uma forma de se relacionar com a instituição que é coerente para si mesmo de forma a não afetando profundamente suas raízes religiosas, as quais fazem parte do seu escopo de valores que dão sentido à sua forma de pensar e agir sobre o mundo.

Já em relação ao grupo das mães evangélicas, a maleabilidade em conviver com outros preceitos religiosos não estava colocada da mesma forma que em relação às mães católicas, visto estarem em seu próprio ambiente religioso. Neste sentido, a decisão final para a escolha da Rebusca foi atribuída a esta ser uma instituição que partilha desses princípios, conforme a declaração abaixo explícita:

Porque eu acho que é uma creche muito boa. E também, assim, nem fui eu que escolhi, não. Porque eu creio que foi Deus mesmo que abriu as portas pra mim. Porque na época, olha para você ver, saiu a vaga pra Maressa³³ na SOS, naquela perto da cadeia, como é o nome? Uma que é do Centro Espírita, perto do Gênesis, parece, ACEAK³⁴, saiu ali e saiu na Rebusca. Saíram três vagas, aí eu preferi a Rebusca, porque, assim, a Rebusca é uma coisa também que tem a igreja, tem as pessoas que confia em Deus, né? (V.S., empregada doméstica)

Nesta outra declaração a mãe acredita que o filho, estando numa instituição evangélica, não estará exposto a ensinamentos contrários a sua fé:

porque ela ser evangélica eu acho que não vai ensinar outras coisas a não ser do caminho da Palavra de Deus. E não tem outros ensinamentos, né? Eu nunca coloquei em outro lugar, eu nem sei como é o ensinamento em outro lugar, mas eu acho que lá é mais com esse objetivo de ensinar essas coisas. (M.N., zeladora)

Assim, como pode ser visto, ocorre uma maior afirmação da dualidade identitária entre o que é ser evangélica e católica, entre as mães evangélicas. Essa oposição faz parte de um

³³ Nome fictício para preservar a identidade da criança.

³⁴ Associação Cristã Espírita Allan Kardec.

discurso que procura afirmar e diferenciar o modo de vida evangélico do católico, fazendo a separação entre esses dois universos. Todas as mães que se declararam católicas (50% das entrevistadas) participavam nas comemorações de encerramento e festas da Rebusca, convivendo intimamente, por vezes até participando nos rituais evangélicos, sem, contudo, abrir mão de sua identificação como católica. Além disso, não é vedada às famílias a permanência dos trabalhos, caso estas não se convertam. Das 52 mães entrevistadas na primeira etapa, 43 eram católicas antes de fazerem parte da Rebusca e, ao serem perguntadas sobre a religião a que pertenciam após sua inserção na instituição, 41 delas permaneciam como católicas, obtendo-se assim, apenas duas conversões.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi o de contextualizar socioculturalmente a Rebusca e as famílias que buscam a prestação de serviços oferecidos, a fim de compreender o padrão de comportamento das famílias, se passivo e clientelístico; ou se ativo e racional, revelador da busca das melhores opções possíveis de acesso para seus filhos. Propusemo-nos como objetivo específico a ser atingido com esta pesquisa: traçar o perfil socioeconômico das famílias vinculadas à Rebusca; identificar as exigências e contrapartidas apresentadas pela Rebusca para a prestação de serviços às famílias; analisar o tipo de vínculo que as famílias assistidas pela Rebusca mantêm com ela, buscando perceber as nuances que perpassam a relação de prestação de serviço e autonomia religiosa; buscando compreender a racionalidade que as famílias católicas mantinham em relação à instituição e como ela se construiu.

A Rebusca é uma instituição dentre as 41 que prestam serviços na cidade de Viçosa, cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social. Devido à longevidade de sua prestação de serviços e aos baixos valores cobrados, tornou-se conhecida entre as camadas populares, tanto nos bairros da região urbana como na periferia rural da cidade. Agindo em parceria com os setores público e privado, busca recursos financeiros para a manutenção dos serviços.

Compreender a relação das famílias com a Rebusca significou, a um plano, explicitar as estratégias de subsistência de uma camada historicamente espoliada e subalterna, que procura meios para se reproduzir socialmente e que também é agente social nessas relações. Noutra plano, significou adentrar no universo de uma instituição que efetivamente lida com camadas populares, buscando atender às suas demandas, bem como levar em frente seus próprios objetivos por meio de prestação de serviço extensivas a essa camada.

Procuramos contestar, com nossa pesquisa, que os padrões clientelísticos de conduta presentes no universo da política, entre, de um lado, os políticos demagogos e populistas, e de outro, a prática de se levar alguma vantagem na época das eleições, presente em todas as camadas sociais, fosse reveladora de uma conduta constitutiva da identidade do brasileiro, mais ainda, dos pertencentes aos estratos populares. O que nossa pesquisa revelou foi, pelo contrário, uma mentalidade e uma prática pró-ativa por parte das mães que “buscaram” a prestação de serviço da Rebusca. A valorização, por parte delas, da escolarização como um instrumento fundamental para seus filhos mudarem seu lugar na pirâmide social, demonstra a mesma racionalidade presente nos estratos médios da população, que encaram a educação como ferramenta, por excelência, para assegurar aos filhos melhores condições de se inserir no mercado de trabalho.

As entrevistas realizadas também evidenciaram a não passividade e alienação das mães vinculadas à Rebusca face à prestação de serviço recebida. Embora, oportunizando aos filhos uma educação sob a orientação dos valores evangélicos, 41 das 52 mães entrevistadas evidenciaram que a busca de capacitação profissional para os filhos foi a razão prática para sua escolha por aquela instituição, mantendo, no entanto, sua autonomia religiosa face à influência da orientação evangélica presente em várias das atividades da instituição, com uma linha de trabalho delineada por doutrinas e preceitos bíblicos que permeiam todos os seus objetivos e, conseqüentemente, todas as suas ações³⁵. Mesmo que as práticas da Rebusca não possam ser comparadas à práticas clientelísticas, do “*é dando que se recebe*”, as mães católicas puderam exemplificar através de sua conduta e mentalidade, um senso de autonomia, tanto em relação a sua identidade religiosa, como em relação a tentarem instrumentalizar os filhos com as ferramentas para que eles possam lutar por melhores condições de vida, por si mesmos. Os dados de pesquisa reforçam a nossa hipótese de que o tratamento dispensado aos “carentes” é que se traduz em um tratamento de “beneficiário”. Não que eles sejam destituídos da mentalidade e da prática de “cidadãos”, uma vez que buscam assegurar aos seus, as condições materiais e ideais de inserção social.

Do lado da instituição a prestação de serviços às camadas populares não pode ser classificada nem exclusivamente como benefício/assistência social, nem como prestação de serviço a cidadãos, visando o auxílio aos indivíduos, para que possam atingir melhores

³⁵ Das 52 entrevistadas, 43 eram católicas antes de fazerem parte da Rebusca e, ao serem perguntadas sobre a religião a que pertenciam após sua inserção na instituição, 41 delas permaneciam como católicas, obtendo-se assim, apenas duas conversões.

condições de vida de modo geral. Os objetivos principais da Rebusca visam favorecer a promoção social das famílias, o que significa o incremento aos recursos, emprego para os adultos, fortalecimento dos laços familiares e educação para as crianças e adolescentes. Contudo, ora essa perspectiva de prestação de serviço se sobressai, sendo os indivíduos vistos como iguais e detentores de direitos sociais garantidos por lei, como o direito à creche e à educação para seus filhos; ora a visão de benefício fica mais saliente, devido às ações imediatas de “ajuda” para estabelecer melhorias das condições socioeconômicas daqueles que são encarados como desfavorecidos ou “carentes” e que necessitam de apoio para buscarem melhores oportunidades. A Rebusca presta auxílios em termos de buscar soluções para os problemas específicos. Isso, entretanto, é um paliativo que, muitas vezes, se faz necessário de imediato para suprir as necessidades ou problemas individuais e urgentes. Para o público alvo em geral, a resposta aos seus problemas comuns é o atendimento às crianças e adolescentes nas creches, Centro Estudantil e Mais Que Vencedores e a solução para os problemas familiares e individuais pode ser buscada nas atividades do Clube da Família, Programa de Integração Mãe Criança ou ainda, diretamente na Diretoria Executiva. Nesse caso, a Rebusca pode ter se tornado, para essas mães, uma luz no fim do túnel, um amparo que pode ser requisitado em todas as ocasiões, pois, seus programas tornaram-se pontos de apoio e, por isso, em alguns momentos, uma extensão da rede de parentesco e de outras redes de solidariedade em que a confiança e amizade são a base do vínculo que os une.

Assim, a “prestação de serviços” da Rebusca, às vezes, se transveste de dádiva no sentido de caridade, outras vezes, como na cobrança, ainda que simbólica, de uma mensalidade, valoriza o elemento da cidadania. Nesse sentido, também o atendimento às crianças e adolescentes, pode ser percebido como valorizando a perspectiva da cidadania, através da prestação de serviços educacionais e profissionalizantes que possam instrumentalizar os indivíduos a lutarem contra a proliferação da miséria. Ou seja, mesmo para as famílias mais pobres cuja renda per capita é inferior a meio salário mínimo, os serviços prestados têm a perspectiva de aumentar essa renda fornecendo as ferramentas para que eles próprios possam desenvolver o que Sen (2000) chamou de “capacidades” para enfrentar a pobreza. Segundo Amartya Sen (2000), a pobreza é mais do que simples restrição de renda monetária, é também privação da capacidade do indivíduo intervir ativamente na solução de seus problemas. A Rebusca tem atuado nesse sentido, uma vez que os serviços de educação para os filhos, podem aumentar suas capacidades, auto-estima, impulsionando-os a acreditar que o futuro poderá ser mais promissor a partir do seu próprio trabalho.

Assim, retomando o objetivo geral desta pesquisa, entendemos que o padrão de comportamento das famílias que procuram os serviços da Rebusca é mais estratégico e de caráter pró-ativo do que passivo, tendo em vista que é uma alternativa para solucionar os problemas mais imediatos, equacionando o papel de mãe e cuidadora da prole com o de trabalhadora e mantenedora do lar, tornando-se uma estratégia de sobrevivência do grupo.

Quanto a identificar as exigências e contrapartidas apresentadas pela Rebusca para a prestação de serviços às famílias, o que se detectou enquanto contrapartida esperada pela instituição foi a questão da participação das famílias em todos os âmbitos da Rebusca, desde os serviços de limpeza e preparação de alimentos, até nas decisões administrativas. Nesse caso, podemos perceber que a perspectiva da participação se dá, na verdade, dentro de um horizonte de enquadramento das famílias aos ideários da instituição.

Em relação ao vínculo entre as famílias assistidas e a Rebusca, percebemos que este se dá através de duas vias. Uma que se estabelece pela cordialidade, por uma relação de confiança. Nesse caso, a Rebusca torna-se uma extensão do lar devido ao envolvimento das mães quando podem expor seus problemas e contar com a ajuda da instituição para tentar resolvê-los ou, pelo menos, ter algum tipo de apoio, como orações e conselhos. A segunda via se estabelece por uma busca mais direcionada para a melhora do nível educacional da prole devido aos cursos extras e bolsas de estudo que podem ser usufruídas. Neste outro tipo de vínculo, o elemento da dívida com a instituição não se expressa de forma tão intensa e personalizada como no primeiro tipo de vínculo.

Embora a própria população sinta necessidade de auxílios externos no que tange, principalmente, a serviços de creche para os filhos pequenos, essa necessidade não se traduz numa passividade da família frente aos apelos da instituição. O próprio ato de buscarem um serviço externo para sanar tal necessidade se coloca como uma forma de agir sobre o mundo em que vivem em busca de melhorias das condições cotidianas, a fim de transformá-las de alguma maneira, contrariando a premissa de alienação e passividade. No entanto, essa relação de dependência não se traduz em um clientelismo, em termos de uma contrapartida através da conversão à doutrina evangélica. Essa atitude reafirma a hipótese inicialmente apresentada, acerca da autonomia relativa das famílias de camadas populares, uma vez que ainda sentindo-se dependentes da Rebusca, mantêm sua filiação católica.

BIBLIOGRAFIA

BECKER, Howard S. Problemas de Inferência e Prova na Pesquisa Participante. In: *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1999. p.47-64.

BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Tradução: COUTINHO, Carlos Nelson. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1994, 77p.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução: VARRIALE, Carmem, et al. 5ª ed. Brasília/DF: Editora da Universidade de Brasília, 1993. V.2, p.622-1318.

BORDENAVE, Juan Diaz. *O que é participação*. 4ª ed. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1986. 84p.

CHANIAL, Phillipe. Além do domínio do interesse? Dádiva, proteção social e renda da cidadania. *Caderno CRH*. Salvador, v.17, n.40, 2004, p. 17-32.

CRUZ, Tancredo Almada, ALVARENGA, Sônia Coelho de & SILVA, Ananias Ribeiro da. *Currículo de Viçosa*. Viçosa/MG: CENSUS, 2004. 179 p.

DAGNINO, Eveline. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. p.103-115.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 350p.

DEMO, Pedro. *Cidadania menor: algumas indicações quantitativas de nossa pobreza política*. Petrópolis: Vozes, 1992. 192p.

DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Nacional, 1966. 137p.

FERNANDES, Maria Célia. *ONGs: a emergência do terceiro setor*. 1996, 100f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal 1996.

FISCHER, Rosa Maria & FALCONER, Andrés Pablo. Desafios da parceria governo e terceiro setor. In: *Revista Administrativa*. São Paulo, v.33, n. 1, janeiro/março, 1998. p. 12-19.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidade @. Rio de Janeiro: 2000, Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/cidades/default.php>> Acessado em: 11/12/03.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e ONG's no Brasil na era da globalização. In: *Teoria dos movimentos sociais, paradigmas clássicos e contemporâneos*. 4.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997. p. 295-325.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1992. 224p.

HEILBORN, Maria Luiza. O traçado da vida: Gênero e idade em populares no Rio de Janeiro. In: MADEIRA, Felícia L. (org). *Quem mandou nascer mulher?* Estudo sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 423p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 17ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio. Coleção Documentos Brasileiros, 1984. 158p.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1993. 101p.

LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a Dádiva. *Revista de Sociologia e Política*. Junho 2000, nº.14, p.173-194.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e Pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar*. Campinas: Autores Associados; ANPOCS, 1996. 221p.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar editores. 1967. 220 p.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *Sociologia e antropologia*. V. II, São Paulo: Edusp, 1974. p. 37-184.

OLIVEIRA, Mara de. *Interloquções políticas: alguns espaços legais de participação popular na defesa das políticas sociais públicas*. [s.l.] [s.d] 18p. (mimeografado)

PEREGRINO, Mônica Dias. *O imponderável nos tempos neoliberais: as possibilidades de análise de atores populares nas estruturas em ação e os processos de exclusão*. [s.l.], [s.d.]. Disponível em <<http://www.anped.org.br/24/T0692638064359.doc>> Acesso em 17 Mar. 04.

PINTO, Neide Maria de Almeida. Políticas urbanas e a exclusão nas cidades. In: XVI Congresso Brasileiro de Economia Doméstica, III Encontro Latino-Americano de Economia Doméstica. *Anais...* ABED: Viçosa, 2001. p. 765-772.

ROBERTS, Bryan R. A dimensão social da cidadania. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, 1997. N. 33, ano 12, p. 5-22.

SALAMON, Lester. A emergência do terceiro setor - uma revolução associativa global. Tradução: FALCONER, Andrés Pablo; CUKIER, Alexandre Lucas. *Revista Administrativa*. São Paulo, v.33, n.1, janeiro/março, 1998. p. 5-11.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 1994. N. 25, ano 9, p. 26-37.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Crítica à razão indolente*. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994. 327p.

SANTOS, Tanea Steren dos. Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital. *Sociologias*. [online]. jul./dez. 2001, no.6, p.170-198. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222001000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 Jul 2003.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1996. 127p.

SARTI, Cynthia Andersen. Família patriarcal entre os pobres urbanos. *Cadernos de pesquisa*. São Paulo, n.82, 1992. p.37-41.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999. 95 p.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos em cena... E as teorias, por onde andam? In: SCHERER-WARREN, Ilse, et al. *Cidadania e multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo*. Lisboa: Gráfica 2000, 2000. p. 23-51.

SEMERARO, Giovanni. Anotações para uma teoria do conhecimento em Gramsci. *Revista brasileira de educação*. São Paulo, n.16, p. 95-104, jan./fev./mar./abr. 2001.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409p.

SENA, Elizete Soares. “Um, dois, feijão com arroz!...” *A merenda escolar e o aprimoramento de hábitos alimentares: um estudo de caso*. 2001, 109f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2001.

SILVA, Maria Luiza Mendes; ALVARENGA, Sonia Coelho de. A assistência social e a expansão das entidade de fins filantrópicos: um ensaio teórico. In: XVI Congresso Brasileiro de Economia Doméstica, III Encontro Latino-Americano de Economia Doméstica. *Anais...* ABED: Viçosa, 2001. p.739-745.

SPOSATI, Aldaíza. (coordenadora) *Mapas da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo*. São Paulo: Educ, 1996. 126 p.

TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. 194 p.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 2001. 187p.

WEBER, Max. *Metodologias das ciências sociais*. 3ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001. p. 24-347.

LISTA DE DOCUMENTOS

CLUBE DE PAIS, Viçosa, [s.a.] [s.d.], [s.p.]

PLANO DE AÇÃO 2003, Viçosa, [s.a.] [s.d.], [s.p.]

PLANO DE AÇÃO 2004, Viçosa, [s.a.] [s.d.], [s.p.]

RELATÓRIO DA DIRETORIA, BIÊNIO 1990-1991. Viçosa, dezembro, 1991[s.p.]

RELATÓRIO DA DIRETORIA, BIÊNIO 1992-1993. Viçosa, [s.d.], [s.p.]

RELATÓRIO DA DIRETORIA, BIENIO 1994-1995. Viçosa, [s.d.] [s.p.]

RELATÓRIO DA DIRETORIA, 1997, Viçosa, [s.a.] [s.p.]

RELATÓRIO DA DIRETORIA, 1998, Viçosa, [s.a.] [s.p.]

RELATÓRIO DA DIRETORIA, 1999, Viçosa, [s.a.] [s.p.]

RELATÓRIO DA DIRETORIA, 2000, Viçosa, [s.a.] 17p.

RELATÓRIO DA DIRETORIA, 2001, Viçosa, [s.a.] [s.p.]

RELATÓRIO DA DIRETORIA, 2002, Viçosa, [s.a.] 18p.

RELATÓRIO DA DIRETORIA, 2003, [s.a.], 35p.

Anexo I

Modelo de Questionário Socioeconômico

Participantes da Rebusca

Nº ____/____ (ex.: 01/10) (Não preencher este campo)

Data: ____/____/2004 Local: _____ Hora inicial: _____ Hora final: _____

Pseudônimo: _____ (Não preencher este campo)

1. Caracterização Socioeconômica

| | |
|-------------------------------|-------|
| Nome da pessoa que respondeu: | |
| Endereço: | fone: |

1.1. Dados socioeconômicos:

| Nome | Sexo (F/M) | Idade (anos) | Estado civil (1) | Grau de parentesco (2) | Escolaridade (3) | Profissão (4) | Ocupação (5) | Renda R\$ | Proveniente de quê? (6) |
|------|------------|--------------|------------------|------------------------|------------------|---------------|--------------|-----------|-------------------------|
| 1- | | | | | | | | | |
| 2- | | | | | | | | | |
| 3- | | | | | | | | | |
| 4- | | | | | | | | | |
| 5- | | | | | | | | | |
| 6- | | | | | | | | | |
| 7- | | | | | | | | | |
| 8- | | | | | | | | | |

(1) Solteiro/ Casado/Desquitado/
União Consensual/ Viúvo/Separado.
(2) Pai/ Mãe/ Filho/ Avô/ Neto/
Agregado

(3) Sem Instrução/ 1ª a 4ª série/ 5ª a 8ª
série/ Ensino Médio Incompleto/ Ensino
Médio Completo/ Superior Incompleto/
Superior Completo

(4) Em que é formado, se for o caso.
(5) Em que trabalha.

(6) Trabalho/Pensão/Aposentadoria/
Ajuda de Parentes ou Amigos/ Eventual.

1.2. Quais documentos possui?

Carteira de Trabalho Assinada Carteira de Identidade CPF Título de Eleitor Certidão de Nascimento Certidão de Casamento.

1.3. Participa de alguma associação? de Moradores Religiosa Esportiva Não Outra: _____

1.4. É beneficiário de algum programa do governo? Sim Não Qual? _____ R\$ _____

2. Aspectos de Infra Estrutura da Habitação e do Bairro:

2.1. Moradia/habitação: Própria Alugada Emprestada/Cedida Outros _____

2.2. Quantos cômodos têm a residência? _____ Quais são? _____

2.3. Tem energia elétrica? Sim Não

2.4. Tem água encanada? Sim Não

2.5. Qual o destino do esgoto? Rede pública Rio/Córrego Fossa Outro _____

2.6. No seu bairro você tem acesso a quais desses serviços/equipamentos: Posto de Saúde Hospital Escola Fundamental (1ª a 8ª)

Escola Ensino Médio Telefone Público Agência dos Correios Creche Área de lazer (quadra poliesportiva, campo de futebol, praça de esporte, clube)

3. Participação na Rebusca:

3.1. Quantos filhos participam na Rebusca? _____

3.2. Desde quando seu filho entrou na Rebusca? 1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004

3.3. Em qual(is) programa(s)/projeto(s) seus filhos participam atualmente? Centro Estudantil Mais Que Vencedores Creche

3.4. Qual(is) programa(s) seu(s) filho(s) já participou(aram)? Creche Centro Estudantil Mais Que Vencedores CTP

3.5. Você participa de algum programa na Rebusca? Sim Não. Qual? Clube da Família CTP PIMC. Há quanto tempo? _____

3.6. (Se não) Você já participou anteriormente de algum programa? Sim Não. Qual? Clube da Família CTP PIMC

3.7. Por que deixou de participar?

3.8. Por que você procurou os serviços da Rebusca? Como tomou conhecimento da Rebusca?

4. Aspectos relacionados à Autonomia:

4.1 A maior dificuldade de sua família está relacionada a que fatores: ()Encontrar trabalho; ()Saúde; ()Falta de dinheiro ()Outra:_____

4.2. Antes da Rebusca, você já contou com os serviços de outra instituição? ()Sim ()Não. Qual era essa instituição e em que ocasião isso se deu? _____

4.3 Qual a sua religião quando começou a participar da Rebusca?_____

4.4. Ainda hoje esta é a sua religião? _____

4.5. Você já foi convidado a participar de algum encontro/culto da igreja presbiteriana depois que começou a participar da Rebusca? ()Sim ()Não. E você participou? () Sim ()Não. Quantas vezes? _____

4.6. Que assuntos são falados nos vários encontros que você participa na Rebusca?_____

4.7. Se não contasse com os serviços da Rebusca, você teria outra pessoa ou instituição com quem contar?

()Sim ()Não.

Qual?_____

Anexo 2

Modelo do Roteiro da entrevista com a Diretora da Rebusca

- 1) Fale-me um pouco sobre a organização da Rebusca? Ela é uma ONG? Como é a ordenação hierárquica?
- 2) São quantos funcionários?
- 3) Todos os funcionários são evangélicos?
- 4) Essa questão dos voluntários, como é que é isso na Rebusca?
- 5) Quais são os objetivos do trabalho da Rebusca,?
- 6) Pra você, qual é o diferencial do trabalho da Rebusca aqui em Viçosa? O que você acha que é o diferencial na Rebusca, que é um atrativo ou que é um serviço diferenciado aqui na cidade?
- 7) Quando se fala de família, qual é a sua visão, o quê é a família? Como deve ser a família para você?
- 8) Você acha que o serviço que a Rebusca oferece favorece que essa família se torne mais autônoma, que ela comece a buscar novos horizontes, tentar melhorar de vida?
- 9) O que a Rebusca espera das famílias que ela atende?
- 10) O que você acha que as famílias esperam da Rebusca? Quais são as expectativas que as famílias tem quando chegam aqui?
- 11) Uma coisa sempre falada é a questão da promoção social. Como é isso? Como a Rebusca vê isso? Está ligada a questão da qualidade de vida? O que é a promoção social?
- 12) Um dos objetivos da Rebusca também é a evangelização, como isso acontece?

Anexo 3

Modelo do roteiro de entrevista com a Coordenadora do Clube da Família

Estas perguntas iniciais se desdobram, contudo, o conteúdo geral do roteiro foi o seguinte:

- 1) O que é o trabalho na Rebusca pra você? O que representa esse trabalho da coordenação do CF pra você?
- 2) O que você acha que é família? Qual seria então sua visão de família?
- 3) Qual você acha que é o diferencial da Rebusca? Você acha que ela tem um trabalho diferenciado ou não?
- 4) De quem foi a idéia do COF?
- 5) Fale sobre a proposta do COF?
- 6) Quais são os objetivo da Rebusca?
- 7) Você acha que o serviço da Rebusca de alguma forma, contribui pra que as famílias fiquem mais autônomas ou você acha que elas acabam ficando dependente da Rebusca?
- 8) O que você acha que as famílias esperam da Rebusca?
- 9) É possível ver nos Planos de Ação que um dos objetivos da Rebusca é evangelizar. Mas como isso acontece?

Anexo 4

Modelo do roteiro de entrevista semi-estruturada com as mães do Clube da Família

Este roteiro serviu de base para a entrevista, a partir dos tópicos definidos de acordo com os objetivos da pesquisa. No entanto, a forma, a colocação e a ordem das perguntas, algumas vezes foram alteradas no desenrolar da entrevista, diante das circunstâncias e da interação com os interlocutores.

- 1) Como foi a sua vida antes de entrar na Rebusca?
- 2) Como conheceu e chegou à Rebusca?
- 3) Por que você escolheu a Rebusca?
- 4) Há quanto tempo está na Rebusca?
- 5) Você participa do COF? Por que?
- 6) Há quanto tempo participa das reuniões do COF?
- 7) Com relação à expectativa quanto ao seu futuro ?O que você espera do futuro?
- 8) Qual sua expectativa quanto ao futuro dos seus filhos?
- 9) O que você acha que a Rebusca significa para o futuro deles?
- 10) E para você, o que a Rebusca significa?
- 11) Com relação a Rebusca ser evangélica, isso tem alguma influência?
- 12) Você participa dos cultos, dos eventos?
- 13) O que você acha que você fez ou faz pela Rebusca?
- 14) O que a Rebusca fez por você?
- 15) Agora gostaria de deixar um espaço para alguma declaração espontânea, para algo mais que você queira falar. Alguma coisa que, talvez você não goste ou uma crítica, enfim algo que deseje expressar.